

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2016





Relatório de Gestão 2016  
Ministério Público do Estado do Tocantins

**Clenan Renaut de Melo Pereira**  
Procurador-Geral de Justiça

**José Omar de Almeida Júnior**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**Francisco Rodrigues de Souza Filho**  
Chefe de Gabinete

**Uiliton Silva Borges**  
Diretor-Geral

Equipe Técnica

**Ana Paula Ferreira dos Santos**  
Auxiliar Técnica

**João da Silva Macedo**  
Analista Ministerial Especializado – Ciências Econômicas

**Luciele Ferreira Marchezan**  
Auxiliar Técnica

**Marcos Conceição da Silva**  
Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão

**Sâmia Oliveira Holanda**  
Auxiliar Técnica

**Sílvia Milhomens Glória**  
Analista Ministerial Especializado – Ciências Contábeis



202 Norte, Av. LO 04, Conjunto 1, lote 5 e 6, Plano  
Diretor Norte, Palmas - TO, CEP: 77.006-218  
[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)

Ouvidoria: (63) 3216-7598 | 3216-7575 | [ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)

## SUMÁRIO

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

Quadro 2.1.1 – Identificação do Órgão Orçamentário.....	14
Figura 2.4.1 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.....	17
Figura 2.4.2 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins.....	17
Figura 3.1.1 – Mapa Estratégico do MPTO – Versão do Ano 2014.....	20
Tabela 3.2.1 – Relatório de Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos, situação em Janeiro de 2016.....	24
Quadro 3.3.1 – Situação dos Projetos Estratégicos.....	30
Tabela 4.1.1 – Execução Orçamentária 2016.....	31
Tabela 4.2.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	32
Quadro 5.1-Atributos do Programa 1170.....	33
Tabela 5.1.2 Metas 2016-2019.....	34
Tabela 5.1.3 – Alterações Orçamentárias do Programa 1170 – Modernização e Governança da Justiça.....	36
Quadro 5.2.1.1 – Resumo da ação 1047....	37
Quadro 5.2.1.2 – Atividades realizadas no Projeto de Gestão Documental, em 2016.....	38
Quadro 5.2.2.1 – Resumo da ação 1082 – Realização de adequações físicas e mobiliárias do Ministério Público.....	39
Tabela 5.2.2.1 – Relatório Sintético de Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie.....	41
Quadro 5.2.2.2 – Promotoria/Área reestruturados – Sede Procuradoria-Geral de Justiça.....	42
Quadro 5.2.3.1 Resumo da Ação 1088.....	43
Tabela 5.2.3.1 – Veículos adquiridos, em 2016.....	45
Quadro 5.2.4.1 – Resumo da Ação 1023.....	46
Tabela 5.2.4.1 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Augustinópolis.....	47
Tabela 5.2.4.2 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Porto Nacional.....	49
Quadro 5.2.5.1 – Resumo da Ação 1037.....	50
Tabela 5.2.5.1 – Quadro de Pessoal TI.....	51
Tabela 5.2.5.2 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2016.....	52
Tabela 5.2.5.3 – Situação atual do parque tecnológico do MP/TO, em 2016.....	53
Tabela 5.2.5.4– Índice de defasagem dos equipamentos.....	54
Tabela 5.2.5.5 – Relatório sintético de atividades realizadas, em 2015/2016.....	55
Quadro 5.2.5.2 – Detalhamento da descrição do tipo de atividades.....	55

Quadro 5.2.5.3 – Sistemas produzidos e implantados .....	56
Quadro 5.2.5.4 – Sistemas e atividades realizadas em 2016.....	57
Quadro 5.2.5.5 – Sistemas e atividades em estudo e andamento.....	57
Quadro 5.2.5.6 – Demandas aguardando definição de prioridade e execução.....	58
Quadro 5.2.6.1 – Resumo da ação 1010.....	59
Tabela 5.2.6.1 – Atividades Consolidadas do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento.....	60
Tabela 5.2.6.2 – Eventos presenciais e EAD sob direta responsabilidade do Cesaf – 2016. .....	61
Tabela 5.2.6.3 – Oferta de eventos presenciais de parceiros compartilhados com o Cesaf .....	66
Tabela 5.2.6.4 – Cursos de Aperfeiçoamento e Pós-Graduação com instituição parceiras .....	67
Quadro 5.2.6.2 – Eventos externos de parceiros com a participação de integrantes do Cesaf.....	67
Tabela 5.2.6.5 – Cursos presenciais externos com participação de integrantes do MP.	69
Quadro 5.2.6.3 – Produção de Material Instituição.....	71
Tabela 5.2.6.6 – Atividades institucionais do MP/TO com participação do Cesaf.....	71
Quadro 5.2.6.4 – Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf.....	72
Quadro 5.2.6.5 – Ampliação da Cooperação interinstitucional para formação profissional dos integrantes do MP/TO e Estágios.....	72
Quadro 5.2.6.6 – Alterações Normativa.....	73
Quadro 6.1.1 - Atributos do Programa 1173.....	76
Tabela 6.1.1 – Evolução da atuação do MP/TO – ações finalísticas.....	77
Tabela 6.1.2 Metas 2016-2019.....	78
Tabela 6.1.3 – Alterações Orçamentárias do Programa 1030 – Justiça.....	80
Quadro 6.1.1.1 – Resumo da Ação 1079.....	81
Quadro 6.1.2.1 – Resumo da Ação 2099.....	86
Quadro 6.1.2.2 – Órgãos inspecionados, em 2016.....	87
Tabela 6.1.2.1 – Procedimentos administrativos em 2016 (em unid.).....	88
Tabela 6.1.2.2 – Fluxo de expedientes, em 2016 (em unid.).....	88
Tabela 6.1.2.3 – Atos extrajudiciais disciplinares, período de 2014 – 2016 (em unid.) .	89
Tabela 6.1.2.4 – Outras atividades realizadas em 2014-2016. ....	89
Tabela 6.1.2.5 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Itacajá.....	90
Tabela 6.1.2.6 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Goiatins.....	91
Tabela 6.1.2.7 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Formoso do	

Araguaia.....	91
Tabela 6.1.2.8 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins.....	91
Tabela 6.1.2.9 – Manifestações realizadas – 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína...	92
Tabela 6.1.2.10 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Colmeia.....	92
Quadro 6.1.3.1 – Resumo da Ação 2100.....	93
Tabela 6.1.3.1 – Formas de Ocorrência, em 2016.....	94
Tabela 6.1.3.2 – Evolução das Manifestações Recebidas por Tipo – 2014/2016.....	95
Tabela 6.1.3.3 – Detalhamento por assunto.....	96
Quadro 6.1.3.2 – Participações em eventos.....	96
Quadro 6.1.4.1 – Resumo da ação 2101.....	97
Tabela 6.1.4.1 – Principais despesas 2013-2016, em (R\$). ....	98
Tabela 6.1.4.2 – Atividades do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, em 2016.....	99
Tabela 6.1.4.3 – Atividades do Sistema Guardião, em 2016.....	100
Tabela 6.1.4.4 – Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação, em 2016.....	100
Tabela 6.1.4.5 – Capacitações da Equipe Técnica, em 2016.....	101
Tabela 6.1.4.6 – Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação, em 2016.....	101
Quadro 6.1.5.1 – Resumo da ação 2147.....	102
Tabela 6.1.5.1 – Resumo de atividades do GAECO, período de 2011/2016.....	103
Quadro 6.1.6.1 – Resumo da ação 2149.....	104
Figura 6.1.6.1 – Ações do MP/TO em 2016, por esfera.....	105
Figura 6.1.6.2 – Ações do MP/TO comparativo 2013/2016, nas principais áreas de atuação:.....	105
Figura 6.1.6.3 – Ações do MP/TO em 2016, nas demais áreas de atuação:Figura 6.1.6.3 – Ações do MP/TO em 2016, nas demais áreas de atuação.....	106
Quadro 6.1.6.1.1 – Procedimentos CAOPAC.....	109
Tabela 6.1.6.1.1 – Realizações CAOPAC, em 2013/2016.....	112
Tabela 6.1.6.2.1 – Realizações CAOCID, em 2014/2016.....	113
Quadro 6.1.6.2.2 – Participação em eventos, cursos e seminários, em 2016.....	114
Tabela 6.1.6.3.1 – Estabelecimentos visitados área consumidor, nos anos de 2012/2016 .....	123
Tabela 6.1.6.3.2 – Saldo das apreensões realizadas, nos anos de 2013/2016.....	124

Tabela 6.1.6.3.3 – Termos e autuações áreas consumidor (Órgãos Parceiros), em 2016. .....	124
Tabela 6.1.6.3.4– Demonstrativo das ações por cidade, em 2016.....	124
Tabela 6.1.6.3.5 – Realizações Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOCON, período de 2010/2016.....	125
Tabela 6.1.6.4.1 – Outras autuações realizadas pelo CAOMA, período de 2010/2016..... .....	127
Quadro 6.1.6.5.1 – Plano de ação CAOPIJ.....	131
Quadro 6.1.6.5.2 – Resumo notas técnicas.....	134
Quadro 6.1.6.5.3 –Participações em eventos.....	135
Tabela 6.1.6.5.1 – Atividades Realizadas.....	136
Tabela 6.1.6.6.1 – Atividades do Conselho Superior 2013/2016.....	137
Tabela 6.1.6.7.1 – Atividades do Cartório de Distribuição 1ª Instância 2013/2016.....	139
Tabela 6.1.6.7.2 – Atividades do Cartório de Distribuição 2ª Instância 2013/2016.....	139
Quadro 6.1.7.1 – Resumo da ação 2184.....	141
Tabela 6.1.7.1 – Publicações e serviços (designer e diagramação).....	144
Tabela 6.1.7.2 – Acessos as redes sociais – Facebook.....	146
Tabela 6.1.7.3 – Acessos as redes sociais – Twitter.....	146
Tabela 6.1.7.4 – Publicações na mídia por área de atuação em 2015/2016.....	147
Tabela 6.1.7.5 – Atividades jornalísticas.....	147
Quadro 7.1.1 – Atributos do Programa 1144.....	148
Tabela 7.1.1 – Alterações Orçamentárias do Programa 1144 – Manutenção do Ministério Público.....	149
Quadro 7.2.1.1 – Resumo da acao 2284.....	150
Tabela 7.2.1.1 – Evolucao do valor auxilio-alimentacao 2010-2016.....	151
Tabela 7.2.1.2 – Detalhamento dos auxilios e indenizacoes, em 2016.....	152
Quadro 7.2.2.1 – Resumo da ação.....	153
Tabela 7.2.2.1 – Comparativo de despesas 2012 – 2016, em (R\$).....	154
Tabela 7.2.2.2 – Comparativo despesas materiais de consumo 2013–2016, em (R\$)..... .....	154
Tabela 7.2.2.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2016. .	155
Tabela 7.2.2.4 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.....	157
Tabela 7.2.2.5 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2016.....	158
Tabela 7.2.2.6 – Montante licitado 2016, em (R\$).....	167
Tabela 7.2.2.7 – Despesas por modalidade de licitação 2016, em (R\$).....	167

Tabela 7.2.2.8 – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP), em 2016 .....	168
Tabela 7.2.2.9 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP, em 2016.....	169
Tabela 7.2.2.10 – Contratos e Termos Aditivos firmados, em 2013 – 2016.....	171
Tabela 7.2.2.11 – Contratos de locação de imóveis, 2016.....	172
Tabela 7.2.2.12 – Detalhamento dos Serviços Gerais, em (R\$).....	173
Tabela 7.2.2.13 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2016 (em unid.)..... .....	177
Tabela 7.2.2.14 – Comparativo de atendimentos – 2012/2016, em (unid).....	178
Quadro 7.3.3.1 Resumo da ação 2285.....	178
Tabela 7.3.3.1 – Quadro de vagas de estágio.....	179
Quadro 7.3.4.1 – Resumo da ação 2289.....	184
Tabela 7.3.4.1 – Revisões anuais de 2009 a 2016 (em %)......	185
Tabela 7.3.4.2 – Carreira de apoio em 31/12/2016 (unid).....	185
Gráfico 7.3.4.1 – Quantidade de Cargos em 2016.....	186
Tabela 7.3.4.3 – Distribuição de servidores efetivos da carreira de apoio por nível de escolaridade 2009 – 2016 (unid).....	187
Tabela 7.3.4.4 – Movimentação de servidores 2009 – 2016 (em unid.).....	188
Tabela 7.3.4.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2016 (em unid.)...	188
Tabela 5.3.4.6 – Movimentação de membros e servidores em 2016 (em unid.).....	189
Tabela 7.3.4.7 – Evolução de Despesa de Pessoal 2009-2016.....	189
Tabela 7.3.4.8 – Limites de Gasto de Pessoal com a LRF, em (R\$) .....	191
Quadro 7.3.5.1 Resumo da ação 2310.....	192
Tabela 7.3.5.1 – Principais despesas de manutenção de serviços 2012 – 2016. ....	194
Tabela 7.3.5.2 – Informações sobre o uso dos veículos (Média anual de quilômetros rodados e custos associados à manutenção).....	195
Quadro 7.3.6.1 – Resumo da ação 2294.....	198
Tabela 7.3.6.1 – Comparativos de gastos empenhados com manutenção dos serviços TI, período 2012-2016, em(R\$).....	200
Tabela 7.3.6.2 – Comparativo gastos com manutenções terceirizadas 2015-2016.....	201
Tabela 5.3.6.3 – Comparativo de aquisições 2015-2016.....	200
Tabela 7.3.6.4 – Comparativo de atendimentos realizados em 2012-2016, em unid...	203
Tabela 7.3.6.5 – Comparativo de movimentação de equipamentos em 2015-2016.....	204
Quadro 8.1 – Oportunidades de Melhoria da Gestão concluída no MPTO.....	206

Quadro 9.1 – Notícias relacionadas à atuação do Ministério Público do Tocantins, em 2016.....211

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABD – Área de Banco de Dados

ACEMA – Área de Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento

ADAPEC - Agência de Defesa Agropecuária

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADS – Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas

CAOPs - Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça

CETI - Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Cesaf - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

CFTV - Circuito Fechado de Televisores

CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins

DRACOL – Divisão de Repressão a Crimes contra a Adm. Pública, ao Crime, Organizado e à Lavagem de Dinheiro

DTI - Departamento de Tecnologia da Informação

DMTI – Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação

ESMAT - Escola Superior da Magistratura Tocantinense

E-PROC – Sistema processual eletrônico do TJ/TO

ESMPU - Escola Superior do Ministério Público da União

GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

GECEP - Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial

GESPÚBLICA - Programa de Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

IGEPREV - Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana

ITERTINS - Instituto de Terras do Estado Tocantins

LAB-LD - Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro

LOA - Lei Orçamentária Anual

MPE - Ministério Público Estadual

MPS - Ministério da Previdência Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

NEGP - Núcleo Estadual de Excelência na Gestão Pública

PDTI – Plano Diretor de TI

PEI – Planejamento Estratégico Institucional

PROCON - Programa Estadual de Proteção do Consumidor

PGR - Procuradoria-Geral da República

RFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

RTSI – Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento e Modernização da Gestão Pública

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado

SECAD - Secretaria Estadual da Administração

TAC - Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta

TI – Tecnologia da Informação

TJ - Tribunal de Justiça

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TCE – Tribunal de Contas do Estado

# 1 Apresentação

O Relatório de Gestão da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, exercício 2016, foi constituído em esforço coletivo dos integrantes desta instituição, sob a coordenação do Departamento de Planejamento e Gestão. Esse documento pretende apresentar o desempenho institucional, bem com a gestão orçamentária e financeira da Instituição, de acordo com as disposições constantes na Instrução Normativa nº 006/2003.

O ano de 2016 mostrou-se mais desafiador do que o esperado, marcado pelo agravamento da situação econômica nacional, além das incertezas políticas, fatos que tiveram reflexos no Estado do Tocantins. Diante deste cenário, a gestão institucional desta Procuradoria-Geral de Justiça manteve-se pautada pelo rigoroso planejamento das ações administrativas, o que nos permitiu adentrar no atual momento de crises estruturadas e fortalecidos. Como resultado, mantivemo-nos incólumes e até conseguimos contabilizar grandes conquistas neste ano.

Prosseguimos com o projeto de estruturação das Promotorias de Justiça, construindo duas sedes próprias modernas e funcionais, nas comarcas de Porto Nacional e Augustinópolis. Renovamos parte da frota, continuamos com o aperfeiçoamento do parque tecnológico e empossamos novos servidores e estagiários. Nenhuma área teve os investimentos paralisados.

Também apostamos em soluções criativas, de baixo custo e alta resolutividade, a exemplo do desenvolvimento dos sistemas de tecnologia, que modernizaram o atendimento ao cidadão e a tramitação interna dos documentos extrajudiciais.

Priorizamos a transparência na gestão pública, criando um Diário Oficial Eletrônico e aprimorando nosso Portal da Transparência, que alcançou nível de excelência e se destacou como um dos mais completos do país.

Ainda desenvolvemos diversas novas ações voltadas à valorização do nosso material humano, bem como cumprimos com todos os direitos dos membros e servidores, sem aumentar o percentual dos gastos com pessoal nem comprometer a execução orçamentária.

Para 2017, contaremos com um reajuste bastante tímido do nosso Orçamento. Mas não

fazemos dessa dificuldade uma limitação. Tanto é assim que contamos com planejamento para prosseguir com todas as ações e investimentos. Inclusive, realizamos um chamamento dos membros e servidores do Ministério Público, convidando todos a colaborar com a criação de novos projetos a serem desenvolvidos no próximo ano.

Todo esse esforço conjunto tem como finalidade possibilitar ao Ministério Público do Tocantins a defesa eficiente da democracia, das leis e dos interesses da sociedade. Com esse intuito, em 2017 iniciamos nova gestão com disposição e planejamento renovados.

Palmas, 22 de fevereiro de 2017.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**

Procurador-Geral de Justiça

## 2 Identificação, Competências, Atribuições e Organização do Ministério Público do Tocantins

### 2.1 Identificação

Quadro 2.1.1 – Identificação do Órgão Orçamentário

Nome completo da unidade e sigla:	Procurador- Geral de Justiça - PGJ
Natureza jurídica:	Administração Direta
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial do Estado:	Lei nº 51, de 2 de janeiro de 2008 Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ:	01.786.078/0001-46
Nome e código no SIAFEM:	PGJ
Código da Unidade Gestora:	070100
Endereço completo da sede:	202 Norte, Conj. 03 Av. Teotônio Segurado c/ Av. LO 04 – Cep 77.020-494
Endereço da página institucional na internet:	<a href="http://www.mpto.mp.br">www.mpto.mp.br</a>
Função de governo predominante:	Essencial à Justiça
Tipo de atividade:	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

### 2.2 Competências

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do Ministério Público, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, definiu como funções institucionais do Ministério Público do Estado do Tocantins:

- ✓ promover, privativamente, a ação penal pública;
- ✓ zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo

as medidas necessárias à sua garantia;

- ✓ promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- ✓ promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- ✓ expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- ✓ exercer o controle externo da atividade policial;
- ✓ requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- ✓ exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas;
- ✓ defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

### **2.3 Atribuições**

A função desempenhada pelos Membros do Ministério Público restou devidamente estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça (art. 76);

Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça (art. 77).

### **2.4 Organização**

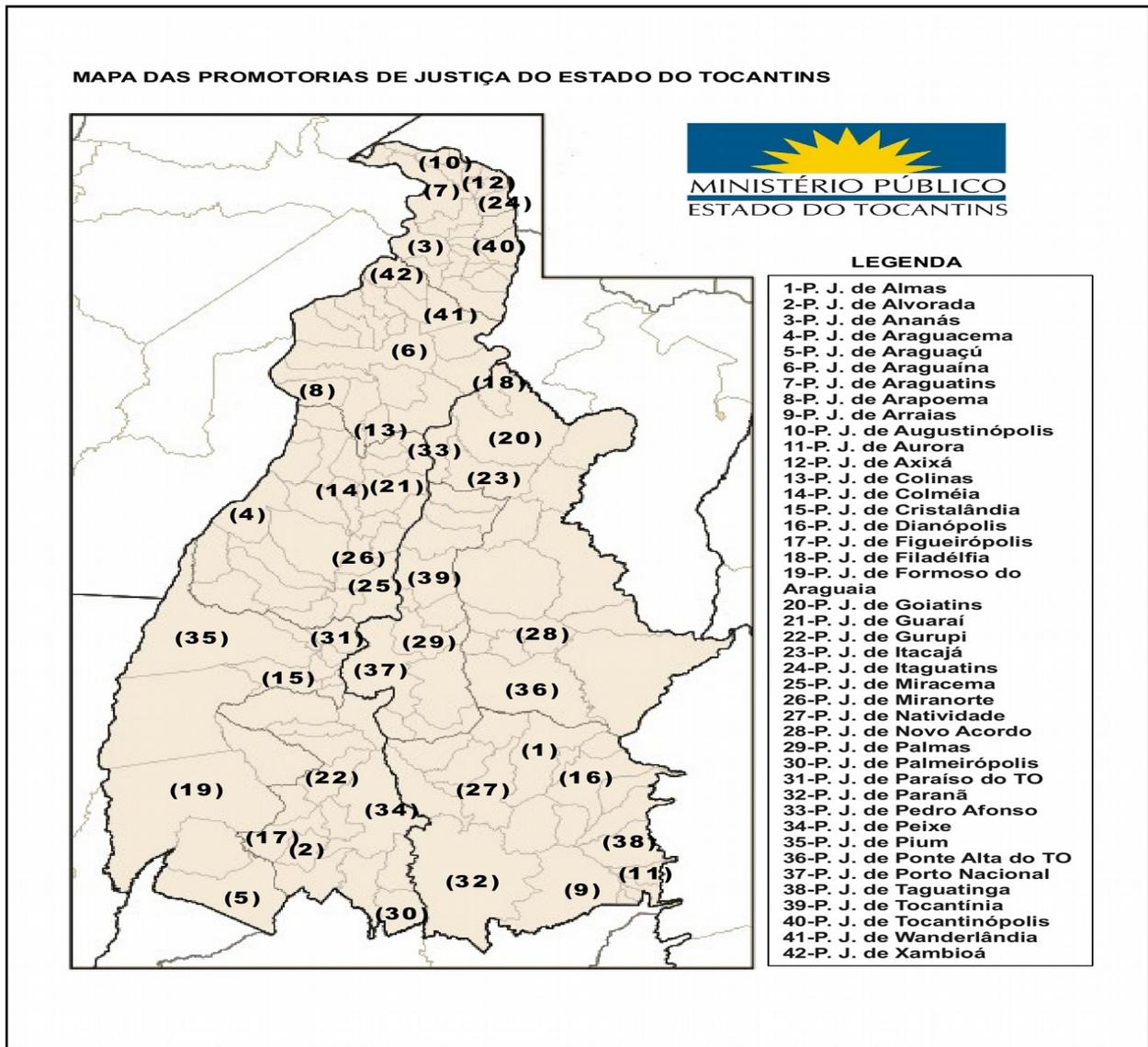
A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão localizadas as instalações dos demais Órgãos

da Administração Superior, das Procuradorias de Justiça e Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção e ampliação da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros. Funcionam também no prédio as Promotorias que atuam na Capital, com exceção da 20ª Promotoria, com atuação na área da Infância e Juventude, que está sediada no Centro Integrado, na Arse 51, e das Promotorias dos Juizados Especiais, que atuam junto aos respectivos juizados.

As Promotorias de Justiça, dependendo da movimentação e do volume de processos, podem ser divididas por áreas: Família, Criminal, Infância e Juventude, Meio Ambiente, Mulher, Idoso, Saúde, Consumidor, Cidadania, Patrimônio Público, Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

O mapa a seguir ajuda a ilustrar a distribuição das Promotorias de Justiça no Estado do Tocantins:

Figura 2.4.1 Mapa das Promotorias de Justiça em Tocantins.



Fonte: Assessoria de Comunicação

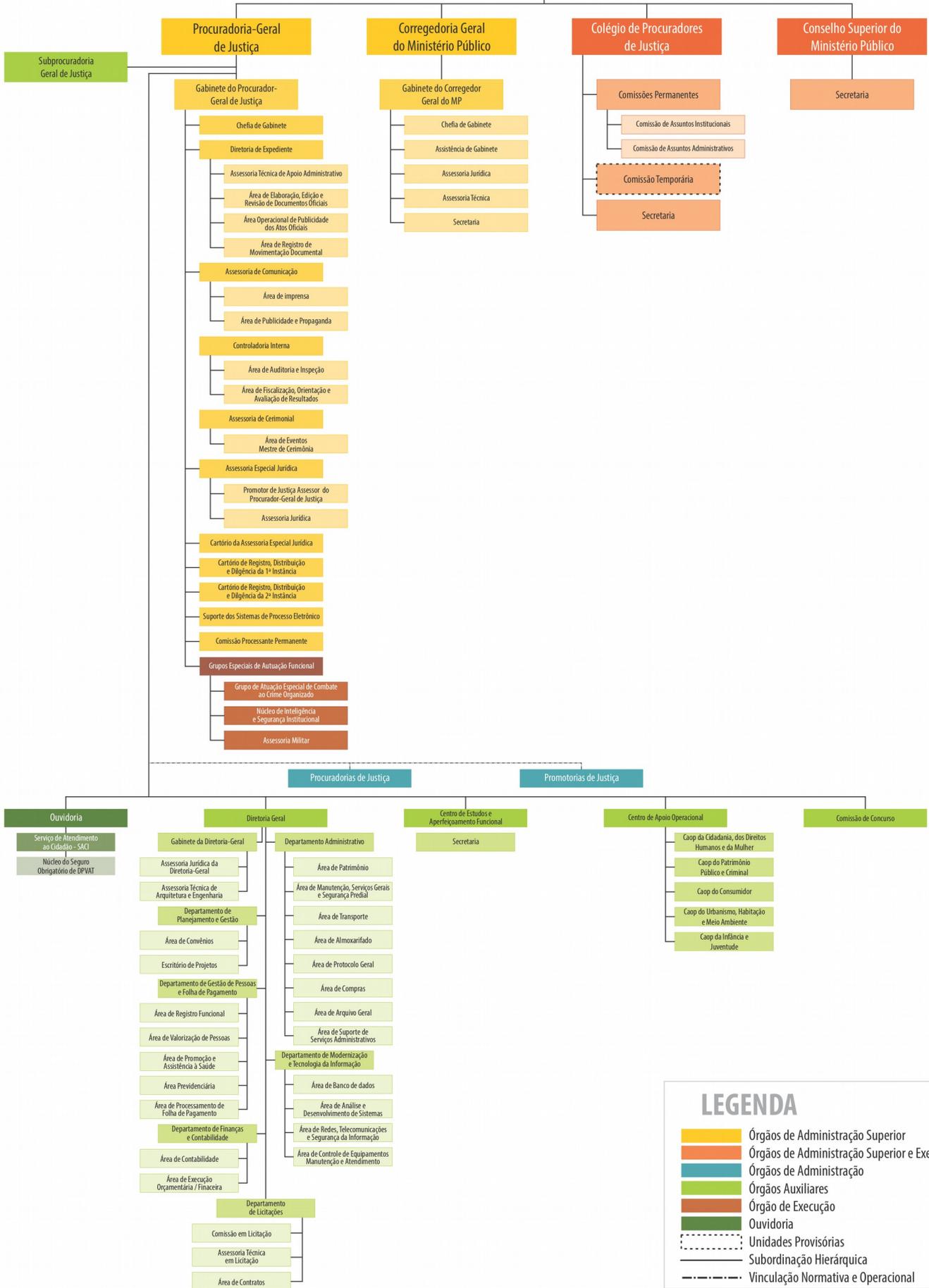
A disposição da Organização Administrativa e das vinculações hierárquicas do Ministério Público do Estado do Tocantins foi normatizada pela Resolução CPJ nº 008/2015, que aprovou o Organograma da instituição.

A seguir, as imagens que compõem o organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins, construído com base na legislação vigente, Regimento Interno do MP/TO:

Figura 2.4.2 – Organograma do Ministério Público do Estado do Tocantins

# ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO TOCANTINS

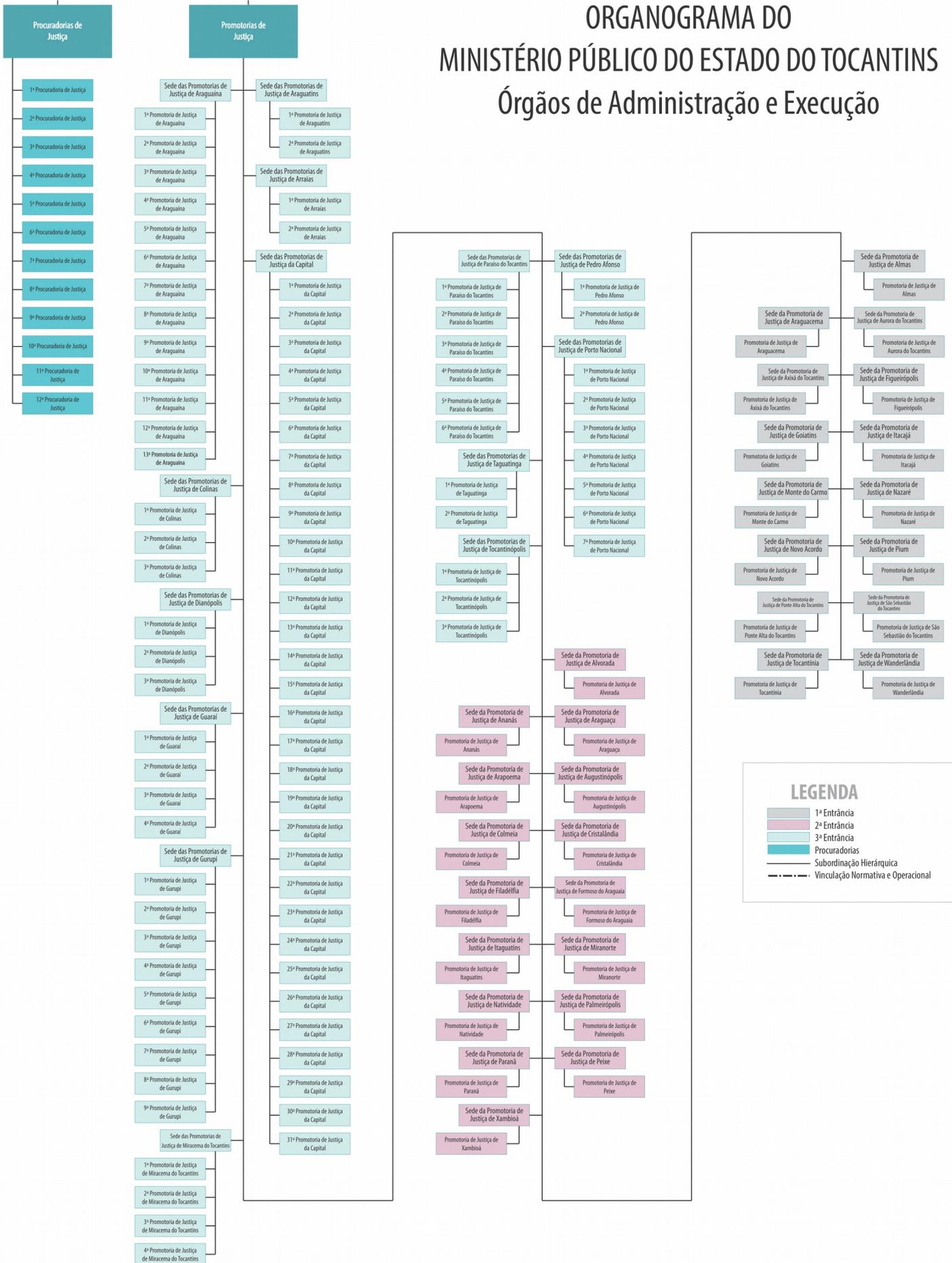
## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS



# ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

## Órgãos de Administração e Execução

Organograma Principal do MPE/TO



**LEGENDA**

- 1ª Entrância
- 2ª Entrância
- 3ª Entrância
- Procuradorias
- Subordinação Hierárquica
- Vinculação Normativa e Operacional



## **3.2 Acompanhamento dos indicadores do Mapa Estratégico**

O monitoramento e a avaliação da trajetória estratégica do Ministério Público do Tocantins fundamentam-se na apuração dos indicadores estabelecidos pela metodologia do Balanced Scorecard (BSC), utilizada na construção do Planejamento Estratégico 2010-2020. Atualmente, 52 indicadores oferecem a visão detalhada do desempenho da Instituição no alcance de seus 30 objetivos traçados no mapa estratégico. As metas de valores anuais dos indicadores são definidas a partir da média móvel do ano anterior mais 8 p.p. Dessa forma, assegura-se a ampliação contínua dos resultados dos anos anteriores até o término do ciclo do Planejamento Estratégico. O cálculo dos indicadores parte das informações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF e outros dados dos departamentos da instituição, compilados pelo Departamento de Planejamento e Gestão.

Os dados obtidos permitiram apurar o resultado de 39 indicadores em 2016. Os 13 indicadores não calculados serão objeto de reflexão na próxima revisão do Planejamento Estratégico. Entre os indicadores mensurados, 20 superaram as metas estabelecidas, outros 19 ficaram aquém. Os valores históricos, resultados e metas dos indicadores estão expostos na Tabela 3.2.1.

O número total de ações dos membros do Ministério Público Estadual é o principal indicador da dimensão impacto social. Este indicador mede o alcance da missão da Instituição, seu valor no exercício de 2016 superou a meta em 117,43%. Os outros dois indicadores ligados ao objetivo “ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais” não foram mensurados devido a não conclusão da estruturação do processo de atendimento ao cidadão e devido às restrições de ordem financeira que obrigaram a Instituição a preterir a pesquisa de imagem do MPTO.

Dentro da perspectiva dos processos internos, verifica-se que a atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística foi o indicador que superou a meta estabelecida em seu maior valor, em mais de 338,08%, tendo alcançado o score de 3.205 ações no ano, sendo o resultado obtido reflexo do trabalho dos órgãos de execução voltados para cumprimento do objetivo estratégico de promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística. Outro destaque foram as ações extrajudiciais de combate à criminalidade, indicador que superou sua meta em

304,67% e contribuiu para garantir maior segurança aos cidadãos tocantinenses. O fato de haver indicadores não calculados, nesta perspectiva, deve-se a projetos que não puderam ser implementados devido à restrição financeira.

Sob a perspectiva de pessoas e tecnologia, os resultados dos indicadores refletem a restrição financeira a qual à instituição esteve submetida nos últimos anos. Tal restrição acaba por obrigar a Alta Administração a fazer escolhas difíceis, alocando grande parte do orçamento em despesas não-discricionárias. Devido a esta circunstância, com exceção da rotatividade dos servidores, os demais indicadores desta perspectiva ficaram aquém de suas metas.

Por fim, de forma geral, os indicadores sinalizam a continuidade do cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos. Entretanto, devido à restrição financeira, a Instituição tem priorizado a atuação finalística em detrimento dos processos de apoio. Essa opção, a longo prazo, pode comprometer o avanço no cumprimento da missão Institucional, por estrangulamento da infraestrutura. Dessa forma, urge a busca de outras fontes de recursos.

Tabela 3.2.1 – Relatório de Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos, situação em Janeiro de 2016.

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2020
Impacto Social	1. Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais	1.1. Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	317.697	353.423	397.526
		1.2. Grau de satisfação no atendimento do MP/TO	*	*	*
		1.3. Pesquisa de imagem do MP/TO, em nível regional	*	*	78,00%
Processos Internos	2. Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente	2.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	2.643	3.506	2.042
		2.2. Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execuções de medidas socioeducativas	13.848	17.949	20.431
		2.3. Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente	15.754	19.182	12.040
	3. Exigir o cumprimento do direito à educação	3.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação	560	520	403
		3.2. Atuação na esfera cível na defesa do direito à educação	7	372	189
	4. Promover o atendimento ao dependente químico	4.1. Ações voltadas a execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”	*	*	*

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2020
	5. Fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual infanto juvenil	5.1. Ações voltadas a execução do Projeto "Tocantins contra a exploração sexual infanto juvenil"	*	*	*
	6. Combater a criminalidade	6.1. Ações Judiciais de Combate à Criminalidade	169.527	115.270	168.972
		6.2. Ações extrajudiciais de Combate à Criminalidade	326	447	157
	7. Efetivar controle externo da atividade policial	7.1. Ações Judiciais de Controle Externo da Atividade Policial	425	527	3.085
		7.2. Ações extrajudiciais de Controle Interno da Atividade Policial	373	256	195
	8. Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas	8.1. Ações de Fiscalização da Execução Penal	24.213	31.052	22.822
		8.2. Inspeções nas unidades prisionais	*	*	*
	9. Combater o crime organizado	9.1. Ações de combate ao crime organizado	1.619	754	6.557
	10. Combater a violência doméstica	10.1. Ações de combate a violência doméstica	23.581	26.494	27.593
	11. Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	11.1. Ações Judiciais de crimes contra pessoas com deficiência	*	07	56
		11.2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência	351	144	325
	12. Exigir o cumprimento dos direitos do idoso	12.1. Ações de fiscalização da execução da política do idoso	586	353	925

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2020
	13. Exigir o cumprimento do direito à saúde	13.1. Ações Judiciais de cumprimento do direito à saúde	4.556	5.585	3.813
		13.2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde	3.303	2.727	3.213
	14. Combater a improbidade e recuperar ativos	14.1. Ações Judiciais de combate a improbidade e recuperação de ativos	5.858	2.722	4.445
		14.2. Ações extrajudiciais de combate a improbidade e recuperação de ativos	6.134	5.186	5.251
	15. Exigir o cumprimento do direito eleitoral	15.1. Ações de cumprimento do direito eleitoral	2.586	14.229	12.294
	16. Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	16.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	3.205	2.411	1.393
		16.2. Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	405	459	835
		16.3. Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística	4.042	4.354	12.576
	17. Promover a defesa dos direitos humanos fundamentais – residuais	17.1. Ações voltadas a execução de Projeto “DH” (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, portadores de necessidades especiais e deficientes, idoso)	*	*	*

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2020
	18. Promover a defesa dos direitos do consumidor	18.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	998	593	509
		18.2. Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	410	304	1.517
		18.3. Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor;	181	135	2.417
	19. Ampliar parcerias estratégicas	19.1. Parcerias realizadas	15	25	38
	20. Garantir segurança institucional	20.1. Produtos conclusos do Plano de Segurança Institucional / Total de Produtos do Plano de Segurança Institucional	8/30	8/30	30/30
	21. Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	21.1. Nota GESPÚBLICA	586	586	930
	22. Otimizar a utilização dos recursos	22.1. Custo médio por processo (Em R\$)	507	494	337
	23. Ter comunicação institucional efetiva	23.1. Número de acessos ao portal do MPE	1.427.295	*	1.989.645
		23.2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia	4.415	6.386	7.250
		23.3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	*	*	*

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2020
Pessoas e Tecnologia	24. Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins	24.1. Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	9,24	4,33	25
		24.2. Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição dividido pelo número total de membros e servidores em exercício	*	24,34%	*
	25. Atrair e reter talentos	25.1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	2,40%	0,34%	3,00%
		25.2. Concorrência nos Concursos Públicos	*	*	*
		25.3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.	*	*	*
	26. Garantir clima organizacional favorável	26.1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional – anual	*	*	*
		26.2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	3.939	3.911	6.194
	27. Ter comunicação interna efetiva	27.1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)	*	*	*
		27.2. Número de acessos às áreas da intranet	*	*	*

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2015	Resultado 2016	Meta 2020
	28. Garantir Infraestrutura física adequada	28.1. Percentual de Execução de Infraestrutura = (% de Infraestrutura imobiliária adequada [peso 45%] + % de frota de veículos adequada [peso 20%] + % de Infraestrutura mobiliária adequada [peso 25%] + % de Infraestrutura adequação predial realizada [peso 10%])	48,91%	76,09%	79,00%
	29. Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	29.1. Integração dos Sistemas do MPE-TO = (nº de sistemas integrados / (nº de sistemas existentes + nº de novas demandas)) * 100	58,50%	61,75%	97,00%
	30.1 Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional	30.1. Participação orçamentário-financeira do MP/TO em relação à Receita Líquida de Impostos	2,99%	3,15%	4,00%

Fonte: DEPLAN/PGJ

### 3.3 Situação dos projetos estratégicos

Conforme será detalhado em cada ação constante do PPA 2016-2019, os projetos estratégicos deste MPTO encontram-se conforme descrito abaixo:

Quadro 3.3.1 – Situação dos Projetos Estratégicos

<b>Projeto</b>	<b>Situação</b>
Projeto REICLAMP (Planejamento Estratégico)	Em Andamento
Projeto de Infraestrutura Administrativo e Tecnológico (Planejamento Estratégico)	Em Andamento
Projeto de Informatização de Sistemas (Planejamento Estratégico)	Em Andamento
Projeto de Segurança Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Projeto GESPÚBLICA (Planejamento Estratégico)	Em andamento
Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público	Em Andamento
Ampliação da frota de veículos do Ministério Público	Em andamento

Fonte: DEPLAN/PGJ

Cumprе ressaltar que, no exercício de 2016, não houve transferências voluntárias para a Instituição na modalidade Convênio.

## 4 Apresentação Geral da Execução Orçamentária em 2016

No decorrer de 2016, foram empreendidos esforços pela Administração Superior do Ministério Público nas áreas de inovação institucional, infraestrutura física e valorização de membros e servidores, que tiveram uma única finalidade: tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocantinos, tão necessitados do manto de proteção ministerial.

Este esforço é traduzido na evolução das ações finalísticas promovidas pela instituição, que vem mantendo uma trajetória ascendente nos últimos anos. Nesta perspectiva, a Procuradoria-Geral de Justiça buscou adquirir novos equipamentos e materiais, procurando modernizar e incrementar a capacidade de atuação deste órgão, bem como atender aos objetivos previstos no Planejamento Estratégico.

Importante salientar a ampliação dos investimentos nas ações de Aparelhamento das Unidades e Estruturação de Tecnologia da Informação, bem como na construção de novas sedes. Esta alocação de recursos visa a correção das deficiências em infraestrutura.

A seguir, tabela de execução orçamentária, em 2016.

### 4.1 Orçamento executado em 2016

Tabela 4.1.1 – Execução Orçamentária 2016

Fonte de Recursos	Grupo de Despesas	Orçamento Autorizado	Orçamento Empenhado	% Executado
0100 – Recursos Próprios	31 – Pessoal e Encargos Sociais	128.400.920,00	124.479.826,12	96,95
	33 – Outras Despesas Correntes	50.327.200,00	49.687.170,62	98,73
	44 – Investimentos	7.278.880,00	7.961.214,76	109,37
	Subtotal	186.007.000,00	183.328.211,50	98,56
0104 – Emendas Parlamentares	44 – Investimentos	1.200.000,00	200.000,00	16,67
	Subtotal	1.200.000,00	200.000,00	16,67
Total		187.207.000,00	183.528.211,50	98,03

Fonte: Sistema SIAFEM

## 4.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Ao agregarmos as suplementações ao valor inicialmente aprovado, obtemos o orçamento autorizado para o Ministério Público do Tocantins, ou seja, os valores efetivamente disponíveis para utilização em 2016. Observa-se que após as suplementações, o orçamento autorizado da fonte 0100-Recursos Próprios ficou em R\$ 183.528.211,50, e que o mesmo alcançou 98,56% de execução, demonstrando a eficiência da gestão das finanças da Instituição, visto que as organizações públicas setoriais não visam ao superavit orçamentário. Já os recursos da fonte 0104 – Emendas Parlamentares – atingiram apenas 16,67% de execução, devido ao descompasso no processo de liberação dos recursos entre a SEPLAN e a Assembleia Legislativa, fato que prejudicou o índice geral de execução do orçamento do MPTO, reduzindo-o a 98,03%.

Tabela 4.2.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Despesas Correntes		
			Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos	03.091.1070.1047	-	-	-40.000,00
		03.091.1173.1079	-	-	-35.000,00
		03.091.1173.2100	-	-	-20.180,00
		03.091.1173.2147	-	-	-15.000,00
		03.091.1173.2149	-	-	-139.621,00
		03.122.1144.2285	-	-	-957.917,00
		03.126.1144.2294	-	-	-456.670,00
		03.126.1170.1037	-	-	-205.676,00
		03.091.1173.2101			-194.892,00
	Subtotal	-	-	-2.064.956,00	
	Recebidos	03.091.1170.1082	-	-	75.000,00
		03.091.1170.1088	-	-	39.938,00
		03.091.1144.2210	-	-	101.524,00
		03.091.1144.2284	-	-	1.011.000,00
		03.091.1144.2289			110.000,00
		03.091.1144.2310			14.000,00
		03.122.1170.1023			467.799,00
	Subtotal	-	-	1.819.261,00	
Total	-	-	-245.695,00		

## 5 Programa Temático: 1170 - Modernização e Governança da Justiça

O programa temático “1170-Modernização e Governança da Justiça” reúne as ações que traduzem o esforço voltado ao aperfeiçoamento organizacional. A realidade problematizada no programa parte do pressuposto de que a disponibilização de infraestrutura física e tecnológica adequadas resulta em melhoria da atuação ministerial, que, conseqüentemente, amplia a defesa do interesse coletivo. Os demais componentes que permitem caracterizar o programa estão expostos no quadro 5.1.1.

Quadro 5.1.1- Atributos do Programa 1170

Denominação:	1170-Modernização e Governança da Justiça			
Objetivo	0359 – Aperfeiçoar as estruturas de apoio à área-fim, racionalizando a gestão administrativa, proporcionando à atuação ministerial condições de trabalho com saúde, segurança e comodidade, bem como da proteção dos bens e sistemas.			
Público-Alvo	Sociedade Tocantinense			
Dotação Orçamentária do Exercício 2016	Inicial: R\$ 8.458.600,00	Autorizada: R\$ 8.744.841,00	Empenhada: R\$ 8.423.400,28	
Indicadores				
Indicadores	Resultado 2014	Resultado 2015	Índice desejado 2019	Resultado 2016
Custo médio por processo, em (R\$)	556,00	507,00	418,00	494
Nota obtida na autoavaliação da Gestão pelo Programa GESPÚBLICA – Nota Padrão	586	586	750	586

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 5.1.1 apresenta o resumo do ocorrido no programa “1170-Modernização e Governança da Justiça” em 2016. Observa-se que a execução do orçamento autorizado (96,32% do total autorizado foi empenhado) permitiu o alcance dos

resultados pretendidos, pois o custo médio por processo, indicador do programa, reduziu-se e alcançou R\$ 494,00, sendo necessário reduzir em apenas 18% o custo do processo atual para alcançarmos o resultado esperado em 2019. Deduzimos, com isso, que as despesas realizadas com o programa permitiram elevar a eficiência da atuação finalística da Instituição.

Como o programa foi concebido apenas para o PPA 2016-2019, ainda não é possível inferir se o resultado obtido em 2016 é consistente com a série histórica para o indicador.

A partir do objetivo do programa foram propostas 13 metas, conforme apresentado na Tabela 5.1.2. Percebe-se que principal destaque foi a meta “Construir 14 sedes de promotorias de justiça – Região Central” que já atingiu 100% em relação ao previsto para 2019, evidenciando a preocupação ministerial com a infraestrutura disponível. Outras metas que se destacaram em 2016 por terem alcançado resultado acima do esperado foram: “Manter 42 Unidades do Ministério Público em Condições Físicas e Mobiliárias Adequadas ao Trabalho dos Integrantes do Ministério Público” (100%) e “Manter 42 Unidades com Tecnologia de Informação Estruturada (equipamentos e sistemas)” (100%).

Tabela 5.1.2 Metas 2016-2019

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2016 (B)	% (B/A)
Alcançar 90% de Integração nos Sistemas de TIC do Ministério Público	Estadual	90%	61,75%	69
Ampliar a média de horas de capacitação por membros e servidores para 23,30 horas	Estadual	23,30	4,33	19
Construir 14 sedes de promotorias de justiça	Região de Planejamento Bico do Papagaio	3	1	33,33
	Região de Planejamento Central	01	1	100
	Região de Planejamento Centro-Oeste	01	0	0
	Região de Planejamento Nordeste	2	0	0

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2016 (B)	% (B/A)
	Região de Planejamento Noroeste	2	0	0
	Região de Planejamento Norte	1	0	0
	Região de Planejamento Sul	3	0	0
Dar tratamento adequado a 100% do acervo documental do Ministério Público	Estadual	100%	12,06%	12,06
Manter 42 Unidades com Tecnologia de Informação Estruturada (equipamentos e sistemas)	Estadual	42	42	100,00
Manter 42 Unidades do Ministério Público em Condições Físicas e Mobiliárias Adequadas ao Trabalho dos Integrantes do Ministério Público	Estadual	42	42	100,00
Renovar 70% da frota de veículos com mais de 5 anos de uso	Estadual	70	33,33	47,61

Fonte: PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

Em relação às alterações orçamentárias ocorridas no Programa, créditos adicionais (art. 25 da LDO 2016) e transferências de dotações (art. 27 da LDO 2016), as mesmas estão detalhadas na Tabela 5.2.3. Verifica-se que o saldo final no fluxo de créditos recebidos e concedidos ficou positivo em R\$ 286.241,00 , resultado obtido a partir da soma dos grupos outras despesas correntes (R\$ 47.621,00) e investimentos (R\$ 238.620,00).

### **5.1 Alterações Orçamentárias do Programa 1170: *Modernização e Governança da Justiça***

Tabela 5.1.3 – Alterações Orçamentárias do Programa 1170 – Modernização e Governança da Justiça

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
			Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos
Movimentação	Concedidos	03.091.1170.1082	-	-	-71.817,00
		03.122.1170.1047	-	-15.000,00	-25.000,00
		03.126.1170.1037	-	-37.176,00	-168.500,00
		03.128.1170.1010	-	-47.020,00	-3.800,00
	Subtotal	-	0,00	-99.196,00	-269.117,00
	Recebidos	03.091.1170.1023	-	-	467.799,00
		03.091.1170.1082	-	146.817,00	-
		03.091.1170.1088	-	-	39.938,00
	Subtotal	-	0,00	146.817,00	507.737,00
	Total	-	0,00	47.621,00	238.620,00

Fonte: Sistema SIAFEM

Apresentado o programa, o desempenho de suas metas e as alterações de seu orçamento, passemos ao detalhamento das ações que o compõem. É por meio destas que o Ministério Público do Estado do Tocantins manifesta seu empenho no sentido de alcançar seus objetivos estratégicos. O programa é formado por 07(sete) ações, sendo todas classificadas como projetos. Em 2016, foram executadas 06 (seis) ações.

## **5.2 Ações do programa temático 1170: Modernização e Governança da Justiça**

### **5.2.1 Ação 1047: Implantação da política arquivística no Ministério Público**

Quadro 5.2.1.1 – Resumo da ação 1047

Título	1047: Implantação da política arquivística no Ministério Público			
Descrição:	Implementar solução para a gestão de documentos e informações que vá ao encontro da Política Nacional de Arquivos por meio da criação de critérios e procedimentos arquivísticos relacionados à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento do documento, bem como para a utilização de ferramentas tecnológicas que garantam o armazenamento em ambiente seguro e para a adoção de sistemática digital para o rito processual como alternativa à forma tradicional.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Política arquivística implantada	Porcentagem	10	12,66%	126,00%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema SIAFEM

A Lei Federal nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, estabelece a política nacional de arquivos públicos e privados, como instrumento destinado a conferir transparência para a documentação gerada pelas instituições. Esta ação de Gestão Documental no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins procura materializar o atendimento aos dispositivos estabelecidos na legislação apontada.

Por outro lado, conforme dados do Planejamento Estratégico 2010-2018, houve um crescimento das ações ministeriais, entretanto, os recursos utilizados no gerenciamento das informações não estão acompanhando de forma satisfatória, impactando negativamente todo o sistema.

Assim, a política de gestão de documentos no Ministério Público do Estado do Tocantins visa o gerenciamento, o controle e o monitoramento dos documentos e informações que compõem o acervo do arquivo, bem como contribui para a preservação dos mesmos. Outrossim, existe uma massa documental expressiva que vem se avolumando com o passar do tempo e que precisa ser descartada mediante critérios técnicos.

Entre os ganhos para a Administração decorrente da implantação do projeto se encontram a racionalização e redução de custos operacionais na produção e no armazenamento de documentos, a agilidade na recuperação das informações, a proteção e segurança aos documentos sigilosos e a preservação da documentação histórica e da memória do Ministério Público do Tocantins. Além disso, as rotinas de gestão introduzidas pelo projeto facilitarão a implantação de outras ações de modernização como o mapeamento de processos, a gestão por competência e as atividades de inteligência e contrainteligência.

Ciente de que a política arquivística possui uma função estratégica por salvaguardar aspectos operacionais e administrativos, bem como contribui para a preservação da memória institucional, além de viabilizar o contínuo aprendizado organizacional, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a nomeação de uma profissional especializada na Gestão Arquivística.

A partir desta nomeação da área de arquivo, iniciou-se a implantação da gestão documental no âmbito do MP/TO, com as seguintes etapas realizadas no decorrer do ano de 2016, conforme tabela a seguir:

#### Quadro 5.2.1.2 – Atividades realizadas no Projeto de Gestão Documental, em 2016

Descrição das atividades
Quadro de apoio do MP/TO alterado com a criação do cargo de Arquivista e técnico em arquivo
Estudo dos normativos da instituição para elaboração do diagnóstico
Levantamento da produção de documentos/aplicação de questionários nas áreas
Consolidação de informações e elaboração de diagnóstico da instituição

Fonte: Departamento de Planejamento e Gestão

Observa-se que não houve recursos empenhados na Ação Orçamentária 1017, entretanto, este fato não impediu o desenvolvimento de outras ações não orçamentárias buscando contribuir com a meta elencada na presente ação, conforme, detalhados anteriormente.

### 5.2.2 Ação 1082: Realização de adequações físicas e mobiliárias do Ministério Público

Quadro 5.2.2.1 – Resumo da ação 1082 – Realização de adequações físicas e mobiliárias do Ministério Público

<b>Título</b>	1082 – Realização de adequações físicas e mobiliárias do Ministério Público			
<b>Descrição:</b>	A adequação das unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins será realizada mediante a realização de reformas, ampliações e adequações, aquisição de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação ou procedimento de dispensa, realização dos serviços ou recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Unidade adequada	%	25%	25%	100,00%
<b>Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)</b>				
<b>Dotação inicial (A)</b>	<b>Dotação autorizada (B)</b>	<b>Empenhado (C)</b>	<b>Liquidado (D)</b>	<b>%(C/B)= E</b>
1.595.100,00	1.670.100,00	1.611.476,55	1.064.499,70	96,49

Fonte: Sistema SIAFEM

Durante o exercício de 2016, empreendemos esforços para atender às diversas demandas aportadas nesta Área, sempre pautando para o objetivo estratégico de obter infraestrutura adequada que possibilitasse aos membros, servidores e a sociedade em geral, ambientes mais confortáveis.

Com o intuito de viabilizar as aquisições necessárias, foram realizados diversos procedimentos licitatórios via Pregões Presenciais que redundaram em Atas de Registro de Preços, as quais são formatadas conforme as especificações dos bens a serem adquiridos: SRP 025/2016 – Aquisição de Poltronas; SRP –041/2016 – Aquisição de condicionadores de ar com instalação; SRP – 042/2016 –Aquisição de mobiliários em geral; SRP – 043/2016 – Aquisição de estantes de aço; SRP – 048/2016 – Equipamentos de copa (frigobar); SRP – 049/2016 –Equipamentos de copa (fragmentadora de papel); SRP – 050/2016 – Equipamentos de copa (diversos).

Neste exercício houve também a mudança de 02 (duas) Promotorias de Justiça, Almas e Aurora do Tocantins, que saíram dos respectivos Fóruns para instalações locadas e 02 (duas) Promotorias de Justiça que mudaram para sede própria nova – Augustinópolis e Porto Nacional e 01 (uma) Promotoria de Justiça (Miracema do Tocantins) que foi totalmente reformada.

Os mobiliários utilizados na estruturação das Promotorias de Almas e Aurora foram aproveitados dos excedentes das Promotorias de Peixe, Natividade e Taguatinga, conforme sugestões da Comissão de Inventário no Relatório de 2015. Também foram atendidas as Promotorias de Justiça que estavam sem estrutura de copa/cozinha, as quais foram contempladas com armário e fogão.

Destacamos, especialmente, neste exercício, a mudança para sede própria das Promotorias de Augustinópolis (setembro de 2016) e Porto Nacional (em fase de conclusão). Para estas, foram adquiridos mobiliários novos, ocasião em que foram substituídos todos os móveis, condicionadores de ar e poltronas, proporcionando, assim, maior conforto para os membros, servidores e a população, que passou a gozar de estruturas modernas.

Para a nova sede das Promotorias de Porto Nacional, foram adquiridos mobiliários novos contemplando os gabinetes dos Promotores, sala dos Analistas, Recepção, sala dos Técnicos e dos Oficiais. Também foram renovados os itens de cozinha e os condicionadores de ar. Ressalta-se que o prédio é composto por um auditório equipado com cadeiras novas e demais itens, ofertando a membros, servidores e comunidade em geral uma estrutura nova, mais confortável e ergonômica.

As Promotorias de Justiça de Araguaína passaram por ampliação dos ambientes para atender aos novos servidores e estagiários.

A sede das Promotorias de Miracema do Tocantins passou por uma ampla reforma também teve substituídos todos os mobiliários, recebendo móveis novos para todos os ambientes.

Outras aquisições foram realizadas durante este período, as quais buscaram suprir as necessidades de cada solicitação, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras. Destacamos entre os bens adquiridos os seguintes: equipamentos de processamento de dados; utensílios domésticos e mobiliários em geral, sempre buscando proporcionar infraestrutura adequada aos membros, servidores e aos

cidadãos.

Tabela 5.2.2.1 – Relatório Sintético de Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie

Especificações	Ano, em (R\$)	
	2015	2016
Veículos rodoviários e equipamentos para veículos	0,00	601.650,00
Equipamentos para processamento de dados	460.840,40	492.418,54
Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, lab. e hospitalares	391,50	348,00
Aparelhos e utensílios domésticos	44.822,00	276.784,35
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	297,24	6.289,80
Mobiliário em geral	41.447,06	586.384,80
Aparelhos e instrumentos de medição, teste e Controle	987,60	1.372,66
Aparelhos e equipamentos de comunicação	5.990,00	40.146,00
Máquinas e equipamentos gráficos	999,29	6.289,80
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	26.826,98	2.093,90
Equipamentos hidráulicos, elétricos e energéticos	590,00	3.410,00
Máquinas e utensílios para escritório	15.256,00	81.604,35
Total	598.448,07	2.098.792,20

Fonte: Sistema SIAFEM

#### ✓ Reformas Executadas

As reformas realizadas têm por objetivo promover a melhoria das instalações existentes e adequar os espaços tanto para o cidadão usuário quanto para os membros e servidores do Ministério Público.

Em virtude do crescimento operacional da Instituição e conseqüente aumento no número de servidores, tornou-se necessária a otimização dos espaços no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça. Sendo assim, foram elaborados Projetos de Arquitetura de Modificação e Layout para adequação de espaços, cuja execução foi feita com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.

Quadro 5.2.2.2 – Promotoria/Área reestruturados – Sede Procuradoria-Geral de Justiça

Promotoria/Área	Tipo de Serviços
Corregedoria-Geral	Projetos de Arquitetura de Modificação e Layout para adequação de espaços, cuja execução foi feita com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.
Gabinete da 3ª Promotoria de Justiça da Capital	
Gabinete da 4ª Promotoria de Justiça da Capital	
Gabinete da 23ª Promotoria de Justiça da Capital	
Gabinete da 27ª Promotoria de Justiça da Capital	
Gabinete da 28ª Promotoria de Justiça da Capital	
Diretoria de Expediente	
Sala de Atendimento ao Cidadão	
Reservatório inferior de água do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça	Substituição das células de reservação e execução de novas instalações hidráulicas, elétricas e de automação. A execução da obra foi concluída em dezembro de 2016.
Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins	Readequação dos espaços utilizando divisórias em gesso acartonado, substituição das instalações elétricas e de cabeamento estruturado, instalação de forro PVC, adaptação dos banheiros para atender as normas de acessibilidade, execução da cobertura das garagens, instalação de gradil, além de aplicação de novas pinturas e substituição das telhas. Execução da obra em andamento desde agosto de 2016, com fiscalização da ATAÉ, e previsão para entrega em janeiro de 2017.

Fonte: Área de Engenharia e Arquitetura

✓ **Outras atividades desenvolvidas**

- Manutenção na subestação;
- Assessoria técnica à Promotoria em processo de averiguação de Improbidade administrativa;
- Vistorias em imóveis para aluguel com a finalidade de instalar as promotorias das comarcas do interior;

→ Assessoria técnica na locação de imóveis para: Promotoria de Justiça de Goiatins e Anexo da sede da PGJ.

### 5.2.3 Ação 1088: Renovação da frota de veículos do Ministério Público

Quadro 5.2.3.1 Resumo da Ação 1088

Título	1088 – Renovação da frota de veículos do Ministério Público			
Descrição:	Aquisição de veículos visando substituição de frota obsoleta e sua ampliação, quando possível, compreendendo as seguintes etapas: análise da demanda; abertura de processo licitatório; recebimento dos veículos; distribuição dos veículos para as unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Veículo adquirido	Unidade	10	14	140
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
750.000,00	789.938,00	789.937,91	789.937,91	100,00

Fonte: Sistema SIAFEM

A visão de futuro do Plano Estratégico Institucional 2010-2018 faz com que a Instituição trabalhe em conjunto para “ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade”.

É imprescindível para o êxito desta visão de futuro, tanto na atividade-fim quanto na atividade-meio, a utilização de uma frota de veículos em condições de responder prontamente às necessidades da Instituição.

Considerando, ainda, a distribuição geográfica das 42 (quarenta e duas) Promotorias de Justiça e a sede desta PGJ, a relevância da frota de veículos adequada às necessidades torna-se clara, na medida em que viabiliza o cumprimento da missão institucional, ao promover o transporte de membros e servidores, conferindo agilidade na tramitação de autos, documentos, materiais e transporte de integrantes do quadro de pessoal em ações operacionais entre as unidades deste Ministério Público.

Face ao objetivo estratégico “Garantir Infraestrutura física adequada” que visa

proporcionar suporte e dar eficiência e eficácia nas ações de ministeriais, propomos a aquisição de veículos novos para atendimento das demandas e, conseqüentemente, atingir a missão estratégica do órgão. Considerando ainda a existência do concurso público em andamento, o qual tem como objetivo sanar as lacunas tanto para os cargos de Oficial de Diligências, quanto ao cargo de Motorista Profissional, vindo estes aprovados a serem lotados em municípios nos quais promotorias atualmente não possuem servidores para a execução de tais serviços, haverá a demanda de renovação e ampliação da frota de veículos do Ministério Público, com a aquisição de 18 (dezoito) novos veículos para atender às necessidades dos Órgãos Institucionais.

Outro aspecto a ser considerando é a idade da frota da Procuradoria-Geral, 06 anos. Sabe-se que todo veículo sofre um desgaste natural com o uso e a ação do tempo. À medida que eles se deterioram, prejudicam a qualidade do serviço prestado e podem ser substituídos apenas as peças ou todo o veículo, como forma de aumentar a eficiência e confiabilidade da frota. Assim, a vida útil dos veículos pode ser prolongada, o que via de regra implica em custo de manutenção mais elevado, devido à falência dos sistemas mecânicos, elétricos e eletrônicos, à corrosão da chaparia, deterioração e quebra de acessórios.

Diante desta situação, a Procuradoria-Geral de Justiça, em julho de 2016, realizou a aquisição de 14 (quatorze) veículos novos, que passaram a integrar a frota do MP/TO, sendo sete destinados à Capital e sete para o interior (Porto Nacional, Paraíso, Gurupi, Augustinópolis, Araguaína e Tocantinópolis), consolidando um investimento total de R\$ 789.937,91.

As aquisições de veículos no decorrer de 2016 estão detalhadas a seguir:

Tabela 5.2.3.1 – Veículos adquiridos, em 2016

Item	Tipo	Versão	Modelo	Marca	Combustível	Potência (cv)	Quantidade	Valor	Total
1	Passeio	Hatch	Gol	VW	Flex	101	01	49.498,24	49.498,24
2		Hatch	Gol	VW	Flex	101	05	42.100,00	210.500,00
3		Sedan	Voyage	VW	Flex	150	03	47.050,00	141.500,00
4		Sedan	Voyage	VW	Flex	150	01	44.661,15	44.661,15
5		Sedan	Voyage	VW	Flex	150	01	47.064,26	47.064,26
6		Sedan	Voyage	VW	Flex	150	01	47.064,26	47.064,26
7	Utilitário	Pick-Up	Ranger	Ford	Diesel	150	02	125.000,00	250.000,00
Total									789.937,91

Fonte: Área de Transportes

## 5.2.4 Ação 1023: Construção de sedes de Promotorias de Justiça

Quadro 5.2.4.1 – Resumo da Ação 1023

Título	1023 – Construção de sedes de Promotorias de Justiça			
Descrição	Construção das unidades do Ministério Público tendo como etapas: Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Promotorias construídas	Porcentagem	P-1= 3 P-2= 1	P-1= 1 P-2= 1	P-1= 0,33 P-2= 1,00
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
4.676.180,00	5.147.979,00	4.893.206,28	4.618.795,33	95,05

Legenda: P-1: Região de Planejamento Bico do Papagaio, P-2: Região de Planejamento Central  
Fonte: Sistema SIAFEM

A ação Construção das Promotorias do Ministério Público provê recursos destinados a ampliar e adequar a infraestrutura física visando atender ao objetivo estratégico “Garantir infraestrutura física adequada”.

Nos últimos anos, o Ministério Público vem empreendendo esforços visando construir prédios modernos para servir de abrigo às atividades do Ministério Público. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, demonstrando a real dimensão da grandeza institucional das Promotorias de Justiça.

Com esta visão, foi inaugurada no início do mês de setembro a sede própria das Promotorias de Justiça de Augustinópolis, construída com investimento total de R\$ 1,1 milhão. Com a entrega do prédio, aquela unidade do Ministério Público Estadual deixa de funcionar em sede alugada, passando a ocupar um espaço definitivo, construído de acordo com um padrão arquitetônico que foi estabelecido no ano de 2011, o qual preza pela funcionalidade e visa assegurar o perfeito fluxo das atividades

ministeriais. Esse novo padrão arquitetônico ainda garante unidade visual aos prédios do Ministério Públicos localizados no interior do Estado e segue todas as normas legais de acessibilidade.

A sede própria de Augustinópolis possui 402 metros quadrados de área construída, onde estão instalados dois gabinetes para promotores de justiça, com banheiros e salas anexas para analistas, recepção, sala de audiências e reuniões, protocolo, sala para técnicos e estagiários, sala para rack, arquivo, almoxarifado, copa, depósito para material de limpeza e sanitários masculino e feminino.

Com a inauguração, o Ministério Público Estadual passa a contar com 16 sedes próprias. Além de contribuir para o aperfeiçoamento das atividades ministeriais, a construção de sedes próprias acrescenta ao patrimônio do Ministério Público prédios e também lotes urbanos, os quais têm sido doados pelas respectivas prefeituras, Governo do Estado ou pela União. No caso de Augustinópolis, o lote e a obra somam um patrimônio aproximado de R\$ 1.149.000,00.

Além do município-sede, a Comarca de Augustinópolis atende Carrasco Bonito, Esperantina, Praia Norte, Sampaio e São Sebastião do Tocantins, alcançando uma população de 49 mil pessoas.

A seguir, procede-se ao detalhamento deste investimento, visando possibilitar a análise desta obra e seus custos principais:

Tabela 5.2.4.1 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Augustinópolis

Obra	Construção das Promotorias de Justiça de Augustinópolis	
Processo nº	2015/0701/000271	
Licitação	Concorrência nº 001/2015	
Contrato nº	051/2015	
Estrutura	Área do terreno: 1.116,00 m <sup>2</sup> Área construída: 402,08 m <sup>2</sup> Área urbanizada*: 713,92 m <sup>2</sup> Dois gabinetes de Promotoria com banheiro privativo Plenário Banheiro público com acessibilidade Garagem privativa para os membros Estacionamento público com vaga especial Vaga especial: Pessoas com Mobilidade Reduzida e Idosos	
Valor inicial do contrato	R\$ 1.119.000,00	(%) execução

Obra	Construção das Promotorias de Justiça de Augustinópolis	
Valor Medido	R\$ 1.116.009,65	
Valor Pago	R\$ 1.116.009,65	100,00
Valor Final por metro quadrado construído	R\$ 2.775,59	100,00
Execução no exercício 2016	R\$ 932.032,46	83,51

Fonte: Área de Engenharia e Arquitetura

Com investimento na ordem de R\$ 3.658.206,09, será inaugurada, no dia 17 de fevereiro, às 17h30, a sede própria das Promotorias de Justiça de Porto Nacional. Porto Nacional será a 17ª comarca a ter sede construída com recursos próprios do Ministério Público do Tocantins. A obra está localizada no Anel Viário, Setor Aeroporto, ao lado do Fórum.

A nova sede possui uma área construída de 1.485,99 m<sup>2</sup>, dispostos em um pavimento térreo edificado em uma área urbanizada de 4.469,87 m<sup>2</sup>. A edificação contempla recepção ampla, plenário com capacidade para 120 pessoas, banheiros acessíveis, salas administrativas, 08 (oito) gabinetes de promotoria e demais salas de apoio.

O prédio segue padrão arquitetônico estabelecido em 2010 para as Promotorias de Justiça de todo o Estado, sempre prezando pela funcionalidade, pelo conforto e pelo respeito às normas de acessibilidade. A padronização garante melhores condições de trabalho para membros e servidores e resulta em uma maior produtividade em benefício do cidadão.

Além do município-sede, a Comarca de Porto Nacional atende Brejinho de Nazaré, Fátima, Ipueiras, Monte do Carmo, Oliveira de Fátima, Santa Rita do Tocantins e Silvanópolis, alcançando uma população de 79 mil pessoas.

Os investimentos em infraestrutura são necessários para garantir condições adequadas de trabalho aos membros e servidores. Desta forma, o novo prédio foi inaugurado obedecendo todas as normas de acessibilidade que constam na Resolução nº 81 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

A seguir, procede-se ao detalhamento deste investimento, visando possibilitar a análise desta obra e seus custos principais:

Tabela 5.2.4.2 – Situação de obra das Promotorias de Justiça de Porto Nacional

Obra:	Construção das Promotorias de Justiça de Porto Nacional	
Processo nº:	2015/0701/00272	
Licitação:	Concorrência nº 002/2015	
Contrato nº:	058/2015	
Estrutura:	Área do terreno: 15.572,40 m <sup>2</sup> Área construída: 1.485,99 m <sup>2</sup> Área urbanizada*: 4.469,87 m <sup>2</sup> Oito gabinetes de Promotoria com banheiro privativo Plenário Sala de reuniões Cartório Banheiro público e de funcionários com acessibilidade Garagem privativa para os membros Garagem para carro oficial Área de convivência Estacionamento público com vaga especial Vaga especial: Pessoas com Mobilidade Reduzida e Idosos	
Valor inicial do contrato	R\$ 4.085.700,00	(%) execução
Valor Medido	R\$ 3.773.215,82	
Valor Pago	R\$ 3.498.805,68	100,00
Valor Final por metro quadrado construído	R\$ 2.539,19	100,00
Execução no exercício 2016	R\$ 3.395.947,10	90,00

Fonte: Área de Engenharia e Arquitetura

✓ **Outros projetos em andamento**

✓ **Goiatins:** Projeto de Arquitetura.

✓ **Araguacema:** Projeto de Arquitetura.

✓ **Prédio do Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça:** Arquitetura, Estrutural, Fundações, Hidrossanitário, Elétrico, Cabeamento Estruturado, SPDA, Combate a Incêndio, Planejamento e Orçamento da obra.

### 5.2.5 Ação 1037: Estruturação de tecnologia da informação para as unidades do MPE

Quadro 5.2.5.1 – Resumo da Ação 1037

Título	1037 – Estruturação de tecnologia da informação para unidades do MPE			
Descrição:	Estruturação das Unidades do MP/TO para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender às demandas das Unidades do MP/TO, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Unidade estruturada tecnologia adequada	Percentual	57	58,50	102,63
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.315.000,00	1.109.324,00	1.099.109,54	693.288,44	99,08

Fonte: Sistema SIAFEM

#### ✓ Recursos Humanos em Tecnologia da Informação

A análise dos dados de Recursos Humanos disponíveis para execução das atividades e projetos de Tecnologia da Informação no Ministério Público, no ano de 2016, apresenta os seguintes números:

Tabela 5.2.5.1 – Quadro de Pessoal TI

Área	Disposição	Efetivo Comissionado	Terceirizado	Comissionado	Efetivo	Total
ABD*	-	-	-	1	1	2
ACEMA	-	-	1	2	5	8
ADS	1	-	-	3	6	10
Chefia	-	1	-	-	-	1
RTSI	-	1	-	-	2	3
Total	1	2	1	6	14	24

\*ABD – Área de Banco de Dados;

\*\*ACEMA – Área de Controle de Equipamentos, Manutenção e Atendimento;

\*\*\* ADS – Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;

\*\*\*\* RTSI – Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação

Este efetivo de pessoal, apesar de ter sido incrementado ao longo dos anos, ainda se mostra insuficiente diante da demanda, em especial, no que se refere ao desenvolvimento dos sistemas, cujos pedidos em produção vêm sofrendo atrasos e as novas solicitações acabam por se acumular.

Vale ressaltar que área de desenvolvimento de sistema necessita elevar o quadro de pessoal, devendo ser analisada a possibilidade conforme e-doc nº 07010138612201671, da contratação de mais 11 desenvolvedores. Esta demanda recai, também, na área de redes para a qual se recomenda a capacitação da equipe em segurança, bem como a contratação de um analista de sistemas.

Outra necessidade levantada, é a criação de uma área de governança de TI, visando atender orientação do CNMP e adotada por outros entes da federação.

#### ✓ **Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

No decorrer de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça procurou implementar uma agenda de recuperação e de novos investimentos em sua infraestrutura. Foram realizadas investimentos em serviços, equipamentos, softwares, aquisições, contratações, entre outros necessários à manutenção e expansão dos

serviços de TI, de acordo com as diretrizes elencadas no Planejamento Estratégico Institucional.

Assim, buscando a modernização da infraestrutura e padronização da tecnologia da informação, foram adquiridos, no ano de 2016, novos equipamentos (computadores, monitores, impressora, servidores e outros periféricos) para suporte aos processos institucionais, conforme o quadro abaixo.

Tabela 5.2.5.2 – Equipamentos de processamento de dados adquiridos em 2011-2016.

Item	Descrição	Ano, em (unid)					
		2011	2012	2013	2014	2015	2016
01	Computadores	83	80	189	75	04	106
02	Computadores e monitores doados	-	-	-	-	32	-
02	Monitor LCD	82	80	378	174	-	216
03	Nobreaks	80	80	259	105	-	126
04	Datashow	-	01	-	-	-	-
05	Estabilizadores	60	40	68	40	-	11
06	Impressora a laser	41	03	-	-	-	-
07	Impressora multifuncional	10	-	58	50	-	216
08	Nobreak de 8KVA para servidores de rede	08	24	15	10	-	126
09	Scanner profissional	02	02	-	-	04	08
10	Servidores de rede	-	-	264	100	-	01
11	Servidores microtorre	08	-	-	-	-	-
12	Storage com capacidade de 30 TB	-	-	-	03	-	-
13	Suporte monitor	-	-	-	12	-	-
14	Switch 48 portas 10/100/1000	-	-	-	01	-	02
15	Token	40	130	-	-	-	-
16	Unidade de backup robotizada	-	-	-	01	-	-
Total		414	440	1231	571	40	812

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Ao analisarmos a tabela a seguir, observamos a necessidade de atender à demanda de investimentos na área de Tecnologia da Informação, haja vista que uma

grande quantidade de equipamentos com mais de 04 anos de uso (computadores, impressoras e estabilizadores) deve ser usados para substituídos em razão da obsolescência ou por depreciação do Parque de TI.

Diante deste cenário, nos últimos anos, a Procuradoria-Geral de Justiça vem procurando minimizar a defasagem tecnológica do seu Parque Tecnológico com investimentos na substituição de máquinas obsoletas e atualização e modernização dos recursos de Tecnologia da Informação.

Segue, abaixo, tabela com detalhamento da situação do Parque Tecnológico da Procuradoria-Geral de Justiça, referente ao exercício de 2016.

Tabela 5.2.5.3 – Situação atual do parque tecnológico do MP/TO, em 2016.

Descrição	Ano								Total
	0	1	2	3	4	5	6	>6	
Multifuncionais	11	50	40	0	8	0	9	35	153
Computadores	70	98	100	115	107	18	58	302	868
Escâneres	8	11	16	0	30	8	12	17	102
Estabilizadores	11	39	93	0	82	0	11	243	479
Impressoras	4	0	8	10	43	13	9	206	293
Micros de servidores	0	0	0	12	0	0	0	0	12
Monitores	216	178	257	130	110	2	147	382	1422
Nobreaks	130	106	149	133	0	77	53	103	751
Notebooks	5	3	0	0	134	1	17	49	209
Projeto de imagem	3	0	0	0	0	1	0	9	13
Servidores	0	3	0	1	0	0	0	7	11
Outros	0	0	5	0	69	9	32	128	243
Switches	13	22	3	4	0	6	1	50	99
Total	471	510	671	405	583	135	349	1.531	4.655
Percentual (%)	10,12	10,96	14,41	8,70	12,52	2,90	7,50	32,89	100,00

Obs.: Informação baseada no relatório do sistema patrimonial.

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

A utilização de equipamentos obsoletos tem como agravante a enorme dificuldade de se reporem peças, ante a indisponibilidade das mesmas no mercado, e

o fato de aquelas não estarem cobertas pelo prazo de garantia, situações que comprometem a manutenção ou conserto. Assim, há uma necessidade de manutenção frequente, seja em face do desgaste natural decorrente do uso dessas máquinas, seja pela defasagem tecnológica.

Tabela 5.2.5.4– Índice de defasagem dos equipamentos

Tipo de equipamento	Obsolência, em anos		% Obsolência, em anos		Total
	Até 4 anos	+ de 4 anos	% < 4 anos	% > 4 anos	
Multifuncionais	109	44	71,24	28,76	153
Computadores	490	378	56,45	43,55	868
Escâneres	65	37	63,73	36,27	102
Estabilizadores	225	254	46,97	53,03	472
Impressoras	65	228	22,18	77,82	293
Monitores	891	531	62,66	37,34	1422
Nobreaks	518	233	68,97	31,03	751

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Nesta perspectiva, é de grande importância o uso de equipamentos modernos pelas diversas áreas de atuação pública, de modo a minimizar riscos de paralisação ou redução da continuidade de atividades, mantendo constante, eficiente e com desempenho de qualidade os serviços públicos prestados à sociedade.

#### ✓ **Desenvolvimento e produção de sistemas**

O desenvolvimento e atualização de soluções de TI é fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos da instituição, bem como para reduzir o custo processual, ampliar sua produtividade e integrar suas diversas áreas.

Para o alcance dos resultados traçados na estratégia, foram delineadas, por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, as prioridades no âmbito do desenvolvimento de sistemas. Essas prioridades são amplamente debatidas em todas as reuniões do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e, se necessário, reavaliadas.

Após as definições estratégicas, entra em cena o trabalho da Área de Desenvolvimento de Sistemas do Departamento de Tecnologia da Informação, cuja tarefa consiste em estudar, elaborar o projeto do sistema e a análise de seu custo-

benefício, e, em caso de viabilidade, desenvolvê-lo.

Em síntese, dentre as atividades e sistemas que foram desenvolvidas no ano de 2016, segue abaixo:

Tabela 5.2.5.5 – Relatório sintético de atividades realizadas em 2015/2016.

Tipo de atividades	Ano, em (unid)	
	2015	2016
Configurações	NI*	12
Estudos	61	64
Funcionalidades	611	870
Módulos	NI	4
Problemas	123	428
Processos	6	14
Relatórios	NI	104
Reuniões	2	12
Suportes	86	152
Total	889	1.660

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

\*NI – Não informado

Quadro 5.2.5.2 – Detalhamento da descrição do tipo de atividades

Tipo	Descrição
Configurações	Atividades relacionadas à preparação de ambientes e servidores para suportar as aplicações desenvolvidas / implantadas pela Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados
Estudos	Atividades relacionadas a estudos ligados a novos projetos ou implementações de alto impacto em nossos sistemas
Funcionalidades	Atividades desenvolvidas relacionadas a novas funcionalidades disponibilizadas para nossos clientes.
Módulos	Atividades relacionadas a implementação de novos módulos de sistema.
Problemas	Atividades relacionadas a correção de problemas, de relatório ou de funcionalidade que esteja ocorrendo em nossos sistemas.
Processos	Atividades realizadas que possuem um fluxo e uma frequência já definida, tendo esta seu ciclo de vida estimado.
Relatórios	Atividades relacionadas a emissão e suporte aos relatórios solicitados por todas as áreas deste MP.
Reuniões	Atividades relacionadas a reuniões realizadas por esta equipe,

Tipo	Descrição
	internamente ou com outros departamentos, relacionadas a demandas apresentadas por nossos clientes.
Suportes	Atividades relacionadas a suporte ao usuário, na utilização dos sistemas ou atualizações simples apresentadas como demandas pelos mesmos.

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

#### Quadro 5.2.5.3 – Sistemas produzidos e implantados

Item	Sistemas produzidos e implantados que recebem suporte
1	Sítio do MP/TO Gerenciável;
2	Intranet / Portal do servidor Gerenciável;
3	Gestor de capacitações – CESAF;
4	Gestor de concursos – CESAF;
5	SIACMP – Sistema de Atendimento ao Cidadão;
6	Gestor Patrimonial;
7	Gestor de Diárias;
8	Diário Oficial Digital do MPTO;
9	Gestor de Documentos Eletrônicos – e-Doc;
10	Processo Extrajudicial Eletrônico – e-Ext;
11	Gestor de Eleições;
12	Gestor de Processos Administrativos – e-PADM;
13	Membros e atuações – Expediente;
14	Plano de contas e Provisões – Financeiro;
15	Gestão de Folha de Pagamento;
16	Gestão de Contratos;
17	Gestão de Pessoas;
18	Avaliação Periódica de Desempenho;
19	Avaliação de Estágio Probatório;
20	Controle de Afastamentos e Exercício;
21	Gestão de Férias;
22	Gestão de Faltas;
23	Gestão de Pensões;
24	Gestão de Progressão;
25	Previsão de Aposentadorias;
26	Mala Direta Institucional;
27	Portal do Servidor;
28	Portal da Transparência;

Item	Sistemas produzidos e implantados que recebem suporte
1	Sítio do MP/TO Gerenciável;
29	Gestor de Questionários;
30	Sistema de Atendimento a Usuário – SIATU.

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

#### Quadro 5.2.5.4 – Sistemas e atividades realizadas em 2016

Item	Sistemas e atividades realizadas em 2016
1	Implementação de novas funcionalidades no sistema SACI (Aguardando implantação);
2	Implantação do sistema e-Ext;
3	Integração ATHENAS / Sistema de Cadastro de Membros do MP via webservice;
4	Implantação da tabela taxonômica no e-PADM;
5	Adequação em relatórios contábeis e patrimoniais no sistema de gestão de patrimônio;
6	Adequação do gestor de Servidor / Lotação / Designação;
7	Criação do sistema de gestão de terceirizados;
8	Criação do sistema de gestão de voluntários;
9	Criação do sistema de avaliação periódica de desempenho;
10	Adequação do portal de transparência, conforme determinado pelo CNMP;
11	Reformulação no sistema e-Doc;
12	Alteração do fluxo do sistema de diárias;
13	Integração do sistema SIATU com e-Doc;
14	Adequação do sistema de eleições;
15	Adequações dos relatórios do sistema de folha de pagamento.

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

#### Quadro 5.2.5.5 – Sistemas e atividades em estudo e andamento

Item	Sistemas e atividades em estudo e andamento
1	RAF automatizado e integrado com e-Proc e e-Ext – Em andamento;
2	Sistema de gestão de almoxarifado – Em andamento;
3	Sistema de inventário patrimonial – Em estudo;
4	Sistema de gestão de estagiário – Em andamento;
5	Sistema e-Social – Em andamento;
6	Sistema Eletrônico de Gestão das Vitorias Educacionais – Em estudo;
7	Reformulação do portal MPTO – Em estudo
8	Reformulação do sistema de gestão de contratos – Em andamento.

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

✓ **Demandas aguardando definição de prioridade e execução**

Vale destacar que o processo de informatização de um órgão demanda uma grande quantidade de sistemas, fundamentais para a tomada de decisão e controle. Assim, podemos destacar os seguintes projetos que aguardam aprovação do CETI e posterior desenvolvimento:

Quadro 5.2.5.6 – Demandas aguardando definição de prioridade e execução

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
1	Assinador Digital;
2	Controle de Arquivo Geral;
3	Virtualização de Processos Administrativos;
4	Pesquisa textual no Athenas;
5	Sistema de Pontuação de Membros para promoção;
6	WIKIpédia do MP/TO;
7	Controle Médico;
8	Gestão de Conhecimento;
9	Desenvolvimento do Software de BI integrado a todos os sistemas;
10	Gestão Acadêmico para o CESAF;
11	Sistema de acompanhamento da atividade policial;
12	Sistema de CAOMA (Geoprocessamento);
13	Atualização da AST e python;
14	Demandas de RH levantadas pelo CNMP;
15	Portal da transparência integrado com sistemas;
16	Sistema de pregão eletrônico presencial;
17	Integração e desenvolvimento das informações da Corregedoria e CNMP;
18	Gestão de folha de frequência no ATHENAS;
19	Sistema de gestão de frotas;
20	Agenda/lista telefônica online.

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

## 5.2.6 Ação 1010: Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público

Quadro 5.2.6.1 – Resumo da ação 1010

<b>Título</b>	1010 – Aperfeiçoamento funcional de membros e servidores do Ministério Público			
<b>Descrição:</b>	Elaboração do planejamento anual de cursos, congressos, seminários e encontros; contratação de empresas especializadas e pessoas físicas de notório saber para ministrar cursos, seminários e outros assuntos relacionados a capacitação; Implementação do programa de formação e aperfeiçoamento funcional dos Membros e Servidores; Definição de sistemática de controle e acompanhamento de resultados das capacitações realizadas; Apoio a realização das Oficinas de Trabalho (divulgação, logística, estrutura, material, palestrante) e proporcionar subsídios para a graduação de servidores.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Membros e servidores capacitados	Porcentagem	18%	24%	133,33%
<b>Financeiro (Valor em R\$ 1,00)</b>				
<b>Dotação inicial (A)</b>	<b>Dotação autorizada (B)</b>	<b>Empenhado (C)</b>	<b>Liquidado (D)</b>	<b>%(C/B)= E</b>
82.320,00	31.500,00	29.670,00	29.670,00	94,19%

Fonte: Sistema SIAFEM

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - Cesaf procurou seguir os princípios básicos da metodologia *Balanced Scorecard* (BSC) aplicada no Ministério Público Estadual para gestão institucional. Para tanto, dentre outras, o Cesaf realizou as atividades educativas formacionais, com base na comunicação estratégica institucional, na reconfiguração e atualização dos processos pedagógicos visando ao aprimoramento contínuo dos integrantes do MPTO.

Com os recursos humanos e materiais disponíveis para o ano de 2016 foi possível ao Cesaf organizar, intermediar e/ou realizar, diretamente ou por meio das estratégias acima delineadas, as seguintes atividades no ano de 2016:

Tabela 5.2.6.1 – Atividades consolidadas do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf, em 2016.

<b>Descrição das atividades</b>	<b>Quantidade</b>
1.1 Eventos presenciais e à distância sob responsabilidade direta do Cesaf	12
1.2 Eventos presenciais em parcerias compartilhados com o Cesaf	3
1.3 Participação em Pós-Graduação Stricto e Lato Sensu com instituição parceira do Cesaf	19
1.4 Cursos presenciais externos custeados pelo MPTO a seus integrantes	1
1.5 Cursos à distância em parceria com o Cesaf com participação de integrantes do MPE	0
1.6 Produção de material instrucional voltados ao EAD	5
1.7 Registro de participação de integrantes em cursos e eventos externos	39
1.8 Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf	3
1.9 Atividades institucionais do MP/TO realizadas com a participação do Cesaf	71
1.10 Declarações/Certificados expedidos	512
1.11 Editais publicados	10
1.12 Planos de curso elaborados para aprovação pelo CSMP	13
1.13 Pareceres emitidos	38
1.14 Vagas para estagiários ofertadas	58
1.15 Processos seletivos de estagiários realizados	1
1.16 Estagiários contratados	49
1.17 Ofícios expedidos	64
1.18 Ofícios Circulares expedidos	5
1.19 Memorandos expedidos	164
1.20 Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf	1
1.21 Acordos de Cooperação firmados	3
1.22 Propostas de alterações normativas	2
1.23 Ações de estruturação	3
1.24 Publicações (Revista Jurídica do MP/TO)	1
<b>Total</b>	<b>1.077</b>

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.6.2 – Eventos presenciais e EAD sob direta responsabilidade do Cesaf - 2016.

Nº	Atividade	Objetivo	Inscritos	Presencial	EAD	Carga Horária	Período	Público Alvo
1	IV Curso de Preparação para Carreira do Ministério Público do Tocantins (2ª Etapa)	Aprofundar para os novos Promotores de Justiça empossados o conhecimento e o funcionamento das estruturas e do <i>Modus Operandi</i> do MP/TO	5	5	-	96	04 <sup>a</sup> 22/01/2016	Promotores de Justiça Substitutos
2	Minicurso de Atualização sobre Estrutura e Funcionamento da Polícia Científica no Tocantins	Atualizar os membros do MP/TO sobre a estrutura e funcionamento da Polícia Científica da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Tocantins, em especial, dos Institutos de Criminalística, de Genética Forense, de Identificação e de Medicina Legal, fomentando o aprofundamento nos procedimentos operacionais como suporte para a atuação ministerial.	90	50	40	04	25/02/2016	Membros e Servidores do Ministério Público
3	Capacitação em Negociação e Mediação para o Ministério Público	Capacitar os membros do MP/TO nos conhecimentos e técnicas essenciais para o uso eficiente e profissional dos métodos autocompositivos de solução de controvérsias, bem como a fomentar interesse pela temática e suas potencialidades para ampliação da eficácia da sua atuação institucional.	42	42	-	05	26/02/2016	Membros e Servidores do Ministério Público
4	Ciclo de Palestras sobre os impactos dos agrotóxicos	Promover a sensibilização dos participantes do ciclo de palestras para a Criação do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos evidenciando as consequências do uso indiscriminado dessas substâncias sobre o meio ambiente, a saúde do trabalhador e do consumidor.	125	125	-	04	18/03/2016	Membros e Servidores do Ministério Público

Nº	Atividade	Objetivo	Inscritos	Presencial	EAD	Carga Horária	Período	Público Alvo
		Propor, apoiar, acompanhar ações educativas para cobrança do cumprimento das normas constitucionais e infraconstitucionais e sugerir disposições normativas para aperfeiçoamento da legislação específica vigente no âmbito nacional, regional e local.						
5	Curso de Brigada de Incêndios	Realizar atividade teórica e prática em atendimento hospitalar, noções de combate a princípios de incêndios e noções de abandono de área com segurança.	20	20	-	16	13 <sup>a</sup> 14/04/2016	Servidores do MP/TO,
6	Workshop – Planejamento Estratégico no MP/TO 2010-2020: do Plano a Ação	Apresentar a dinâmica de funcionamento da metodologia de elaboração de projetos estratégicos a ser implementada no Plano Estratégico 2010-2020 do Ministério Público do Estado do Tocantins.	89	89	-	4	31/05/2016	Membros e do Ministério Público
7	Oficina: Atuação Eleitoral 2016	Instrumentalizar os membros do MP/TO com atuação eleitoral com as informações e estratégias para o acompanhamento do processo eleitoral de 2016. Fomentar nos participantes o interesse em questões práticas relacionadas ao processo eleitoral.	17	-	17	12	16 <sup>e</sup> 17/06/2016	Promotores (as) de Justiça com designação eleitoral.
8	Ciclo de Debates: “Lei Maria da Penha, 10 anos depois”	Comemorar os 10 anos de promulgação da Lei nº 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha – destacando seus avanços no combate e	33	33	-	07	07/08/2016	Membros e do Ministério

Nº	Atividade	Objetivo	Inscritos	Presencial	EAD	Carga Horária	Período	Público Alvo
		prevenção da violência doméstica contra as mulheres. Apresentar as ações do Núcleo Maria da Penha do MPTO enfatizando o Projeto S.O.S. Mulher: Atendimento de qualidade às mulheres vítimas de violência no Estado do Tocantins. Debater sobre o contexto atual das propostas em tramitação no Congresso Nacional sobre a violência doméstica e familiar.						Público
9	II Ciclo de Estudos sobre o Novo CPC	Apresentar e discutir, com os integrantes do Ministério Público e demais interessados, os principais aspectos ligados ao novo Código de Processo Civil, especialmente em relação a temas voltados à atuação profissional. Desenvolver e aprofundar conhecimentos técnicos em matéria processual e na sua aplicação prática, de acordo com o novo CPC.	200	200	-	14	22 <sup>a</sup> 23/08/2016	Membros e Servidores do Ministério Público
10	Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos, e de Elaboração de Termo de Referência.	Capacitar por meio de estudos teóricos e legais avançados, e oficinas práticas, profissionais para atuarem na área de licitações e contratações públicas e aperfeiçoar aqueles que já atuam, de forma a aumentar o domínio do conhecimento e de suas decisões no âmbito do serviço público, como forma de diminuição de custos e riscos e como forma de aumento da legalidade e segurança da contratação.	30	30	-	36	24 <sup>a</sup> 27/10/2016	Servidores do MP/TO
11	Oficinas de Capacitação para operação do Sistema	Instrumentalizar os membros e servidores do MPTO para a operacionalização do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext);	47	47	-	07	22, 23 24, 28 /11/2016	Membros e Servidores do Ministério

Nº	Atividade	Objetivo	Inscritos	Presencial	EAD	Carga Horária	Período	Público Alvo
	de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext).	Desenvolver habilidades práticas que permitam o domínio da funcionalidade do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext).						Público
12	Oficinas de Capacitação para operação do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext).	Instrumentalizar os membros e servidores do MPE para a operacionalização do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext); Desenvolver habilidades práticas que permitam o domínio da funcionalidade do Sistema de Procedimentos Extrajudiciais (e-Ext).	16	16	-	04	23, 25 e 30/11/2016	Servidores do Ministério Público
13	Curso de Capacitação para Estagiários no Ministério Público - Turma 2016	Apresentar as orientações básicas sobre o Ministério Público do Estado do Tocantins, as delimitações sobre os direitos, deveres e as atividades desenvolvidas pelos estagiários e diretrizes sobre a função do estágio na Instituição.	49	19	30	08	01 e 02/12/2016	Estagiários

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.6.3 – Eventos presenciais realizados em parceria com o Cesaf.

Nº	Atividade	Instituição	Inscritos	Carga Horária	Período	Público Alvo
1	Curso de capacitação e treinamento no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro	Ministério da Justiça	104	17	23 a 25/05/16	Membros e servidores do Ministério Público
2	Curso de gestão e fiscalização de contratos na administração pública	Tribunal de Contas do Estado	02	20	18 a 22/07/16	Atividade
3	Curso de gestão e fiscalização de contratos na administração pública	Tribunal de Contas do Estado	05	20	9 a 13/05/16	Curso de capacitação e treinamento no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro
						Curso de gestão e fiscalização de contratos na administração pública
						Curso de gestão e fiscalização de contratos na administração pública

Fonte: Cesaf

Tabela 5.2.6.4 – Cursos de Aperfeiçoamento e Pós-Graduação com instituições parceiras

Nº	Curso	Instituição Responsável	Participantes		Carga Horária	Período de Realização
			Membros	Servidores		
1	Lato Sensu Teoria da Decisão Judicial – Turma 2	ESMAT/UFT	-	01	372	2015/ 2016
2	Lato Sensu Direito Constitucional (em andamento)	ESMAT/UFT	-	01	380	2016
3	Lato Sensu em Estado de Direito e Combate à Corrupção (em andamento)	ESMAT/UFT	12	03	154	2016
4	Aperfeiçoamento em Políticas e Gestão da Saúde Pública para o Ministério Público	FIOCRUZ	02	02	208	2015/ 2016

Fonte: Cesaf

Quadro 5.2.6.2 – Eventos externos de parceiros com a participação de integrantes do Cesaf.

Nº	Evento	Instituição	Representação Cesaf	Período
1	Participação em banca de Defesa de Dissertação (Juiz Nilson Afonso Silva)	ESMAT/UFT	Prof. Dr Geraldo da Silva Gomes	Março 2016
2	Participação em banca de Exame de Qualificação Mestrado (Promotor Diego Nardo)	ESMAT/UFT	Prof. Dr Geraldo da Silva Gomes	Mai 2016
3	Participação em banca de Exame de Qualificação Doutorado (Caio Monteiro Melo)	UFBA	Prof. Dr Geraldo da Silva Gomes	Julho 2016

Fonte: Cesaf

Tabela 5.1.6.5 – Cursos presenciais externos com participação de integrantes do MP.

Nº	Curso/Evento	Participantes		Carga Horária
		Membro	Servidor	
1	Curso Media Training Básico	02	-	08
2	Seminário Direito do Consumidor	01	-	08
3	V Fórum Estadual do Judiciário para a Saúde	01	-	08
4	Curso Planos de Saúde e Relação de Consumo	01	-	60
5	Workshop – Sistema de Investigação e Movimentações Bancárias (Simba)	01	-	02
6	Curso de Capacitação em Direito do Consumidor	01	-	60
7	Curso Crimes contra a Relação de Consumo	01	-	60
8	Curso Consumo Sustentável	01	-	60
9	Curso Defesa da Concorrência	01	-	60
10	Conferência Estadual sobre Direitos do Consumidor	01	-	04
11	I Seminário Jurídico da Associação Tocantinense do Ministério Público	01	-	09
12	Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres	01	-	12
13	Curso de Atualização em Direito e Processo Penal	01	-	30
14	Curso “Ação Civil Pública e Teoria do Superendividamento dos Consumidores”	01	-	10
15	Seminário Jurídico “Direito de Família e Sucessões”	01	-	12
16	Curso sobre Tutela Coletiva	01	-	48
17	Curso de Especialização em Ciências Políticas e Estratégia Brasileira	01	-	395
18	“10 Anos da Lei Maria da Penha: Avanços e Desafios”	01	-	04
19	Curso de Aperfeiçoamento “Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa – Turma I	01	03	60
20	Mestrado Profissional em prestação jurisdicional e direitos humanos	01	-	360
21	Aperfeiçoamento para Agentes Políticos do Ministério Público Brasileiro	01	-	180

Nº		Participantes		Carga Horária
		01	-	
22	Encontro Nacional de Membros Auxiliares de Corregedorias do Ministério Público	01	-	16
23	Seminário Grandes Casos Criminais: Experiência Italiana e Perspectivas no Brasil	01	-	16
24	III Encontro Nacional de Aprimoramento da Atuação do Ministério Público junto ao Sistema Prisional	01	-	16
25	Congresso Criminal do Ministério Público do São Paulo – Os desafios da criminalidade e atuação do Ministério Público	01	-	16
26	Curso sobre “Criminalidade Organizada”	01	-	40
27	7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público	01	-	16
28	Curso de Libras – iniciante	01	-	120
29	Seminário Palmas em Foco: Participação e Direito à Cidade	-	05	08
30	Pós-Graduação lato sensu Controladoria e Finanças	-	01	480
31	Atualização e Principais alterações no Novo CPC	-	02	80
32	Processo e Procedimento no Novo CPC	-	02	04
33	Fiscalização do uso de recursos hídricos	-	01	40
34	Gestão dos Recursos hídricos e a participação social na elaboração dos planos de bacias hidrográficas	-	01	40
35	Monitoramento Quantitativo e Qualitativo das Águas	-	01	80
36	I Workshop da Comissão de meio ambiente e desenvolvimento do CREA-TO	-	01	10
37	Curso de Geoprocessamento em ARCGIS	-	01	60
38	Seminário 5ª semana estadual da água	-	01	08
39	I Workshop sobre o pato mergulhão	-	01	08

Fonte: Cesaf

✓ **Produção de material instrucional voltado ao EAD**

Quadro 5.2.6.3 – Produção de Material para a Instituição.

Nº	Curso	Atividades	Carga Horária
1	Libras	Planejamento, produção, direção e edição do Curso de Libras para o MP em videoaulas e material instrucional.	120
2	Supervisores estagiários	Planejamento, produção, direção e edição de material de suporte aos supervisores de estagiários.	20 min

Fonte: Cesaf

✓ **Atividades institucionais do MP/TO com participação do Cesaf**

Tabela 5.2.6.6 – Atividades institucionais do MP/TO com participação do Cesaf

Nº	Evento	Atuação do Cesaf	Quantidade	Laboratório de Multimeios/horas
1	Transmissões on-line das Sessões do Colégio dos Procuradores	Captação, transmissão e registro das imagens das Sessões	22	33
2	Transmissões on-line das Sessões do Conselho Superior do Ministério Público	Captação, transmissão e registro das imagens das Sessões	17	40
3	Gravação do programa MP Explica	Cessão das instalações para gravação	13 Programas	13
4	Disponibilização de gravações das sessões CPJ e CSMP	Edição e disponibilização das gravações na página do Cesaf	28 Sessões	71
5	Gravações de oitivas de testemunhas para Corregedoria	Cessão e montagem de equipamentos para gravação	1	-

Fonte: Cesaf

✓ **Participação do Cesaf em eventos de interesse institucional**

#### Quadro 5.2.6.4 – Participação do Cesaf em eventos de interesse institucional

Nº	Eventos de Interesse Institucional	Instituição	Representação do Cesaf	Período de Realização
1	Participação em banca de Defesa de Dissertação (Juiz Nilson Afonso Silva)	ESMAT/UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	Março 2016
2	Participação em banca de Exame de Qualificação Mestrado (Promotor Diego Nardo)	ESMAT/UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	Mai 2016
3	Participação em banca de Exame de Qualificação Doutorado (Caio Monteiro Melo)	UFBA	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	Julho 2016

Fonte: Cesaf

#### ✓ **Ampliação da Cooperação interinstitucional para formação profissional dos integrantes do MP/TO e Estágios**

#### Quadro 5.2.6.5 – Ampliação da Cooperação interinstitucional para formação profissional dos integrantes do MP/TO e Estágios

<ul style="list-style-type: none"> <li>➔ Acordo de Cooperação Técnica e Intercâmbio Cultural, Científico e Tecnológico firmado com a Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins, visando promover a troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta mútua de cursos de capacitação, de aperfeiçoamento funcional nas modalidades presencial e a distância, bem como atividades complementares de interesse comum. Publicado no Diário Oficial do Estado em 09 de março de 2016.</li> <li>➔ Acordo de Cooperação Técnico, Científico, Acadêmico e Cultural firmado com a Fundação UNIRG objetivando a realização de atividades voltadas ao aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e desenvolvimento de suas finalidades institucionais. Assinado em 28 de março de 2016.</li> <li>➔ Acordo de Cooperação Tecnológico, Científico, Acadêmico e Cultural firmado com o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Ltda – ITPAC, voltado ao aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e desenvolvimento de suas finalidades institucionais. Publicado no Diário Oficial Eletrônico do MP/TO em 30 de maio de 2016.</li> </ul>
---

Fonte: Cesaf

✓ **Esfera normativa**

Quadro 5.2.6.6 – Alterações Normativas

<b>Proposta</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Situação</b>
Proposta de Alteração da Resolução 001/2008/CPJ.	Proposta de alteração da remuneração de magistério dos professores que vierem a ministrar cursos no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional que não sejam Membros integrantes de carreira do Ministério Público do Tocantins.	Aprovada pela Resolução N° 003/2016/CPJ em 16 de agosto de 2016
Propostas de criação de vagas para o Programa de Estagiários	Fixar o quantitativo de vagas e locais de lotação de estagiários do Programa de Estágios para Estudantes no Ministério Público do Estado do Tocantins, estabelecendo a Unidade do MPTO, localidade, quantidade e curso.	Aprovado pelas Portarias 679, 707, 761, 900, 927 e 979.

Fonte: Cesaf

✓ **Acervo Bibliográfico**

No ano de 2016 foi realizado processo licitatório e aquisição de 130 (cento e trinta) obras literárias voltadas à melhoria e atualização do acervo bibliográfico da Biblioteca do MP/TO, nas diferentes áreas do direito, com o investimento de R\$ 12.286,43.

✓ **Suporte técnico especializado**

Elaboração das especificações técnicas para o termo de referência voltado à aquisição de equipamento de áudio e som destinado ao auditório do primeiro piso. Com a aquisição de diversos equipamentos que somaram o valor de R\$ 100.751,74, o Cesaf ainda atuou como fiscal de contratos para a presente aquisição promovida pela Diretoria-Geral.

✓ **Destaques 2016**

✓ **Efetividade da implementação do seu projeto pedagógico**

A programação de eventos realizada em 2016 com a oferta de Ciclos de Debates, Oficinas e Conferências Temáticas, bem como a consolidação do curso de formação para carreira de promotores propiciou que o Cesaf imprimisse uma cultura de formação e aperfeiçoamento no MP/TO pautado numa programação pedagógica devidamente convalidada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

✓ **Consolidação dos Cursos EAD dentro do MP/TO**

Avaliamos que no ano de 2016 conseguimos ampliar a oferta de cursos EAD, quebrando uma resistência inicial de membros e servidores em utilizar uma plataforma tecnológica que propicie o acesso ao autoestudo e aprendizado. Foi possível ajustar as rotinas da própria plataforma, mas também garantir amplo acesso aos conteúdos e videoaulas produzidas pelo Cesaf, que em função da capilaridade do MP no Estado, traz ganho significativo no acesso à informação. Destaque aos cursos em Direito Eleitoral e as transmissões ao vivo de diversos eventos promovidos pelo Cesaf, que auxiliaram no processo de aproximação e familiarização com as tecnologias existentes de difusão do conhecimento. Portanto, avaliamos que os investimentos realizados no Laboratório de Produção de Multimeios começa a gerar resultados práticos em benefício de membros e servidores do MP.

✓ **Membros e Servidores do MP/TO atuando como instrutores**

O engajamento dos membros e servidores nos eventos promovidos pelo Cesaf também é um ponto de destaque, em que tivemos a participação efetiva do nosso quadro de pessoal ministrando atividades educativas, enquanto instrutores em

suas áreas de maior conhecimento e domínio. Essa experiência demonstra a excelência de contarmos com profissionais que podem colaborar no processo de aprimoramento e troca de experiência com seus pares.

✓ **Processo de Planejamento**

Seguindo as orientações do Departamento de Planejamento, o Cesaf atuou no sentido de propor três projetos-padrão para o conjunto de atividades de responsabilidade do Centro. Os projetos: (i) Lapidando Talentos, (ii) Cesaf – Construindo a excelência na formação, e (iii) Aprendizes do MP, agentes de integração e da cidadania, foram submetidos a aprovação pelo comitê de projetos e pelo PGJ. Com o referido processo de planejamento, o Cesaf poderá continuar em 2017 seu processo de amadurecimento e desenvolvimento de sua capacidade para atender aos desafios voltados à formação e aperfeiçoamento funcional no Ministério Público do Estado do Tocantins.

## 6 Programa Temático: 1173 – Justiça

O programa temático “1173-Justiça” planifica a missão constitucional desta Instituição. A realidade problematizada no Programa parte do pressuposto de que o interesse coletivo é vulnerável e se encontra sob constante ameaça, necessitando da atuação ministerial para defendê-lo. Os componentes que permitem caracterizar o programa estão expostos no quadro 6.1.1.

Quadro 6.1.1-Atributos do Programa 1173

Denominação:	Justiça			
Objetivo	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas nas áreas de educação, de saúde, de direitos humanos, medidas socioeducativas, de proteção, voltadas aos dependentes químicos, aos portadores de necessidades especiais e à pessoa com deficiência, além do combate a criminalidade, à exploração sexual infantojuvenil, violência doméstica, crimes eleitorais, crimes contra os consumidores e desvio de recursos públicos.			
Público-Alvo	Sociedade tocantinense			
Dotação Orçamentária do Exercício 2016	Inicial: R\$ 4.823.860,00	Autorizada: R\$ 4.371.316,00	Empenhada: R\$ 4.281.797,16	
Indicadores				
Indicador	Resultado 2014	Resultado 2015	Índice desejado 2019	Resultado 2016
Total Anual de Ações dos Membros do MPTO	250.509	317.697	368.080	353.423

Fonte: Sistema SIAFEM, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 6.1.1 apresenta o resumo do ocorrido no programa “1173-Justiça” em 2016. Observa-se que a execução do orçamento autorizado (97,95% do total autorizado foi empenhado) permitiu o alcance dos resultados pretendidos, pois o número de ações dos membros do Ministério Público, indicador do programa, atingiu a cifra de 353.423 ações, ficando a 96,01% do resultado esperado para 2019. Deduzimos, com isso, que a produtividade dos integrantes da Instituição continua a

se elevar, haja vista a ampliação em 11,24% no indicador no período de 2015/2016, mesmo com a leve redução do número de promotores de justiça em 0,8% no período.

O resultado obtido em 2016 é consistente com a série histórica para o indicador nos últimos 05 (cinco) anos. Os dados da Tabela 6.1.1 evidenciam a evolução contínua na produção finalística no período de 2012 a 2016, expressa pelos retornos crescentes de escala dos investimentos em tecnologia da informação, melhorias da infraestrutura e alterações nos métodos de trabalho (adoção do sistema e-proc).

Tabela 6.1.1 – Evolução da atuação do MP/TO – ações finalísticas

Denominação:	Justiça	2014	2015	2016
Objetivo	Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas nas áreas de educação, de saúde, de direitos humanos, medidas socioeducativas, de proteção, voltadas aos dependentes químicos, aos portadores de necessidades especiais e deficientes, além do combate a criminalidade, exploração sexual infanto juvenil, violência doméstica, crimes eleitorais, crimes contra os consumidores e desvios de recursos públicos.	250.509	317.697	353.423
Público-Alvo	Sociedade Tocantinense			
Dotação Orçamentária do Exercício 2016	Inicial: R\$ 4.823.860,00	Autorizada: 4.371.316,00	Empenhada: 4.281.797,16	
Indicadores				
Indicador	Resultado 2014	Resultado 2015	Índice desejado 2019	Resultado 2016
Total Anual de Ações dos Membros do MPTO	250.509	317.697	368.080	353.423

A partir do objetivo do programa, foram propostas 16 metas, conforme apresentado na Tabela 6.1.2. Deste total, utilizando o Relatório de Atividade Funcional – RAF e relatórios setoriais de acompanhamento, foi possível apurar o resultado de 13 (treze) dessas metas. As 03 (três) metas restantes, que não puderam ser calculadas devido a limitações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF, serão superadas quando o mesmo for atualizado.

Ainda conforme a Tabela 6.1.2, percebe-se que principal destaque foi a meta “Promover 1.960 ações exigindo o cumprimento do direito à educação até 2019” que já atingiu 45,51% em relação ao previsto para 2019, evidenciando a preocupação ministerial com a educação de qualidade. Outras metas que se destacaram em 2016 por terem alcançado resultado acima do esperado foram: “Promover 49.033 ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística até 2019” (43,75%) e “Promover 76.826 ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas até 2019” (40,42%).

Tabela 6.1.2 Metas 2016-2019

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2016 (B)	% (B/A)
Promover 1.261 ações exigindo o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência até 2019	Estadual	1.261	151	11,97
Promover 1.960 ações exigindo o cumprimento do direito à educação até 2019	Estadual	1.960	892	45,51
Promover 10.864 ações voltadas para o controle externo da atividade policial até 2019	Estadual	10.864	783	7,21
Promover 114.311 ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente até 2019	Estadual	114.311	40.637	35,55
Promover 116 ações voltadas a defesa dos direitos humanos fundamentais – residuais	Estadual	116	0	0,00

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2016 (B)	% (B/A)
até 2019				
Promover 14.717 ações voltadas a defesa dos direitos dos consumidores até 2019	Estadual	14.717	1.032	7,01
Promover 158 ações voltadas para o fortalecimento da prevenção e da repressão à violência sexual infantojuvenil até 2019	Estadual	158	0	0,00
Promover 21.717 ações voltadas para o combate ao crime organizado até 2019	Estadual	21.717	754	3,47
Promover 23.273 ações exigindo o cumprimento do direito à saúde até 2019	Estadual	23.273	8.307	35,69
Promover 3.064 ações exigindo o cumprimento dos direitos dos idosos até 2019	Estadual	3.064	353	11,52
Promover 32.114 ações voltadas ao combate à improbidade e à recuperação de ativos até 2019	Estadual	32.114	7.613	23,71
Promover 40.718 ações voltadas ao cumprimento do direito eleitoral até 2019	Estadual	40.718	14.229	34,95
Promover 473 ações voltadas ao atendimento de dependentes químicos até 2019	Estadual	473	0	0,00
Promover 49.033 ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística até 2019	Estadual	49.033	21.453	43,75
Promover 560.177 ações voltadas para o combate à criminalidade até 2019	Estadual	560.177	115.717	20,66
Promover 76.826 ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das	Estadual	76.826	31.052	40,42

Descrição da meta	Regionalização	Meta 2016-2019(A)	Realizado 2016 (B)	% (B/A)
medidas alternativas até 2019				
Promover 91.390 ações voltadas para o combate à violência doméstica até 2019	Estadual	91.390	26.494	28,99

Fonte: PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ

Em relação às alterações orçamentárias ocorridas no Programa, créditos adicionais (art. 25 da LDO 2016) e transferências de dotações (art. 27 da LDO 2016), as mesmas estão detalhadas na Tabela 6.3. Percebe-se que o saldo final no fluxo de créditos recebidos e concedidos ficou negativo em R\$ 452.544 mil, resultado obtido a partir da soma dos grupos outras despesas correntes (R\$ -247.752,00) e investimentos (R\$ -204.792,00).

Tabela 6.1.3 – Alterações Orçamentárias do Programa 1030 - Justiça

Alterações Orçamentárias do Programa 1030 - Justiça					
Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
			Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos
Movimentação	Concedidos	03.091.1173.1079	-	-35.000,00	-
		03.091.1173.2100	-	-20.180,00	-
		03.091.1173.2101	-	-	-204.792,00
		03.091.1173.2147	-	-15.000,00	-
		03.091.1173.2149	-	-139.621,00	-
		03.131.1173.2148	-	-47.851,00	-
	Subtotal	-	0,00	-235.752,00	-204.792,00
	Recebidos	03.091.1173.2101	-	9.900,00	-
	Subtotal	-	0,00	9.900,00	-
	Total	-	0,00	-247.752,00	-204.792,00

Fonte: Sistema SIAFEM

Apresentado o programa, o desempenho de suas metas e as alterações de

seu orçamento, passemos ao detalhamento das ações que o compõem. É por meio destas que o Ministério Público do Estado do Tocantins manifesta seu empenho no sentido de alcançar seus objetivos estratégicos. O programa é formado por 07 (sete) ações, sendo 01 (uma) delas classificada como projeto e 06 (seis) como atividades.

## 6.1 Ações do programa temático 1173: Justiça

### 6.1.1. Ação 1079 – Promoção dos canais de acesso ao cidadão pelo Ministério Público

Quadro 6.1.1.1 – Resumo da Ação 1079

Título	1079 – Promoção dos canais de acesso ao cidadão pelo Ministério Público			
Descrição:	Realização das ações do Sistema de Atendimento ao Cidadão - S.A.C.I. e do Núcleo do DPVAT, órgãos constantes do sistema de acesso do cidadão ao MP, além da ampliação dos serviços de acesso do cidadão ao Ministério Público.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
S.A.C.I. mantido	Unidade mantida	100	100	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema SIAFEM

Nos últimos anos o Ministério Público do Tocantins vem buscando desenvolver ferramentas de atendimento ao cidadão, por meio da disponibilização de vários canais de comunicação entre o órgão e a sociedade, tais como o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), disponibilizado no sítio: <https://mpto.mp.br/web/portal/2012/05/16/sistema-de-informacao-ao-cidadao-sic#page> , o portal eletrônico (www.mpto.mp.br) e o do Portal da Transparência, (<https://mpto.mp.br/web/transparencia/#page>). Este conjunto de ferramentas tem como finalidade facilitar o acompanhamento, pela sociedade, dos atos e gastos deste órgão, bem como aperfeiçoar os mecanismos internos de prevenção e controle, de modo a

assegurar plenamente a regularidade de toda atividade-fim e meio desenvolvida pela instituição.

Conseqüentemente, este órgão cumpre o seu dever perante a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527/2011, regulamentada internamente pelo ato nº 128/2011, que disciplina os procedimentos de alimentação e atualização das informações do Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins. Esta instituição foi uma das primeiras unidades do Ministério Público brasileiro a instituir um portal de transparência, ainda no ano de 2009, por meio do Ato nº 061, bem antes que fosse sancionada a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Depois de instituído, o Portal do Ministério Público do Tocantins vem sendo continuamente aperfeiçoado, alcançando o nível de excelência em avaliação periódica realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que mede o nível de qualidade dos portais das 26 unidades do Ministério Público dos Estados, dos quatro ramos do Ministério Público da União (Federal, Militar, Distrito Federal e Territórios e do Trabalho) e do próprio CNMP.

Para elaborar o Ranking da Transparência, o Conselho Nacional avalia cerca de 250 itens referentes à execução orçamentária, financeira e administrativa, bem como às ações desenvolvidas pelos procuradores e promotores de Justiça e pelas Ouvidorias. Com isso, é classificado o nível de qualidade dos portais de todas as unidades do Ministério Público brasileiro.

O último levantamento, que confirmou o nível de excelência do Portal da Transparência do MP/TO, refere-se ao segundo trimestre de 2016. Nesse levantamento, fica evidente que o Ministério Público do Tocantins atendeu plenamente todos os itens relacionados à divulgação de receitas, detalhamento de despesas, despesas por ação orçamentária, empenho e pagamentos, despesas com suprimento de fundos, repasses previdenciários, limite de gastos com pessoal, prestação de contas anual, licitações, contratos, convênios, atas de registro de preços, prestadores de serviço e à gestão de pessoas.

O outro canal de acesso direto do cidadão ao Ministério Público do Tocantins é a Ouvidoria, que tem por atribuição o conhecimento de manifestações (denúncias, reclamações, críticas, dúvidas, elogios, pedidos de informações, sugestões e comentários) relacionadas às atividades dos membros do Ministério

Público do Estado do Tocantins (Promotores e Procuradores de Justiça), bem como dos seus serviços auxiliares (órgãos e servidores). Também é papel desta Ouvidoria divulgar e esclarecer à sociedade a missão institucional do Ministério Público.

A sala da Ouvidoria está localizada no saguão do Prédio Sede do Ministério Público (Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte. Palmas-TO). O atendimento é realizado de segunda a sexta-feira, das 09h às 18h, com exceção de feriados.

As manifestações poderão ser feitas:

a) por este site ([www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)), preenchendo o formulário constante do link “manifestação” (à esquerda);

b) pelos telefones (63) 3216-7598 e 3216-7575;

c) pelo e-mail [ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br);

d) por correspondência enviada para o endereço Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, Cep 77.006-218 – Palmas-TO.

Em março de 2016, o Ministério Público do Estado do Tocantins deu início à publicação de seu próprio Diário Oficial. Trata-se de mais uma conquista da Instituição voltada ao aperfeiçoamento da transparência de gestão e da consolidação da sua autonomia perante os Três Poderes.

As edições do Diário Oficial Eletrônico passam a ser disponibilizadas no sítio: <https://www.mpto.mp.br/web/portal/servicos/diario-oficial>, proporcionando amplo acesso da população aos atos públicos, com maior agilidade e a qualquer tempo. Este portal, conferiu nova dinâmica à publicação de atos administrativos, processuais e das comunicações em geral do MP/TO. Confirma-se, assim, a autonomia do MP/TO, uma vez que o informativo substitui as publicações que a Instituição realizava no Diário Oficial do Estado, editado pelo Poder Executivo.

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado foi inteiramente desenvolvido pela equipe de Tecnologia da Informação do MP/TO, atendendo aos requisitos técnicos que garantem o reconhecimento da autenticidade, da integridade e a validade jurídica das informações publicadas.

Outro programa que visa dinamizar o acesso aos serviços prestados no âmbito do Ministério Público, é a “Carta de Serviços ao Cidadão” regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, que objetiva informar ao cidadão: os serviços prestados pela organização, as formas de acesso aos serviços e os respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, Além de informar e estimular a participação do cidadão, a Carta também proporciona aos próprios órgãos públicos a possibilidade de se adaptarem às necessidades dos cidadãos.

O comitê interno do Programa Gespública desta instituição apresentou um cronograma para construção da Carta de Serviços ao Cidadão da instituição. Portanto, este Programa visa à melhoria na gestão dos serviços públicos, à ampliação da participação e do controle social por parte do cidadão e ao aprimoramento da prestação dos serviços públicos.

Em 2013, a Procuradoria-Geral de Justiça, aprova o Sistema de Atendimento ao Cidadão – SACI, que tem por competência planejar, executar, acompanhar, monitorar, avaliar e coordenar a política de orientação e prestação de serviços ao cidadão, com vistas a garantir o adequado atendimento no âmbito do Ministério Público.

Também exerce, o controle de qualidade e define diretrizes e padrões de atendimento para toda as unidades do Ministério Público, objetivando propiciar qualidade e excelência no atendimento presencial, telefônico e eletrônico, para elevar o nível de satisfação do cidadão com os serviços públicos prestados e exercer outras atribuições correlatas, na forma da Resolução nº. 003/2013/CPJ.

O Serviço de Atendimento ao Cidadão – SACI proporciona a interação entre instituição e cidadão, viabilizando conhecimento do perfil do cidadão, a aferição da qualidade dos serviços, bem como a detecção de demandas, observação de tendências, auxiliando a tomada de ações proativas.

Nesta visão, os departamentos que compõem a rede de atendimento ao cidadão foram todos agrupados no piso térreo da sede do Ministério Público do Tocantins, de modo a facilitar o acesso aos serviços oferecidos pela Instituição. Uma reforma predial, realizada no primeiro semestre de 2016, foi concebida estrategicamente para colocar, lado a lado, a Sala de Atendimento ao Cidadão, a

Ouvidoria do MP/TO e o departamento do Seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre.

Com a reforma, a Sala de Atendimento ao Cidadão teve seu espaço ampliado, ganhando uma antessala (para a acomodação daqueles que aguardam para serem recebidos) e uma sala privativa (onde quem prefere falar sob sigilo pode ser atendido de forma apropriada).

A Sala de Atendimento ao Cidadão foi implantada na gestão 2009-2012. Nela é prestado o atendimento inicial aos usuários dos serviços do MP/TO. É onde o cidadão é ouvido após chegar à Instituição, a fim de receber as orientações necessárias e o encaminhamento adequado para o seu caso.

Outra novidade, em 2016, foi o desenvolvimento do Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão – SIACMP, ferramenta por meio da qual serão cadastrados os cidadãos que procuram os serviços do MP/TO e registrados os processos e procedimentos deflagrados a partir de cada atendimento.

Este sistema permitirá ao cidadão acompanhar, via internet, na comodidade de seu lar ou do seu trabalho, todo o andamento do processo ou procedimento aberto pelo MP/TO para atender a sua demanda.

Nos casos em que for identificado que o cidadão se dirigiu ao MP/TO por equívoco, receberá um protocolo formal encaminhando-o à instituição ou órgão público habilitado para atendê-lo, inclusive com o endereço e telefone de seu local de destino.

O SIACMP possibilitará ao MP/TO conhecer melhor seu público-alvo (em termo de classe, sexo, idade, local de residência etc) e dimensionar a procura pelos seus serviços. Isso porque os registros dos atendimentos possibilitarão a formação de um banco de dados e a geração de estatística referente ao público-alvo da instituição e aos serviços procurados pelo cidadão. O SIACMP está em fase de testes e será utilizado a partir de 2017.

De posse dessas informações, será possível reorganizar os procedimentos internos, aperfeiçoar o fluxo de trabalho e aumentar a eficiência do MP/TO.

Ante o exposto, observa-se que não houve recursos empenhados na Ação Orçamentária 1079, entretanto, este fato não impediu o desenvolvimento de outras

ações não orçamentárias buscando contribuir com a meta elencada na presente ação, conforme detalhado anteriormente.

### 6.1.2 Ação 2099: Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Quadro 6.1.2.1 – Resumo da Ação 2099

Título	2099 – Manutenção das Ações da Corregedoria-Geral do Ministério Público			
Descrição:	Realização de Correição, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e servidores da Corregedoria, bem como realização das atividades inerentes à avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apuração das infrações disciplinares.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Corregedoria mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
80.000,00	80.000,00	46.080,00	46.080,00	57,60

Fonte: Sistema SIAFEM

A Corregedoria-Geral, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do Ministério Público do Tocantins e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a administração superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do Ministério Público. As correições têm buscado verificar a regularidade dos serviços das Promotorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

As atividades de inspeção estão previstas na Lei Complementar nº 51, de 02 de Janeiro de 2008, que dispõe: “A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o Órgão da Administração Superior do Ministério Público encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.”

Quadro 6.1.2.2 – Órgãos inspecionados, em 2016.

Item	Período	Local	Cidade
1	15 a 17/02/16	1ª a 5ª Promotoria de Justiça	Paraíso do Tocantins
2	18/02/16	Promotoria de Justiça	Araguacema
3	04/04/16	Promotoria de Justiça	Arapoema
4	05 e 06/04/16	1ª a 3ª Promotoria de Justiça	Colinas do Tocantins
5	07/04/16	Promotoria de Justiça	Colmeia
6	08/04/16	1ª e 2ª Promotoria de Justiça	Guaraí
7	02/05/16	Promotoria de Justiça	Ponte Alta do Tocantins
8	03 a 05/05/16	1ª a 7ª Promotoria de Justiça	Porto Nacional
9	06/05/16	Promotoria de Justiça	Novo Acordo
10	20 a 21/06/16	1ª a 3ª Promotoria de Justiça	Tocantinópolis
11	22/06/16	Promotoria de Justiça	Ananás
12	23/06/16	Promotoria de Justiça	Xambioá
13	16/08/16	1ª e 2ª Promotoria de Justiça	Araguatins
14	17/08/16	Promotoria de Justiça	Augustinópolis
15	18/08/16	Promotoria de Justiça	Axixá do Tocantins
16	19/08/16	Promotoria de Justiça	Itaguatins
17	17/10/16	Promotoria de Justiça	Taguatinga
18	18/10/16	Promotoria de Justiça	Aurora do Tocantins
19	19/10/16	Promotoria de Justiça	Arraias
20	20/10/16	Promotoria de Justiça	Paraná

Item	Período	Local	Cidade
21	21/10/16	Promotoria de Justiça	Palmeirópolis

Fonte: Corregedoria-Geral

No decorrer de 2016 foram realizadas 52 correições, em consonância com o cronograma de correições aprovado e amplamente divulgado no sítio eletrônico: <https://mpto.mp.br/web/corregedoria>, divididas entre as Promotorias da Capital e interior do Estado do Tocantins, onde se verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos de Execução, conforme, quadro 6.1.2.2 – Correições realizadas em 2016.

Foram, também, autuados diversos procedimentos disciplinares no decorrer de 2016, pela Corregedoria-Geral, destacados por classe processual:

Tabela 6.1.2.1 – Procedimentos administrativos em 2016 (em unid.)

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Em Andamento
Sindicância	3	3	6	-	-
Pedido de Providências Classe I	-	69	63	1	5
Pedido de Providências Classe II	-	5	4	-	1
Inspeção	-	-	-	1	-
Autos	11	1	11	-	1
Remoção Compulsória	-	1	-	-	1

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 6.1.2.2 – Fluxo de expedientes, em 2016 (em unid.)

Espécie	Total
Atos CGMP	04
Atos CGMP/PGJ	01
Expedientes Recebidos	2.246
Memorandos Circulares Expedidos	10
Memorandos Expedidos	312
Ofícios Expedidos	244

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 6.1.2.3 – Atos extrajudiciais disciplinares, período de 2014 – 2016 (em unid.)

Descrição	Ano		
	2014	2015	2016
Mandado de Notificação	55	45	92
Mandado de Intimação	15	28	-
Mandado de Cientificação	61	62	-
Decisão	54	126	75
Despacho	66	55	88
Oitiva	22	-	17
Portaria	25	28	11
Ata	23	10	12
Recomendação	3	34	8
Total	324	388	303

Fonte: Corregedoria-Geral

Em relação às atividades, no período de 2014-2016, foram realizados:

Tabela 6.1.2.4 – Outras atividades realizadas em 2014-2016.

Especie	Ano		
	2014	2015	2016
Processos de Acompanhamento de Estágio Probatório	08	07	08
Relatórios de Avaliação de Estágios Probatórios	39	73	45
Cursos Preparatório para Carreira do Ministério Público	03	01	-
Elaboração de Guia de Boas Práticas na Atividade Ministerial	01	-	-
Prontuários Individuais de Concurso Promoção/Remoção – Antiguidade	172	84	74
Prontuários Individuais de Concurso Promoção/Remoção – Merecimento	190	102	97
Participação em Sessões do Colégio de Procuradores	29	11	17
Participação em Sessões do Conselho Superior do Ministério Público	14	24	18

Fonte: Corregedoria-Geral

✓ **Corregedoria-Geral do Ministério Público do Tocantins sedia encontro nacional**

Em setembro de 2016, o Tocantins foi anfitrião, pela terceira vez, da reunião ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público. Representantes das corregedorias de 24 Estados, do Conselho Nacional do Ministério

Público (CNMP) e dos Ministérios Públicos do Trabalho, Militar, Federal e do Distrito Federal e Territórios, debateram por dois dias, assuntos de relevância para as corregedorias, tais como avaliação de produtividade de membros, procedimentos administrativos, sistemas de controle de inspeções, dentre outros.

✓ **Levantamento de procedimentos extrajudiciais – Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva. 1º Semestre.**

Em junho de 2015, a Corregedoria-Geral do MP/TO deu início à execução do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva. Por meio dele, as promotorias de Justiça que se encontram com procedimentos extrajudiciais em acúmulo obtêm o suporte necessário para colocar seu acervo em dia.

Isso porque, na execução do projeto, os promotores de Justiça assessores do Corregedor-Geral e os promotores de Justiça substitutos se debruçam sobre o acervo de processos da promotoria de Justiça participante, dando encaminhamento a cada volume processual.

Quanto a execução do Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, no 1º Semestre de 2016 já foram atendidas 06 (seis) Promotorias de Justiça: Promotoria de Justiça de Itacajá, Promotoria de Justiça de Goiatins, 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins, Promotoria de Justiça de Colmeia, Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia e 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

Tabela 6.1.2.5 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Itacajá

Providências	CGMP	Promotores Substitutos	Total
Arquivamento	-	39	39
Despacho	-	1	1
Declínio de Atribuições	-	1	1
Procedimento Preparatório	-	10	10
Total	-	51	51

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 6.1.2.6 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Goiás

Providências	CGMP	Promotores Substitutos	Total
Arquivamento	42	38	80
Despacho	21	26	47
Declínio de Atribuições	1	3	4
Inquérito Civil	17	56	73
Ação Civil	0	4	4
Procedimento Preparatório	0	3	3
Ação Penal	0	2	2
Total	81	132	213

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 6.1.2.7 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Formoso do Araguaia

Providências	CGMP	Promotores Substitutos	Total
Arquivamento	-	19	19
Despacho	-	8	8
Inquérito Civil	-	19	19
Total	-	46	46

Fonte: Corregedoria-Geral

Tabela 6.1.2.8 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins

Providências	CGMP	Promotores Substitutos	Total
Arquivamento	5	4	9
Despacho	18	4	22
Inquérito Civil	19	13	32
Ações Cíveis	0	3	3
Total	42	24	66

Fonte: Corregedoria-Geral

No que concerne aos resultados das atividades desenvolvidas pelo Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva – no período de janeiro a junho de 2016, que, vale consignar novamente, possibilitou o impulsionamento de 376 (trezentos e setenta e seis) procedimentos extrajudiciais. Desse montante, cerca de 40% (quarenta por cento) dos feitos foram arquivados, o que sinaliza que o projeto vem cumprindo seu objetivo nesse primeiro ano de execução.

✓ **2º Semestre.**

No 2º Semestre de 2016 foram finalizados os atendimentos da Promotoria de Justiça de Colmeia e da 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína.

Os esforços empreendidos pela equipe da Corregedoria-Geral, em parceria com os Promotores de Justiça Substitutos, possibilitaram a análise e impulsionamento de 380 (trezentos e oitenta) procedimentos extrajudiciais, que já foram encaminhados à origem para o cumprimento das diligências determinadas.

A análise foi finalizada em novembro e a tabela abaixo retrata as providências adotadas em relação aos procedimentos impulsionados:

Tabela 6.1.2.9 – Manifestações realizadas – 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína

Providências	CGMP	Promotores Substitutos	Total
Arquivamento	23	61	84
Despacho	12	19	31
Declínio de Atribuições	13	7	20
Inquérito Civil	34	92	126
Ação Civil	0	3	3
Procedimento Preparatório	0	8	8
Procedimento Administrativo	0	1	1
Ação Penal	0	1	1
Total	82	192	274

Fonte: Corregedoria-Geral

Os trabalhos de auxílio à Promotoria de Justiça de Colmeia-TO foram finalizados no mês de novembro de 2016 e redundaram nas providências ilustradas na tabela abaixo:

Tabela 6.1.2.10 – Manifestações realizadas – Promotoria de Justiça de Colmeia

Providências	CGMP	Promotores Substitutos	Total
Arquivamento	10	20	30
Despacho	12	23	35
Declínio de Atribuições	1	3	4
Inquérito Civil	4	25	29
Ação Civil	0	4	4
Procedimento	3	0	3

Preparatório			
Procedimento de Investigação Criminal	0	1	1
Ação Penal	0	3	3
Total	30	79	109

Fonte: Corregedoria-Geral

A Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins e a 28ª Promotoria de Justiça da Capital são as próximas unidades a serem atendidas pelo projeto, cujos trabalhos se iniciarão em janeiro de 2017.

### 6.1.3 Ação 2100: Manutenção das Ações da Ouvidoria do Ministério Público

Quadro 6.1.3.1 – Resumo da Ação 2100

Título	2100 – Manutenção das Ações da Ouvidoria do Ministério Público			
Descrição:	Manter a Ouvidoria do Ministério Público com o custeio de seus programas, projetos e ações, inclusive quanto aos deslocamentos de sua equipe para as ações, aquisição de serviços e materiais específicos para sua atuação.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ouvidoria mantida	Unidade	1	1	100%
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
30.180,00	10.000,00	9.225,00	9.225,00	92,25

Fonte: Sistema SIAFEM

A Ouvidoria é um canal permanente de comunicação direta entre o Ministério Público do Estado do Tocantins e a sociedade. Instituída pela Resolução 002/2009/CPJ, a Ouvidoria constitui um órgão auxiliar do Ministério Público Estadual e integra a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, tendo por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões de transparência, presteza, eficiência e segurança das atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, instituição destinada à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses da coletividade.

A Ouvidoria tem por atribuição o conhecimento de manifestações (denúncias, reclamações, críticas, dúvidas, elogios, pedidos de informações, sugestões e comentários) relacionadas às atividades dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins (Promotores e Procuradores de Justiça), bem como dos seus serviços auxiliares (órgãos e servidores). Também é papel da Ouvidoria divulgar e esclarecer à sociedade a missão institucional do Ministério Público.

Assim, a principal atividade desenvolvida pela Ouvidoria é receber, registrar, analisar e dar o devido encaminhamento às manifestações dos cidadãos sobre o trabalho desenvolvido pelo MP/TO.

As manifestações da população, seja por meio de denúncias, solicitações ou pedidos de informação, têm chegado de forma cada vez mais ágil ao Ministério Público do Estado do Tocantins. Com os aprimoramentos tecnológicos e as novas rotinas de atendimento, a Ouvidoria do MP/TO tem alcançado seu principal objetivo, que é ser ferramenta de melhoria dos padrões de atuação e mecanismos de transparência da instituição. Desta forma, os canais para contato, a Ouvidoria possui o link no sítio do Ministério Público ([www.mp.to.gov.br](http://www.mp.to.gov.br)), o e-mail [ouvidoria@mp.to.gov.br](mailto:ouvidoria@mp.to.gov.br) e os telefones (63) 3216-7598 e (63) 3216-7575.

No ano de 2016, a Ouvidoria do Ministério Público do Tocantins recebeu e processou 844 ocorrências, das quais 607, foram anônimas. Da análise de dados, constata-se que 491 manifestações foram enviadas para as áreas com atribuição e aguardam respostas, enquanto 353 foram respondidas e concluídas.

A seguir serão demonstradas, por meio de tabelas, as Manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria no decorrer de 2016.

Tabela 6.1.3.1 – Formas de Ocorrência, em 2016.

Forma de Contato	Ano,( em unid)	%
Virtual	517	61,26
E-mail	51	6,04
Telefone	94	11,14
Presencial	44	5,21
Recebimento de Ofício/Comunicação/Carta	6	0,71

Forma de Contato	Ano,( em unid)	%
Outros	132	15,64
Total	844	100,00

Fonte: Ouvidoria

Tabela 6.1.3.2 – Evolução das Manifestações Recebidas por Tipo – 2014/2016

Grupo	Ano,(em unid)		
	2014	2015	2016
Denúncia	458	568	766
Pedido de Informação	53	57	62
Reclamações	51	74	13
Comentários	1	0	0
Elogios	4	4	2
Sugestões	4	2	0
Críticas	1	0	1
Dúvidas	0	1	-
Total	572	706	844

Fonte: Ouvidoria

A maioria das ocorrências concentrou-se no assunto “Improbidade Administrativa”, representando 23,20%. Outro assunto destaque foi “Educação/Saúde/Pessoa com Deficiência” que representa 17,74% do total das manifestações registradas. Em seguir vem o assunto “Consumidor/Serviços Públicos”, com 11,70% do total. A seguir a tabela com detalhamento por assunto:

Tabela 6.1.3.3 – Detalhamento por assunto

Detalhamento por assunto	Quantidade	%
Crime/Execução Penal	96	9,20
Educação/Saúde/Pessoa com Deficiência	185	17,74
Eleitoral	28	2,68
Improbidade Administrativa	242	23,20

Detalhamento por assunto	Quantidade	%
Concurso Público	72	6,90
Irregularidade Trabalhista	13	1,25
Controle Externo da Atividade Policial	19	1,82
Demanda Alheia à Competência da Ouvidoria/Consultas e Dúvidas Jurídicas	14	1,34
Residência na Comarca e Lotação de Membros	0	0,0
Administração e Funcionamento do Ministério Público	9	0,86
Infração Disciplinar de Membro ou Servidor/Inércia ou Morosidade na Atuação Funcional	16	1,53
Infância e Juventude	29	2,78
Lei de Acesso à Informação/Remuneração de Membros e Servidores	62	5,94
Consumidor/Serviços Públicos	122	11,70
Meio Ambiente	54	5,18
Outros	82	7,86
<b>Total</b>	<b>1.043</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Ouvidoria

Obs.: algumas manifestações referem-se a mais de um tema.

#### ✓ Participação em eventos

A seguir serão demonstrados as participações do Ouvidor em eventos externos:

#### Quadro 6.1.3.2 – Participações em eventos

Item	Local	Período	Tipo de Atividade realizada no local
1	Vitória-ES	09/03/2016 12/03/2016	a Participação na XXVIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público (CNOMP).
2	Porto Velho-RO	18/05/2016 21/05/2016	a Participação da XXIX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público.
3	Belo Horizonte-MG	28/09/2016 01/10/2016	a Participação da XXX Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público.
4	Recife-PE	09/11/2016 a 12/11/2016	Participação da XXXI Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público.
5	Brasília-DF	20/11/2016 a 23/11/2016	Participação na 22ª Sessão Ordinária do CNMP com participação do Ouvidor Nacional do Ministério Público.

Item	Local	Período	Tipo de Atividade realizada no local

Fonte: Ouvidoria

#### 6.1.4 Ação 2101 – Manutenção das ações de inteligência, contrainteligência e segurança institucional

Ação 2101: Manutenção das ações de inteligência, contrainteligência e segurança institucional

##### Quadro 6.1.4.1 – Resumo da ação 2101

Título	2101 – Manutenção das ações de inteligência, contrainteligência e segurança institucional			
Descrição:	Aquisição de equipamentos de segurança e vigilância; gerenciamento das medidas de segurança orgânica dos membros e servidores do Ministério Público; levantamento dos pontos de fragilidade no sistema de segurança; estruturação das unidades do MP/TO com equipamentos de segurança e vigilância; e realização de segurança física das instalações, mediante a contratação de vigilância armada.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
N.I.S. mantido	Porcentagem	100	100	100
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
3.957.820,00	3.762.928,00	3.735.946,11	2.904.130,33	99,28

Fonte: Sistema SIAFEM

Em abril de 2015, o Ministério Público do Tocantins implantou o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), que tem como uma de suas principais atribuições cuidar da segurança de seus membros, de suas instalações e das informações de caráter sigiloso que circulam na instituição.

Em sua composição, o NIS tornou-se o responsável pelas áreas de inteligência, contrainteligência e segurança institucional, de forma a propiciar uma atuação dinâmica e integrada entre esses setores.

Apesar do pouco tempo passado desde a sua criação, o NIS já realizou a base estruturante de seu trabalho, a exemplo do estudo que serviu de fundamentação

para a implantação dos serviços de segurança de sua sede e das promotorias de Justiça do interior, seja por meio de vigilância armada, seja pela instalação de cercas de segurança e de circuitos de câmeras e alarme.

Entretanto, há outras atribuições do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, que procura também atuar no âmbito investigativo. Nesse sentido, operacionaliza o Laboratório de Tecnologia de Combate aos Crimes de Lavagem de Dinheiro (Lab-LD), pesquisando e cruzando dados fiscais, bancários e outras informações referentes à atuação de organizações criminosas e aos chamados “crimes do colarinho branco”. É também o NIS que opera as interceptações telefônicas feitas mediante autorização judicial.

Diante do exposto, apresentamos, por meio do quadro abaixo, os recursos empenhados na implementação e manutenção das ações de segurança institucional.

Tabela 6.1.4.1 – Principais despesas 2013-2016, em (R\$).

Tipo de Serviço	Ano, em (R\$)			
	2013	2014	2015	2016
Diárias	-	-	-	27.771,50
Vigilância Armada	2.942.996,07	3.098.757,87	2.917.266,74	2.564.091,92
Monitoramento por câmeras e alarmes	-	61.590,00	346.559,57	447.941,79
Materiais Permanentes	-	-	3.935,67	42.450,00

Fonte: Sistema SIAFEM

Os investimentos para o desenvolvimento da segurança institucional são fundamentais para o funcionamento desta Procuradoria-Geral, uma vez que garantem a seus usuários uma infraestrutura segura, capaz de gerar confiabilidade nos serviços oferecidos.

#### ✓ **Coordenação do NIS**

As atividades da Coordenação do NIS que destacaram, em 2016, foram as seguintes:

→ Ampliação dos serviços de vigilância armada para diversas Promotorias de Justiça do interior;

→ Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2014, firmado entre o Ministério Público do Estado do Tocantins e a Secretaria de Segurança Pública, cujo objetivo é regulamentar a utilização de Hardware e Software do Sistema de Monitoramento de Sinais – Guardiã – por parte daquela Secretaria de Estado, bem como de mobiliário e instalações físicas da Procuradoria-Geral de Justiça;

→ Prorrogação da Cessão de Uso do Software da Plataforma de Comutação Digital BXS/20 firmado com o Estado do Tocantins, por intermédio da Polícia Militar.

Outrossim, diversas atividades foram executadas no período em referência, as quais encontram-se consolidadas nos quadros dispostos a seguir:

Tabela 6.1.4.2 – Atividades do Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional, em 2016.

Item	Atividades	Quantidade
1.	Atendimento a Membros	235
2.	Atendimento a Servidores	324
3.	Atendimento ao Público Externo	131
4.	Reuniões Institucionais	24
5.	Despachos/Decisões em Processos Administrativos	133
6.	Parecer Administrativos em Processos Internos	156
7.	Viagens Institucionais	07
8.	Oitivas	15
9.	Ofícios Expedidos	31
17.	Memorandos Expedidos	211
20.	Processos Administrativos Instaurados	23
24.	Notícia de Fato Instaurada	01

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

✓ **Diretoria de Inteligência**

As principais atividades realizadas no ano de 2016, estão descritas a seguir:

Tabela 6.1.4.3 – Atividades do Sistema Guardião, em 2016.

Item	Procedimentos	Quantidade
01	Processos (Operações)	09
02	Relatório emitidos (Operações)	38
03	Relatórios emitidos (geral)	38
04	Ofícios Expedidos	54
05	Memorandos Expedidos	14

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

✓ **Departamento de Análise de Dados e Informações, Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO**

As principais atividades desenvolvidas necessárias no ano de 2016, foram compiladas e restam demonstradas abaixo:

Tabela 6.1.4.4 – Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação, em 2016.

Item	Atividades	Total
01	Pedido de Cooperação Técnica <sup>1</sup>	01
02	Relatórios de Análise <sup>2</sup>	38
03	Relatórios de Inteligência <sup>3</sup>	06
04	Relatório de Pesquisas <sup>4</sup>	91

1 Refere-se a pedido de afastamento de sigilo bancário junto ao Sistema Simba, a fim de receber e validar as transmissões oriundas das Instituições Financeiras.

2 Refere-se às análises de dados fiscais, bancários, telefônicos e vínculos.

3 Refere-se às informações de cunho investigativo.

4 Refere-se às pesquisas em todos os Sistemas e Base de Dados disponíveis neste Laboratório. Consta ainda informar que surgiram a partir de 1º de agosto de 2015, em substituição às extintas Notas Técnicas e Notas de Informação.

05	Pesquisas Realizadas	8.819

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

Tabela 6.1.4.5 – Capacitações da Equipe Técnica, em 2016.

Item	Capacitações da Equipe Técnica	Quantidade
01	2ª- Simpósio do SIMBA, 01/06/2016 a 03/06/2016 Brasília-DF	03
02	4ª- Simpósio do SISTEL, 01/06/2016 a 03/06/2016 Brasília-DF	03
03	5ª Seminário de Análise Financeira da Rede LAB-LD 29 e 30/06/2016 Brasília.	02
04	11ª- Seminário de Analise Financed da Rede LAB -LD 22 a 28 / 08/2016 Brasilia-DF	02
05	10ª – Encontro de Gestores do LAB-LD 29 e 30/09/2016 Salvador-BA	02

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

✓ **Departamento de Operações e Segurança Institucional**

Tabela 6.1.4.6 – Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação, em 2016.

Atividade	Quantidade
Ordem de missão <sup>5</sup>	13
Relatório de Missão	06

Fonte: Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional

<sup>5</sup> As Ordens de Missão resultaram em diligência, sendo 08 (oito) nesta Capital e (01) uma no interior do Estado do Tocantins. Ao final de cada diligência foi confeccionado Relatório de Missão contendo as informações solicitadas. Foram produzidos diversos meios de provas como fotos, dados jurídicos, operacionais de empresas entre outros.

### 6.1.5 Ação 2147: Realização das ações de combate às organizações criminosas

Quadro 6.1.5.1 – Resumo da ação 2147

<b>Título</b>	2147 – Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
<b>Descrição:</b>	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de Membros e Servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ações que envolvam o controle regional da atividade policial.			
<b>Meta Física</b>				
<b>Produto</b>	<b>Unidade de medida</b>	<b>Planejado (A)</b>	<b>Executado (B)</b>	<b>% (B/A)=C</b>
Ação de combate ao crime organizado	Unidade	4.820	754	15,64%
<b>Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)</b>				
<b>Dotação inicial (A)</b>	<b>Dotação autorizada (B)</b>	<b>Empenhado (C)</b>	<b>Liquidado (D)</b>	<b>%(C/B)= E</b>
30.000,00	15.000,00	6.675,00	6.675,00	44,50%

Fonte: Sistema SIAFEM

Baseado nos laudos de vistoria do Centro Operacional de Apoio às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente (CAOMA), o GAECO ajuizou, em dezembro de 2016, oito denúncias criminais em desfavor de fazendeiro, técnicos do NATURATINS e do presidente do órgão ambiental na época.

A possível organização criminosa atuava em esquema de corrupção para facilitar o desmatamento ilegal de áreas rurais em diversos municípios do Estado. As áreas desmatadas estão localizadas nos municípios de Porto Nacional, Gurupi, Figueirópolis, Pium, Guaraí e Paraíso do Tocantins.

Em outra operação, também na região sudeste no Estado, o Ministério Público do Tocantins, com a colaboração das Polícias Civil e Militar, identificou e prendeu uma quadrilha especializada em roubo de caminhonetes de luxo. As investigações duraram seis meses e levaram à prisão de quatro pessoas.

Os criminosos utilizavam-se de armas de fogo de grosso calibre e costumava interceptar suas vítimas em rodovias. A suspeita é que 12 caminhonetes tenham sido subtraídas pela quadrilha somente no ano de 2015.

Apresentamos a seguir um resumo das atividades do GAECO, referentes aos anos 2011/2016, conforme detalhamento:

Tabela 6.1.5.1 – Resumo de atividades do GAECO, período de 2011/2016

Tipo de atividade	Quantidade, em (unid)					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Notícia de Fato	-	-	-	-	13	30
Atendimento ao Público	-	-	-	-	25	34
Atuação conjunta com Promotorias do Interior	-	-	-	-	06	08
Memorandos	108	108	256	145	238	104
Ofícios	150	141	234	219	241	280
Oitivas	46	18	33	47	47	133
Reunião	20	47	290	310	1001	105
Procedimento Investigatório Criminal	-	-	06	03	08	09
Requerimento	-	-	02	-	-	-
Viagens Institucionais	-	-	09	16	04	12
Cautelar de Arresto e Sequestro	-	-	-	-	-	01
Denúncia	-	-	01	01	02	13
Representação Criminal – Pedidos de Prisão	-	-	01	10	23	02
Carta Precatória	-	-	01	01	03	11
Recomendação	-	-	01	01	-	-
Requisição de instauração de inquérito policial	-	-	04	03	-	01
Afastamento de sigilo bancário	-	-	-	-	03	05
Afastamento de sigilo de dados e telefônico	-	-	-	-	05	06
Recurso	-	-	-	01	-	-

Fonte: Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO

Os principais gastos nesta ação foram relativos aos deslocamentos de membros e servidores no exercício da função.

## 6.1.6 Ação 2149: Realização das ações para defesa do interesse público no processo judicial

Quadro 6.1.6.1 – Resumo da ação 2149

Título	Realização das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial e extrajudicial			
Descrição:	Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, por meio de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de apoio operacional.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)= C
Ação do MPE realizada	Unidade	292.194	353.423	120,95
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% (C/B)= E
582.100,00	442.479,00	422.962,55	408.362,63	95,59

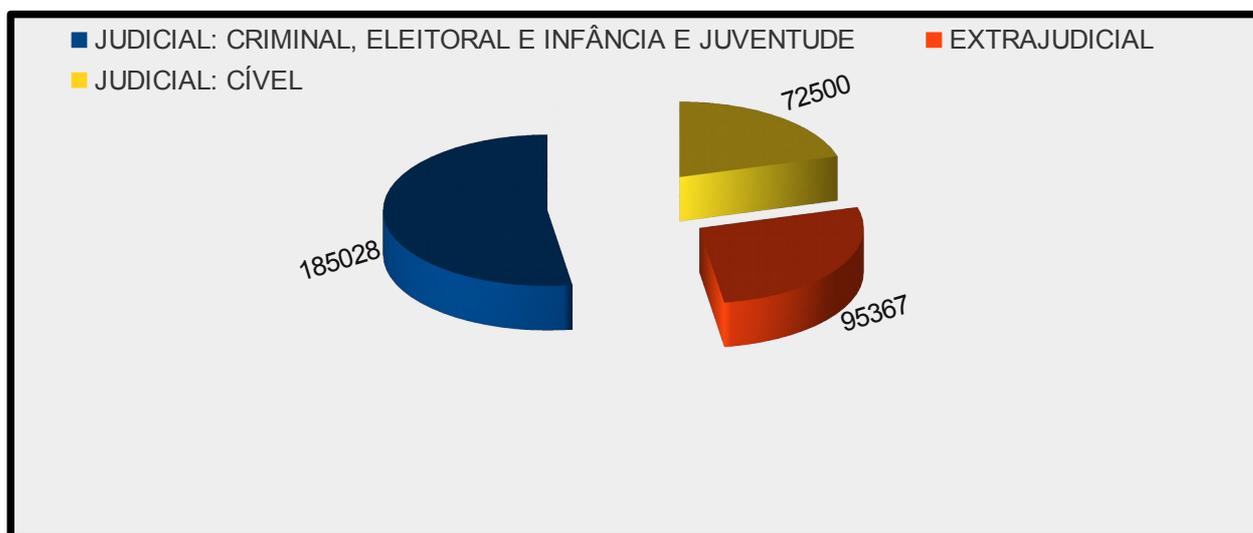
Fonte: Sistema SIAFEM

Com o objetivo de garantir ao cidadão um atendimento finalístico de qualidade, os membros e servidores do Ministério Público do Tocantins vêm se esforçando para ampliar o volume de atuação do órgão. Esse esforço, conforme demonstrado na análise do programa Justiça, produziu efeitos positivos sobre o volume de ações dos membros do Ministério Público, superando, inclusive, sua meta para o exercício 2016, com o total de 353.423 ações, um crescimento de 11,25% em relação ao ano de 2015.

Para um melhor entendimento, apresentamos, a seguir, a divisão do

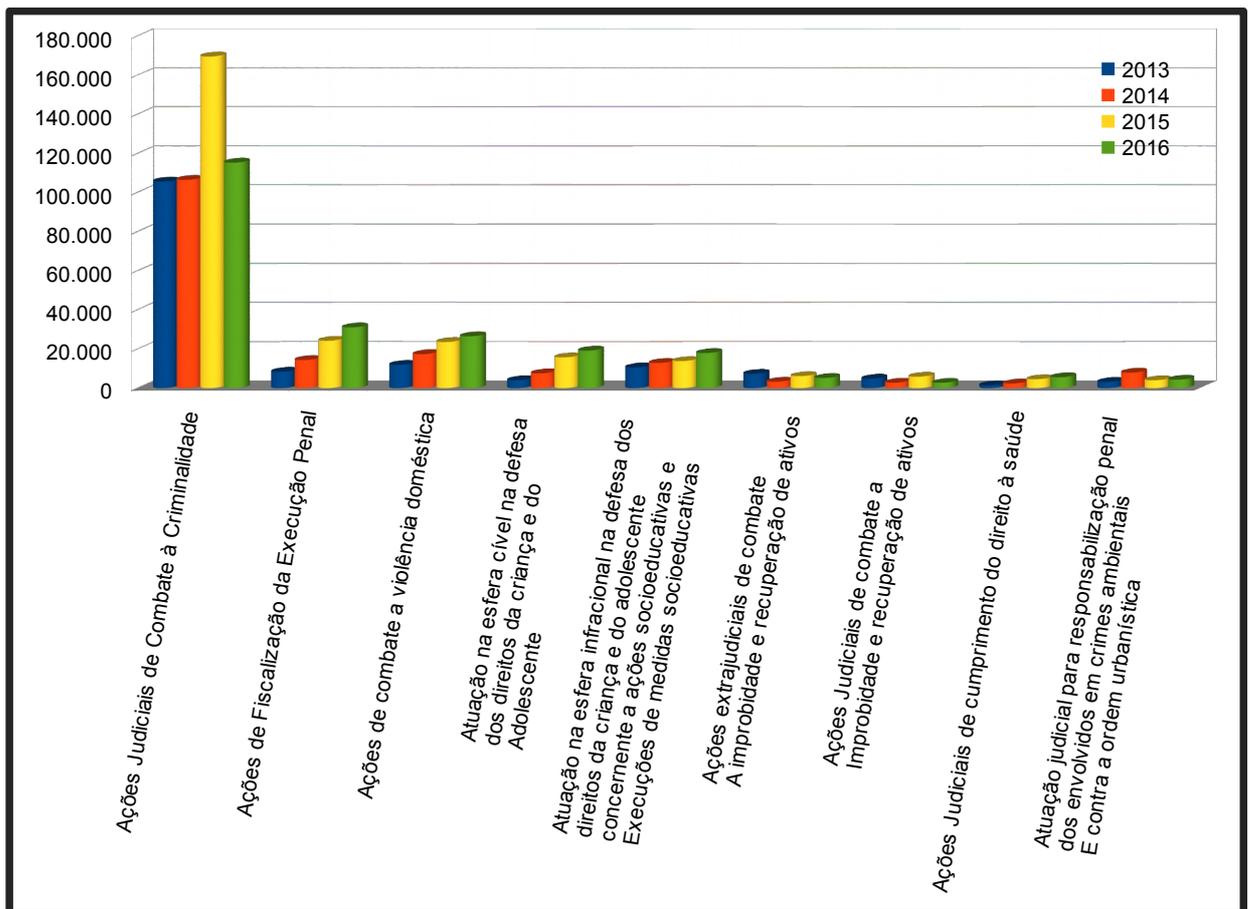
volume total de ações do Ministério Público, através de figuras e gráficos, que permitem a visualização por esfera e, em seguida, por área de atuação:

Figura 6.1.6.1 – Ações do MP/TO em 2016, por esfera:



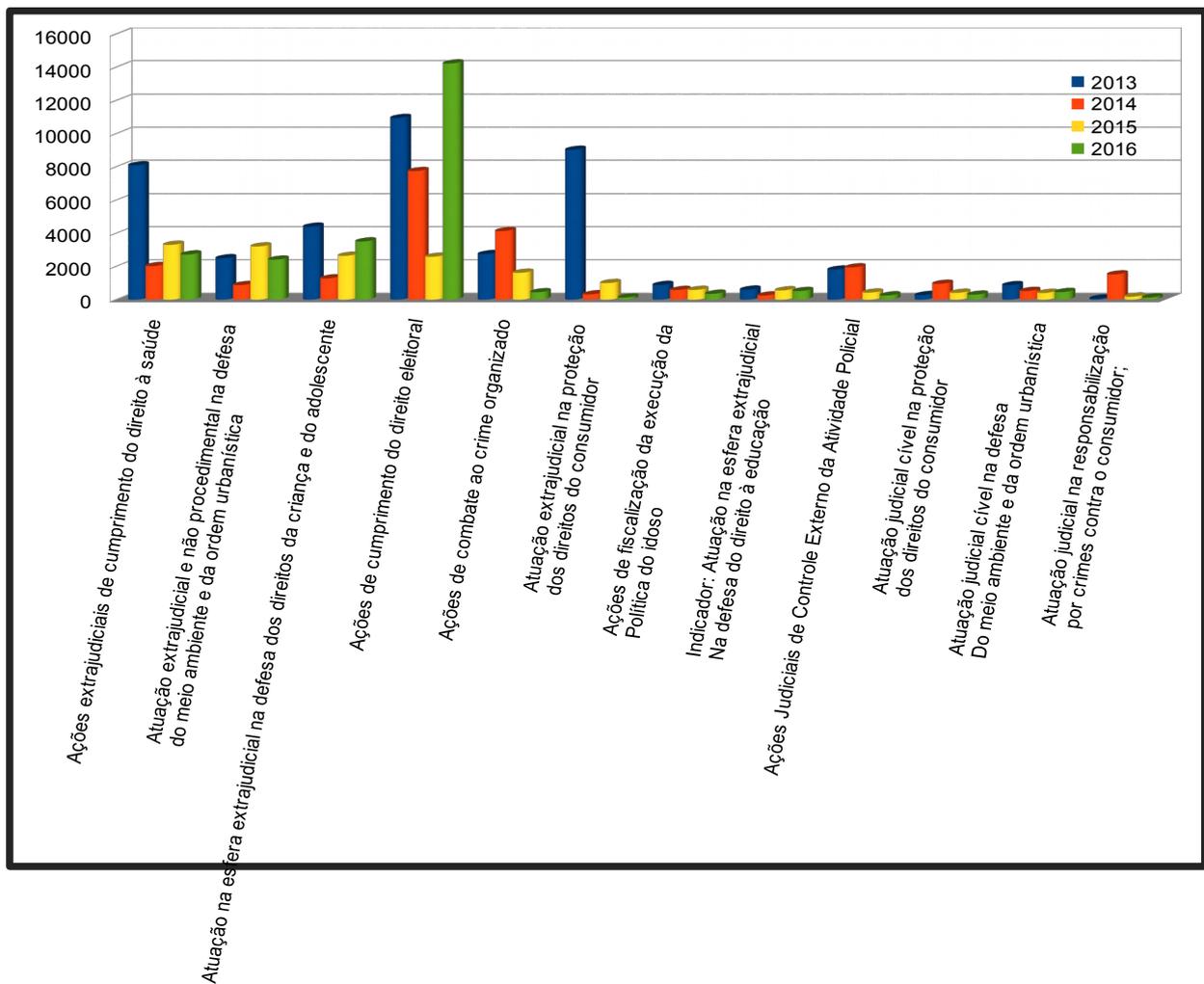
Fonte: Relatório de Atividades Funcionais (RAF)

Figura 6.1.6.2 – Ações do MP/TO comparativo 2013/2016, nas principais áreas de atuação:



Fonte: Relatório de Atividades Funcionais (RAF)

Figura 6.1.6.3 – Ações do MP/TO em 2016, nas demais áreas de atuação:



Fonte: Relatório de Atividades Funcionais (RAF)

Prosseguindo, passamos a apresentar os resultados da atuação dos Centros de Apoio Operacional, órgãos que têm por objetivo fornecer apoio técnico e científico aos órgãos de execução, elaborar estudos, pareceres, perícias, vistorias e outros documentos solicitados pelos membros necessários e à instrução da atividade finalística, diligenciar em sua área de atuação, participar de forma proativa da estratégia institucional e fomentar a integração das diversas áreas de atuação institucional.

#### **6.1.6.1.1 Êxitos do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal – CAOPAC**

A principal atividade desenvolvida pelo Centro de Apoio ao Patrimônio Público e Criminal – CAOPAC consiste em dar apoio técnico aos membros deste

Órgão Auxiliar Ministerial quando militam na tutela do patrimônio público em geral, tais como nos inquéritos civis ou procedimentos investigativos que servirão de suporte para a propositura das Ações Cíveis Públicas por improbidade administrativa.

Na esfera Criminal consiste em localização de endereço de pessoas envolvidas nas demandas Ministeriais, normalmente encaminhadas por e-mail.

Como regra, os Promotores de Justiça encaminham os procedimentos preliminares que investigam condutas de agentes públicos, ordenadores de despesas, detentores de cargos eletivos ou não, para que sejam apuradas eventuais irregularidades em contas prestadas, licitações deflagradas, execução de obras públicas, enfim, tudo o quanto se refere ao manejo das verbas de origem pública.

Os Promotores de Justiça, em sua maioria, têm requisitado auxílio tanto na parte contábil dessas investigações, quanto na área de gastos com pessoal. Essas ações são sempre direcionadas ao suporte das investigações conduzidas pelos Promotores de Justiça.

O CAOPAC atua, ainda, no assessoramento teórico, enviando informações, pesquisas online, e documentos sobre assuntos atinentes à despesa pública, quando solicitado. Esta ação ocorre em virtude de Intercâmbio com diversos Ministérios Público com intuito de angariar peças jurídicas, referente a improbidade administrativa para atender a pedidos individuais de algumas promotorias. Esta parceria ocorre de modo inverso, pois permite a transferência de modelos de peças jurídicas e procedimentos contábeis, quando solicitado, a outros Ministérios Públicos da Federação.

Atividades desenvolvidas no decorrer de 2016:

Quadro 6.1.6.1.1 – Procedimentos CAOPAC.

Procedimento	Assunto
01 /2016	Apurar diferença contábil no Balanço Patrimonial 2009 na Prefeitura de Barra do Ouro.
02 /2016	Versam os autos de n. 2015/1252 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA – Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Casa de Recuperação e Reeducação – CRER.
03/2016	Autos n. 2013/17011 sobre prestação de contas de Convênio firmado entre CEPEMA e a ABEADETINS – Associação Beneficente Evangélica da Assembleia de Deus do Tocantins.
04 /2016	Autos sobre supostas irregularidades havidas no pregão presencial nº 436/2008, aquisição de mobiliário realizado pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins.
05/2016	Autos n. 2013/17004 – prestação de contas de Convênio firmado entre o CEPEMA – Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Ação Social Arquidiocesana de Palmas nos termos do Provimento 12/2012/CGJUSTO.
06/2016	Autos de n. ICP 008/2013, julgamento de contas consolidadas pelo Tribunal de Contas do Tocantins, do município de Nova Rosalândia, no exercício de 2010.
07/2016	Autos de n. 2014.2.29,22.0034, sobre eventual ilegalidade no acordo firmado entre a Prefeitura de Palmas e a empresa INVESTICO S/A no ano 2002.
08/2016	Autos de n. 20013/17009 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA – Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Associação Ação Social Jesus de Nazaré.
09/2016	Autos de n. 2013/17014 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA e Hospital Padre Luso, 2015.
09/2016	Autos de n. 2015/1252 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA – Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Casa de Recuperação e Reeducação – CRER.
10/2016	Autos IC 021/2011, sobre possíveis irregularidades na contratação pelo Governo do Estado do Tocantins de empresa especializada na prestação de serviço de publicidade e propaganda, para campanha de combate aos mosquito Aedes Aegypti em 2011.
11/2016	Preso perigoso com alto risco, em Tocantinópolis.
12/2016	Referência: ICP N° 2014.19036 – 22ª PJC.
13/2016	ACP 5028906-92.2013.827.2729 – PLANSAÚDE / Demanda da 28ª PJC.
014/2016	Autos de n. 2013/17014 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA – Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas com Hospital Padre Luso, 2016.
15/2016	Autos de n. 20013/17005 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA e Associação Desportiva Teotônio Segurado Escolinha de Indicação e Treinamento Desportivo 1º BPM – ASDETES.
16/2016	Autos de n. 2015/1254 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA e Conselho da Comunidade na Execução Penal – CCEP.
17/2016	Autos n. 2015/17013, sobre prestação de contas de Convênio firmado entre

	CEPEMA-Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas, Associação Santa Edwiges.
18/2016	Autos n. 2013/1704 sobre prestação de contas de Convênio firmado entre CEPEMA-Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas e a Ação social Arquidiocesana de Palmas.
19/2016	Autos n. 2013/1704 sobre prestação de contas de Convênio firmado entre CEPEMA e Associação Jesus de Nazaré.
20/2016	Solicitação Ministerial sobre o Portal da Transparência – Município de XXX / para Modelo CAOPAC – com 118 Quesitos .
21/2016	Autos n. 2015/1251 sobre prestação de contas de Convênio firmado entre CEPEMA-Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas e a Entidade Casa da Mulher do Tocantins.
22/2016	Autos n. 2013/1704 sobre prestação de contas de Convênio firmado entre CEPEMA – e a Associação de Apoio e Recuperação da Família Presidiária – ARAP.
23/2016	Autos n. 2013/17011 sobre prestação de contas de Convênio firmado entre CEPEMA e a ABEADETINS – Associação Beneficente Evangélica da Assembleia de Deus do Tocantins.
24/2016	Notícia de Fato 001/2014 PJ – Araguaçema.
25/2016	Terceirização da Iluminação Pública – PJ Araguaína.
26/2016	Averiguar supostas irregularidades no modo de arrecadação dos tributos com recebimentos em espécie, na Coletoria de Formosos do Araguaia no período de 2013 a 2015.
27/2016	Autos de n. 2013/17000 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA – e a Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer.
28/2016	Proibição de empresa e Pessoa física contratar com o poder público por força de sentença judicial – Prefeitura Municipal de Itacajá/TO.
29/2016	Autos de n. 2016/042 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA – Centrais de Execução de Penas e Medidas Alternativas e a Escola de Tempo Integral Margarida Lemos.
30/2016	Autos de n. 2015/1254 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA e o Conselho da Comunidade na Execução Penal – CCEP.
31/2016	Autos de n. 2015/1254 sobre Prestação de Contas do Convênio firmado entre CEPEMA e o Conselho da Comunidade na Execução Penal – CCEP.
32/2016	Solicitação Ministerial sobre o Portal da Transparência – Município de Tocantinópolis.
33/2016	Solicitação Ministerial sobre o Portal da Transparência – Município de Santa Terezinha.

Fonte: CAOPAC

Relatórios de vistoria na área de engenharia.

→ Inquérito Civil Público nº 013/2015, instaurado pela 12ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araguaína/TO. Apurar supostas irregularidades no uso de bem público e na drenagem de água pluvial no Setor Oeste, neste município de

Araguaína/TO.

→ Inspeção na Cadeia Pública de Miracema do Tocantins, por solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins. Apurar as condições físicas nos dois sistemas de fossas sépticas e sumidouros existentes no referido imóvel.

→ Inquérito Civil Público nº 004/2016, instaurado pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Colinas. Apurar supostas irregularidades na ausência da reforma da Ponte Gleba “R” no município de Bernardo Sayão/TO, configurando atos de improbidade administrativa.

→ Inquérito Civil Público nº 006/2016, instaurado pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Colinas. Apurar supostas irregularidades na ausência das reformas de três unidades escolares no município de Bernardo Sayão/TO, configurando atos de improbidade administrativa.

→ Procedimento Administrativo nº 217/2014, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miracema do Tocantins/TO. Condições precárias da ponte sobre o Córrego São José, no município de Miracema do Tocantins.

→ Inquérito Civil Público nº 2016.3.29.23.0131 – 2016/14181 – Documento: 460763. Apurar as condições físicas do Espaço Cultural José Gomes Sobrinho.

#### ✓ **Participação Institucional**

O Fórum Tocantins de Combate a Corrupção – FOCCO tem como partícipes 11 instituições, com objetivo o fortalecimento, ampliação e aprimoramento de compromisso e articulação institucionais voltados para o combate à corrupção.

Ação conjunta com diversos órgãos de controle na esfera estadual e federal, com foco principal na fiscalização dos portais de transparência do To, resultando em diversas ações de improbidade dos municípios que não atendiam as exigências legais.

Foi elaborada Recomendação Conjunta com os órgãos de controle, condutas para transição republicana no governos municipais do TO e alerta gestores em fim de mandato sobre as penalidades previstas em Lei.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 6.1.6.1.1 – Realizações CAOPAC, em 2013/2016

Atividades Finalísticas	2013	2014	2015	2016
Consulta de endereço, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	4.690	9.752	5.155	7.130
Processos de acompanhamentos	02	02	-	-
Relatórios técnicos	41	25	28	41
Pesquisas / atendimentos	67	98	-	
Vistorias	06	04	04	04
Sistema de pesquisa	03	06	-	-
Promoção de Eventos	-	-	01	-
Reuniões	02	02	04	17
Audiências Públicas	02	-	-	-
Seminários	6	02	-	-
Cursos	01	03	-	-
Reuniões FOCCO	-	-	-	06
<b>Atividades Meio</b>				
Ofícios				
Expedidos	91	98	34	80
Recebidos	46	51	42	123
Memorandos				
Expedidos	-	-	45	32
Recebidos	-	-	17	28
E-mail				
Expedidos	186	202	469	98
Recebidos	252	266	318	123

Fonte: CAOPAC

### **6.1.6.2 Êxitos do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher – CAOCID**

Atualmente contamos com equipe de uma técnica ministerial, uma assistente social, uma assistente administrativa com formação na área do Direito que realiza apoio jurídico e um estagiário que cursa o 7º semestre do Curso de Direito.

No decorrer de 2016, realizamos além do trabalho operacional padrão consistente em: atendimentos aos membros e ao público; participação e promoção de reuniões; emissão de pareceres técnicos; expedição e recebimento de ofícios, memorandos e circulares; divulgação de iniciativas e práticas para fomento nos municípios nas matérias correlatas; participação em eventos em geral; participação em Conselhos Estaduais e COPEVID/GNDH; alimentação do site institucional;

elaboração de projetos, os quais foram aprovados, para serem executados em 2017 e de projetos iniciativa que já vinham sendo realizados na prática.

Neste sentido, existem 02 (dois) Projetos em execução: "Projeto I: Proteção à Pessoa Idosa - Acompanhamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Estado do Tocantins" e o "Projeto II: Defesa do Direito Fundamental à Saúde". Ademais, há 02 (dois) Projetos Iniciativa, quais sejam: "Procedimento Operacional Padrão para Solicitação de apoio técnico" e o "Projeto Calendário Anual de Datas Cidades Comemorativas".

Como dito, desenhamos atividades interinstitucionais em projetos externos como a participação e apoio ao Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Conselho Estadual da Mulher, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, COPEVID – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do GNDH (Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores Gerais-CNPG), CPVID – Comissão Estadual de Combate à Violência Doméstica e Comissão Estadual de Diversidade Sexual – criada para elaborar o Conselho Estadual de Diversidade Sexual.

Em relação às atividades desenvolvidas, este órgão exerce várias vertentes de trabalho, as quais detalhamos a seguir:

Tabela 6.1.6.2.1 – Realizações CAOCID, em 2014/2016

Especificação	Ano, em (unid)		
	2014	2015	2016
Atendimentos a membros	10	43	19
Atendimentos ao público	45	60	52
Artigos publicados	-	-	02
Atividades em projetos externos	-	-	13
Coleta de exames para DNA	11	25	15
Gravação na Rádio da UFT: Programa MP Explica	-	-	02
Participações em cursos, seminários, oficinas, conferências	03	19	21
Participações em Reuniões	02	22	29
Pareceres Técnicos emitidos	02	11	03
Palestras	01	04	04
Projetos em execução*	-	01	04
Recomendações emitidas	-	-	02
Reuniões realizadas	07	03	03
Ofícios/Memorando/Circulares	78	181	119
Vistorias/Inspeções realizadas	-	-	-
Total	161	372	288

\* Projeto em execução na área de reconhecimento de paternidade por meio da realização de

exames de DNA a custo reduzido.

\*\*Coleta de exames para DNA até dia 07/06/2016

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania – CAOCID

A contribuição com debates na área da cidadania, direitos humanos e da mulher também é destaque do CAOCID, assim como a participação em eventos, cursos e seminários realizados no Tocantins, dentre os quais se destacam:

Quadro 6.1.6.2.2 – Participação em eventos, cursos e seminários, em 2016.

Período	Atividades
15/02/2016	Fórum Estadual de Combate aos impactos dos Agrotóxicos, evento que teve como parceiros o MPF e MPT;
16 17/02/2016	e Conferência Estadual dos Diretos da Mulher;
08/03/2016	Participação em evento organizado pela secretaria de Ação Social do município realizado na cidade de Nova Olinda com tema: “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, que contou com a participação da Coordenadora do CAOCID que ministrou palestra;
15/03/2016	I Conferência Regional da Mulher no município de Colinas do Tocantins. A Abertura do evento teve palestra magna com a Coordenadora do CAOCID, que ministrou sobre violência de gênero;
18/03/16	Participação do Ciclo de Palestras sobre Impactos dos Agrotóxicos;
08/04/16	Participou de Audiência Pública na Defensoria Pública do Estado do Tocantins sobre o Direito Social à Moradia no Campo e na cidade;
12/04/16	Participou de Audiência Pública na sede da OAB seccional do Tocantins, com tem: “Discussão de gênero nas escolas e municípios”;
30/06/2016	Participou de evento na Justiça Federal acerca do Tema: “Tráfico de Mulheres”;
05/08/2016	Participou de Ciclo de Palestras acerca dos “10 anos da Lei Maria da Penha”;
16/08/2016	Participou do evento “Palmas em Foco” com tema Acessibilidade;
19/08/2016	Participou de Audiência Pública na sede Assembleia Legislativa do Tocantins, com tem: “Trabalho Escravo na Contemporaneidade”;
02/09/2016	Participou de evento em homenagem aos “10 anos Lei Maria da Penha: conquistas e desafios”, na Defensoria Pública do Estado do Tocantins, Coordenadora do CAOCID participou como debatedora;
10/10/2016	A Suplente da coordenação do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Direitos Humanos, proferiu palestra no município de Almas/TO sobre o tema: "Combate a Violência Doméstica e Lei Maria da Penha".

03/11/2016	Realização no Prédio Sede do MP/TO de reunião com os órgãos partícipes do Projeto “Proteção à pessoa idosa”, para nivelamento e direcionamento deste Projeto, a fim de que o mesmo inicie sua fase prática em 2017;
09/11/2016	Participou de evento “Roda de Conversas nas Escolas” promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos Humanos;
10/11/2016	Participou do “II Seminário Ações Afirmativas: garantia da igualdade racial”, na Defensoria Pública;
16 e 17/11/2016	Participou do “I Fórum de Saúde e Diversidade do Tocantins” no auditório da Defensoria Pública do Tocantins;
23, 24 e 25/11/2016	Participou do “III Fórum Estadual de Violência Sexual” promovido pelo Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (Savis) do Hospital Dona Regina, Palmas-TO,
25/11/2016	Participou e representou o MP/TO compondo mesa no Lançamento do Projeto “Tocantins sem LGBTfobia”;
05 a 09/12/16	Participou da Semana Estadual dos Direitos Humanos, com Rodas de Conversas, e entrega do “Prêmio Boas práticas em Direitos Humanos no Estado do Tocantins”;
07/12/2016	Participou no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO em Palmas de Palestra acerca do tema: “Suicídio”.

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Cidadania – CAOCID

### ✓ Núcleo Maria da Penha

Após a criação do Núcleo Maria da Penha em 2012, as ações do Ministério Público Estadual destinaram-se a combater a problemática da violência doméstica e familiar, por meio de várias ações e estratégias baseadas no escopo das mais variadas origens da violência doméstica e a desconstrução cultural do machismo, que ainda é visível e latente em nossa sociedade.

No ano de 2016, o Núcleo Maria da Penha passou a integrar o CAOCID, proporcionando uma melhor articulação da equipe e condições de trabalho mais eficientes. De acordo com a coordenadora do CAOCID, também foi elaborado um cronograma com os projetos a serem executados no decorrer de 2017.

Foram realizadas as atividades pertinentes ao Projeto do Núcleo Maria da Penha:

- Atendimentos e acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

- Otimização do intercâmbio de informações e esforços no combate a toda forma de violência doméstica;
- Manutenção dos cadastros atualizados sobre os órgãos e instituições que integram a Rede da Mulher;
- Elaboração das propostas de projetos, eventos e ações diversas, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- Realização dos convênios, acordos e outros instrumentos de cooperação mútua entre o MP/TO e outras entidades públicas e privadas, e acompanhar a execução dos já firmados.
- Realização do Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Palmas e A N3 Ltda-EPP e o Ministério Público do Estado do Tocantins, com o objetivo de Programar a Corrida da Mulher, dentro do 3º Circuito Virgílio Coelho de Corridas de Rua -2016;
- Realização da Corrida da Mulher, pelo Ministério Público Estadual e Academia Contours no dia 05 de Março de 2016;
- Atendimentos aos pais e crianças referentes ao “Projeto Pai Presente” da 16ª, 17ª, 18ª Promotorias de Justiça da Capital;
- Participação no XVII Seminário Sobre Mulher e Saúde, realizado pela Casa 08 de março, nos dias 30 e 31 de maio de 2016;
- Participação na Palestra “Análise Sistêmica do Estupro Coletivo no Brasil”, realizada pela Defensoria Pública no dia 03 de junho de 2016;
- Participação da Pauta de Intenção da OAB na participação e fomento em Campanha “Justiça pela Paz”, em 8 de junho de 2016;
- Participação do I Workshop “Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, realizado pela Polícia Federal – Superintendência Regional do Tocantins, em 30 de junho de 2016;
- Realização do Acordo de Cooperação Técnica entre a Procuradoria Estadual de Justiça do Estado do Tocantins e o SENAC, oportunizando o acesso a cursos profissionalizantes gratuitos à mulher vítima de violência doméstica e familiar, em 22 de julho de 2016;
- Realização do I Ciclo de Debates: “Lei Maria da Penha, 10 anos depois” organizado pelo Núcleo Maria da Penha do Ministério Público do Estado do Tocantins (MP/TO), em 5 de agosto de 2016;
- Participação no evento dos 10 Anos da Lei Maria da Penha, Conquistas e Desafios, realizado pela Defensoria Pública, em 2 de setembro de 2016;

- Divulgação do Núcleo Maria da Penha e informação sobre a Lei 11.340/06 com distribuição de cartilhas informativas para Rede de Atendimento à Mulher;
- Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica e Operacional entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e a Secretaria Municipal de Educação, objetivando a execução no âmbito das Escolas Municipais de Palmas do Projeto: “Rompimento do Ciclo da Violência Doméstica através da conscientização das Crianças do Ensino Fundamental – Ministério Público do Tocantins divulgando a Lei Maria da Penha via palestras educativas”;
- Encaminhamento de Acordo de Cooperação Técnica e Operacional entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Parceiros (Defensoria Pública, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego, Secretaria de Governo e Relações Político Sociais, Secretaria do Trabalho e Assistência Social e Secretaria de Cidadania e Justiça), objetivando a execução no ano de 2017 do Projeto: “SOS Mulher”– Ministério Público do Tocantins de portas abertas para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”, que pretende promover e implantar um atendimento de qualidade especializado, de forma ágil, preciso e eficaz, garantindo o resgate da autoestima da mulher vítima de violência doméstica;
- Cadastro das Associações e Movimentos Organizados de Mulheres na capital do Projeto: “Uma parceria Rumo a Paz”, com o objetivo de promover eventos (palestras, caminhadas, corridas, rodas de conversas, etc), envolvendo Associações de Moradores e Rede de Atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica para divulgação da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, no Ministério Público;
- Participação no III Fórum Estadual sobre Violência Sexual, realizado pelo Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS), nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2016.

### **6.1.6.3 Êxitos do Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOCON**

Durante o ano de 2016 foram realizadas as Operações Pró-Consumidor nas seguintes cidades:

→ Natividade: além do que foi pedido pelo Promotor de Justiça, a fiscalização foi feita no comércio geral de carnes. Contou com a participação da Vigilância Estadual e Municipal, ADAPEC e PROCON;

→ Paranã: a fiscalização foi realizada nos estabelecimentos comerciais da cidade e contou com a participação Vigilâncias Estadual e Municipal e PROCON;

→ Tocantinópolis: a fiscalização superou o pedido feito pela Promotora de Justiça titular, abrangendo o comércio geral da cidade e foi acompanhada pelo PROCON e pelas Vigilâncias Estadual e Municipal;

→ Palmas: a ação foi voltada para o comércio de combustíveis e produtoras de biocombustíveis e empresas que prestam serviços de guarda barcos (marinas) na Orla de Palmas. Foi realizada em conjunto com a ANP; Corpo de Bombeiros; AEM e PROCON;

→ Araguaína: o foco da operação foi o comércio de combustíveis, de gás GLP. Foi realizada em conjunto com a ANP; Corpo de Bombeiros; AEM e PROCON;

→ Porto Nacional: o foco da vistoria foi um posto de combustível, denominado Posto da Praça Com. Derivados de Petróleo LTDA, sendo acompanhada pelo PROCON;

Não há dúvida do efeito positivo que essas operações deflagram nas cidades onde elas ocorrem, resultando na apreensão de grande quantidade de produtos impróprios para consumo, além de diversos termos e autuações que são lavrados pelos órgãos parceiros e até interdições.

Outro ponto de destaque são os laticínios e frigoríficos. Em relação aos laticínios, esse ano não tivemos demanda específica, mas acabam sendo fiscalizados por via oblíqua nas operações que são realizadas no comércio geral, quando toda espécie de mercadoria que é posta à disposição do consumidor, é vistoriada pelos órgãos específicos. De qualquer modo, os laticínios não deixam de receber a atenção do órgão de execução. Ao contrário dos laticínios, houve, demanda em frigoríficos, abatedouros e em estabelecimentos que comercializam carnes, como se observou acima.

Por ser recorrente a vistoria a laticínios e frigoríficos no Estado, o CAOCON instaurou Procedimento Administrativo, visando acompanhar e fiscalizar a estruturação das Vigilâncias Sanitárias Municipais em todo o Estado do Tocantins.

O Termo de Cooperação Técnica do Programa Pró-Consumidor, formalizado por um projeto ligado ao Planejamento Estratégico e firmado com os

órgãos parceiros em 2014, foi renovado nesse ano de 2016, mais precisamente em 23/06/2016, com publicação no Diário Oficial N. 4.743, pág. 28, de 16/11/2016, cujo objetivo é dar continuidade às demandas oriundas das Promotorias de Justiça, permitindo – se afirmar que funcionou satisfatoriamente no ano de 2016.

A colaboração dos órgãos parceiros é de fundamental importância na realização das operações. O trabalho, agora aprovado pelo Planejamento Estratégico deste Ministério Público, tendo sido o primeiro projeto a ser formalmente apresentado por Centro de Apoio e aprovado por unanimidade, continuará no ano de 2017.

Nas fiscalizações da operação Pró-Consumidor são constantemente evidenciadas situações de manipulação e venda de alimentos sem inspeção ou certificação de órgão competente. Nesse sentido, manteve-se contato com a Secretaria Estadual da Agricultura com intuito de buscar um diagnóstico sobre a situação dos Serviços Municipais de Inspeção (SIMs). Este contato foi bem proveitoso visto que em reunião realizada em novembro 2015 na sede do MP/TO, entre a Gerência de Fomento e Agroindústria e a equipe do CAOCON, foi entregue um relatório sobre a situação dos municípios do Estado do Tocantins quanto a criação, instalação e funcionamento dos SIMs e também foram apresentadas algumas dificuldades encontradas para a criação do SIM em determinados municípios, situações que foram repassadas para os Promotores de Justiça das respectivas cidades para que adotassem as providências legais.

#### ✓ **Do combate ao uso nocivo de agrotóxicos**

Segundo o Dossiê Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco, publicado no Rio de Janeiro em abril de 2015, que fez um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde, 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. Desses, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, 28% contêm substâncias não autorizadas. “Isso sem contar os alimentos processados, que são feitos a partir de grãos geneticamente modificados e cheios dessas substâncias químicas”, diz Friedrich. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre os países em desenvolvimento, os agrotóxicos causam, anualmente, 70.000 intoxicações agudas e crônicas.

Com base nesses dados é que vimos a necessidade de fiscalização no uso desse produto. Em razão disso, em 30/04/2016 foi firmado um Termo de grande

importância para todo segmento da sociedade, voltado exclusivamente para o uso seguro e eficaz dos agrotóxicos, justamente para que a vigilância seja maior e a população não fique tão exposta a doenças que podem estar relacionadas com uso abusivo de agrotóxicos.

A adesão dos representantes dos órgãos que foram convidados para compor o Termo foi maciça. Não tivemos dificuldades em conseguir um número razoável de adeptos com elogios, os quais louvaram a iniciativa do Ministério Público em sair à frente de projeto tão grandioso, dada a sua tamanha importância. Ainda, esperamos mais adesões ao longo do processo, tanto que no Termo existe a previsão de cláusula de adesão posterior. Para a assinatura do Termo, o Procurador-Geral, que apoiou integralmente o programa, recebeu os participantes para a solenidade de coleta das assinaturas.

Conforme mencionado anteriormente, esse Termo veio para fortalecer o programa denominado PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, da Vigilância Sanitária Estadual, para o qual o Ministério Público firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com a maioria dos supermercados de Palmas, cujo objetivo é facilitar o trabalho dos órgãos fiscalizadores na hora das coletas das amostras e envolver o comerciante conscientizando-o de mudar de fornecedor quando as amostras apresentarem resultados insatisfatórios quanto ao uso de agrotóxicos.

O programa PARA desenvolve um trabalho importante para a população, tanto que esse ano foi divulgado o relatório de atividades da VISA no monitoramento feito entre os anos de 2013 a 2015, em alimentos de origem vegetal provenientes de 24 culturas diferentes, totalizando a coleta de 463 amostras analisadas. Segundo o relatório foram pesquisados até 232 agrotóxicos diferentes nas amostras monitoradas. Durante o monitoramento, o relatório observou que 84% dos resultados das amostras pesquisadas foram considerados satisfatórios, porém, alguns alimentos apresentaram resultados insatisfatórios com a detecção de resíduos de agrotóxicos em desacordo com a legislação vigente.

Ressalte-se, ainda, que todas as inconformidades detectadas pela VISA nas amostras pesquisadas são encaminhadas para o Ministério Público, através da Promotoria de Justiça do Consumidor da capital para as devidas providências.

No relatório de atividade de 2015 a informação é de que havia proposta de minuta visando a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público / CAOCON e a Secretaria Estadual de Defesa e Proteção Social / PROCON Tocantins, com o objetivo de permitir aos Promotores de Justiça com atuação na área do consumidor, acesso ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor- SINDEC.

O SINDEC é um sistema informatizado que integra processos e procedimentos, relativos ao atendimento aos consumidores nos Procons, visando proporcionar um instrumento de gestão adequado ao dinamismo que é típico de seus setores de atendimento.

A minuta tornou-se realidade em 2016, este Termo de Cooperação Técnica foi assinada com a Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça, por meio da Superintendência do PROCON, que objetiva conceder aos membros do Ministério Público, com atuação no consumidor, acesso ao sistema virtual do PROCON, denominado Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC.

Vale ressaltar, que esse sistema de informações tem grande valia para atuação coletiva dos Promotores de Justiça, servindo como fonte de obtenção de dados, que se tornarão provas para obtenção de provimento judicial ou mesmo ajustamento de conduta.

O CAOCON mantém um sítio no portal do Ministério Público Estadual, que é regularmente atualizado pela equipe do Centro de Apoio, com informações voltadas aos interesses dos consumidores, como por exemplo: iniciais e decisões de ações civis públicas; notas técnicas oriundas da SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor; notícias das operações realizadas nos municípios, etc. O objetivo da manutenção desse endereço eletrônico, devidamente atualizado, é prestar informações aos cidadãos/consumidores e aos Promotores de Justiça que atuam na esfera consumerista.

No mês de março de 2016, o Ministério Público sediou a 2ª Reunião do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor – SEDC, houve a participação de todos os órgãos que compõem o Sistema de defesa do consumidor, ocasião onde a Coordenadora desse Centro de Apoio Operacional ao Consumidor atuou como um dos mediadores do evento.

### ✓ **Consumidor vencedor**

O Consumidor Vencedor é um sítio do Ministério Público, que dá ao cidadão acesso a informações sobre vitórias obtidas na defesa coletiva dos consumidores.

Em 2013, o MP/TO assinou Termo de Cooperação Técnica com o MP/RJ viabilizando o intercâmbio de informações. 6.1.6.3 Êxitos do Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOC

Notas sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais, provisórias ou definitivas e termos de ajustamento de conduta obtidos na atuação do Ministério Público na defesa do consumidor.

No ano de 2014, quando o sítio foi ao ar no estado do Tocantins, as informações foram disponibilizadas no endereço [www.consumidorvencedor.mp.br](http://www.consumidorvencedor.mp.br) mantido pelo MP/RJ para acesso do público em geral.

Em 2015, o Termo de Cooperação Técnica foi renovado, dada a relevância que ele possui, não só para os consumidores, mas também para os Promotores de Justiça que terão suas medidas divulgadas e conhecidas por um número muito maior de consumidores. Em 2016, depois de passar por uma modificação para facilitar o acesso, o sítio encontra-se funcionando perfeitamente, com várias ações propostas e lançadas no endereço eletrônico, que ficam à disposição de qualquer pessoa que queira acessar e ver as medidas propostas e decisão, dispostas em assuntos variados.

### ✓ **Fiscalização do fundo estadual para relações de consumo**

A Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor foi designada para compor o Conselho de Gestão do Fundo Estadual para as Relações de Consumo representando o Ministério Público do Estado do Tocantins, através do Ato nº 1.808 – DSG, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4.434 de 11 de agosto de 2015 e na mesma condição em 19 de outubro de 2015 tomou posse como membro do conselho gestor do fundo, vaga cativeira do Ministério Público, tendo como suplente a Promotora de Justiça Kátia Gallieta, as indicações são da lavra do Procurador-Geral de Justiça. Em 15 de julho de 2016 foi substituída pelo Promotor de Justiça Celsimar Custódio Silva, conforme publicação do Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 4.663 de 15 de julho de 2016.

O Fundo Estadual para Relações de Consumo foi criado pela Lei nº 1.250/2001, sendo vinculado à Secretaria de Cidadania e Justiça, tendo por finalidade prover os recursos necessários ao desenvolvimento da política estadual de defesa do consumidor e a harmonia da relação de consumo (art.1º, parágrafo único da Lei nº 1.482/2004).

O CAOCON esteve representado no Conselho de Gestão do Fundo para Relações de Consumo verificou-se algumas omissões e eventuais irregularidades, as quais foram apontadas. Diante disso, CAOCON encaminhou representação ao Cartório distribuidor de 1ª instância de Palmas para proceder com a distribuição a uma das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, ante a necessidade de apuração dos indícios narrados, uma vez que podem configurar eventuais atos de improbidade administrativa em ofensa aos princípios da Administração Pública.

#### ✓ Demais destaques do CAOCON

Nos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2016, esteve presente nas ações de combate à venda de produtos impróprios para o consumo. Na ocasião, grande quantidade de produtos foi encontrada nessas condições, tendo sido retirados imediatamente das gôndolas pelos parceiros na fiscalização. Os que estão à venda sem procedência, sem informações dos órgãos de fiscalização (S.I.F, S.I.E e S.I.M) são apreendidos e descartados em local próprio, sendo que, para segurança sanitária, são soterrados ou incinerados.

Como resultados das ações do CAOCON do Consumidor no período 2012/2016, podemos destacar os seguintes:

Tabela 6.1.6.3.1 – Estabelecimentos visitados área consumidor, nos anos de 2012/2016

Estabelecimentos Visitados	Ano, em (unid)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Açougues	37	25	06	22	22
Postos de Combustíveis	01	06	07	69	69
Restaurantes, lanchonetes e panificadoras	07	08	19	07	07
Revendedoras de GLP	30	68	07	08	08
Supermercados <sup>1</sup>	18	59 <sup>6</sup>	20	36	0
Outros <sup>2</sup>	39	06 <sup>7</sup>	04	08	08
Total	132	172	60	150	114

<sup>6</sup>Vários supermercados fiscalizados também possuíam açougue e/ou panificadora;

<sup>7</sup>Neste item estão incluídos em 2014 os abatedouros e os laticínios.

<sup>1</sup> Vários supermercados fiscalizados também possuíam açougue e/ou panificadora;

<sup>2</sup> Neste item estão incluídos os abatedouros e os laticínios vistoriados em 2014.

Fonte: CAOCON

Tabela 6.1.6.3.2 – Saldo das apreensões realizadas, nos anos de 2013/2016

Descrição	Ano, em (unid)			
	2013	2014	2015	2016
Produtos apreendidos pela Vigilância Sanitária Estadual, Municipal e Procon (Em unidades)	1.089	5.271	1.525	2.089
Quantidade de produtos apreendidos pelo peso (carnes, frios e laticínios) (Em toneladas)	5,9	4,6	0,67	0,97

Fonte: CAOCON

Tabela 6.1.6.3.3 – Termos e autuações áreas consumidor (Órgãos Parceiros), em 2016

Órgãos Parceiros	Quantidade, em (unid)			
	Notificações	Interdições	Autos de Infração	Autos de Apreensão
Procon	46	-	-	27
Vigilância Sanitária Municipal	21	30	01	30
Vigilância Sanitária Estadual	-	-	-	-
Corpo de Bombeiros	-	-	19	-
ANP*	-	-	24	-
AEM	--	-	01	-

Fonte: CAOCON

\* Agência Nacional de Petróleo – ANP

Tabela 6.1.6.3.4– Demonstrativo das ações por cidade, em 2016

Cidade	Foco da Ação	Quantidade, em (unid)			
		Estabelecimentos	Apreensões	Autuações	Apreensões, em (kg)
Natividade	Comércio Geral	17	07	18	231,14
Paraná	Comércio Geral	21	21	61	308,60
Tocantinópolis	Comércio Geral	28	22	61	436,00
Palmas	Comércio de Comb. e Prod. de Biocombustíveis	36	-	28-	-
Araguaína	Comércio de Comb. e Prod. de Biocombustíveis	41	-	40	-
Porto Nacional	Posto de Combustível	01	-	-	-
Total		144	50	208	975,74

Fonte: CAOCON

Segue, abaixo, quadro demonstrativo das realizações do CAOP do Consumidor nos anos de 2010 a 2016.

Tabela 6.1.6.3.5 – Realizações Centro de Apoio Operacional do Consumidor – CAOCON, período de 2010/2016.

Atividades finalística	Quantidade						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pareceres	-	-	-	01	01	04	03
Processos de acompanhamento	07	13	06	12	09	10	01
Relatórios	03	05	04	08	15	06	06
Vistorias	114	309	160	128	172	63	63
Recomendações	-	04	5	-	-	-	22
Pesquisa de Peças, doutrinas e Jurisprudência	-	-	-	-	-	13	22
<b>Promoção de eventos</b>							
Seminário	-	01	-	02	02	-	-
Oficinas	-	-	-	-	04	-	01
Pesquisas	-	-	-	18	-	-	-
<b>Participações em eventos</b>							
Audiências públicas	-	02	-	12	-	01	-
Cursos	-	-	-	04	02	05	01
Oficinas	-	-	-	-	-	-	01
Reuniões	19	19	9	18	04	06	21
Seminário, Fóruns, Conferências e Encontros	1	-	-	02	01	04	-
Visitas em Hospitais, IML e Delegacias de Polícia	-	-	-	-	-	28	-
<b>Atividades Meio</b>							
<b>Ofícios e Memorandos</b>							
Expedidos	142	369	164	82	137	220	136
Recebidos	61	85	55	113	100	798	15
Circulares	-	-	-	-	-	15	03
<b>E-mail</b>							
Expedidos	18	39	42	154	850	290	850
Recebidos	-	-	61	235	700	758	400
<b>Outros (Convite, comunicado, portarias, etc....)</b>							
Expedidos	-	-	-	15	04	-	-
Recebidos	-	-	-	08	03	-	-

Fonte: CAOCON

#### **6.1.6.4 Êxitos do Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente-CAOMA**

Em 2016, o CAOMA iniciou os trabalhos para Criação do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos, composto pelo MP/TO, MPF, MPT-10ª Região, SESAU, SEAGRO, RURALTINS, ADAPEC, NATURATINS, SEMAHR, UFT, CEULP/UBRA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Conselho Indigenista Missionário, Faculdade Católica do Tocantins, Associação Água Doce, CREA/TO, Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos do Tocantins, Cooperativa Nativa, Seção de Inspeção do Trabalho no Tocantins, Secretaria Municipal de Saúde e Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas.

O Fórum constitui-se em um espaço permanente, plural e diversificado de discussão das questões relacionadas aos impactos negativos dos agrotóxicos na saúde do trabalhador, do consumidor, da população e do ambiente, possibilitando a troca de experiências e a articulação entre órgãos de vigilância, fiscalização e efetividade das ações de controle, em rede com a sociedade civil organizada, instituições científicas acadêmicas, órgãos e instituições governamentais e Ministério Público.

O Coordenador do CAOMA, ministrou palestra no Seminário: Palmas em Foco, uma realização da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, com o tema “Princípios Norteadores da revisão do Plano Diretor: Atuação do Ministério Público”. O referido seminário visou proporcionar um amplo, rico e democrático debate sobre a cidade e contribuir para o fortalecimento da participação social no processo de reforma do plano diretor da capital.

O CAOMA, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, com a Fundação Municipal de Meio Ambiente e com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo realizou o “I Workshop sobre formação de incubadoras sociais para cooperativas de recicláveis”.

O CAOMA tem acompanhado as Audiências Públicas para discussão da expansão do Plano Diretor de Palmas.

Apresentamos, ainda, o comparativo das realizações do CAOMA nos anos de 2010 a 2016.

Tabela 6.1.6.4.1 – Outras autuações realizadas pelo CAOMA, período de 2010/2016

Atividades Finalísticas	Quantidade, em (unid)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Vistorias	132	123	65	54	59	28	81
Viagens	-	-	-	-	28	09	26
Relatórios	90	179	45	75	49	47	62
Pareceres	11	15	10	31	30	56	52
Mapas e Croquis	135	262	68	119	127	50	193
Processos de Acompanhamento	144	98	60	23	-	-	-
Demandas de Loteamentos	-	-	-	-	21	-	-
Promoção de Eventos							
Seminário	02	-	-	34	-	-	01
Oficinas	04	01	02	11	-	-	-
Cursos	-	-	01	02	01	-	01
Pesquisas	04	-	01	02	-	-	-
Reuniões	-	-	-	-	26	32	22
Participação em Eventos							
Audiências Públicas	04	02	04	15	04	02	01
Reuniões	110	79	25	287	62	-	27
Cursos	02	05	6	192	03	-	-
Oficinas	02	02	00	21	02	02	-
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	14	13	2	20	12	6	03
Atividades Meio							
Ofícios							
Expedidos	181	231	175	93	171	-	129
Recebidos	218	199	158	25	220	-	191
Ofícios Circulares							
Expedidos	-	-	-	-	8	-	16
Recebidos	-	-	-	-	29	-	16
Memorandos							
Expedidos	130	122	113	93	94	-	111
Recebidos	22	28	26	25	23	-	58
E-mail							
Expedidos	225	271	849	354	489	-	318
Recebidos	428	587	605	695	834	-	350

Fonte: Centro de Apoio operacional de Urbanismo, Habitacional e Meio Ambiente – CAOMA

### **6.1.6.5 Êxitos do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CAOPIJ**

O trabalho desenvolvido pelo CAOPIJ encontra-se organizado a partir de eixos estruturantes, quais sejam:

a) atuação, que se refere principalmente à produção técnica elaborada pela equipe do CAOPIJ neste período de gestão e ao desenvolvimento cotidiano das atividades-fim, que é o atendimento e o apoio direto e indireto aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude;

b) incidência institucional, referente à gestão política dos temas afetos a infância e juventude no Estado; e

c) participação em espaços de formação e articulação de políticas públicas para infância e juventude, considerados fundamentais para ampliação do conhecimento, articulação institucional e principalmente para o correto assessoramento das Promotorias da Infância e Juventude.

Segue abaixo um resumo das atividades produzidas pelo CAOPIJ, o relatório completo está disponível no sítio eletrônico: <https://mpto.mp.br/web/caop-da-infancia-e-juventude/2012/08/16/386472-informativos>

#### **✓ Produção de Diagnóstico da Educação no Tocantins**

Considerando a necessidade de realizar o planejamento das ações na área da educação, para o ano de 2016, a equipe deste Centro de Apoio procedeu a realização de um Diagnóstico da Educação no Tocantins. Nele, destaca-se uma série de violações graves, as quais ensejam uma atuação mais contundente do Ministério Público Estadual, na seara do direito à educação.

#### **✓ Abertura de 20 (vinte) Procedimentos Administrativos por áreas de atuação**

Considerando o conceito de Procedimento Administrativo estabelecido no

Manual de Taxonomia do CNMP, o CAOPIJ passou a adotar o Procedimento Administrativo como estratégia de trabalho, por área temática, tendo sido abertos de janeiro a abril de 2016, um total de 20 procedimentos administrativos, sob acompanhamento da equipe e da coordenação do CAOPIJ, sobre os seguintes temas:

- I. Medidas Socioeducativas em meio aberto;
- II. Plano Estadual Socioeducativo;
- III. Vagas no Sistema Socioeducativo;
- IV. Formação dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo;
- V. Educação no Sistema Socioeducativo;
- VI. Educação especial;
- VII. Transporte escolar;
- VIII. Educação infantil;
- IX. Saúde no Sistema Socioeducativo;
- X. Regionalização Sistema Único de Assistência. Social – SUAS;
- XI. Planos de Educação;
- XII. Fórum Estadual de Educação;
- XIII. Tabela 6.1.6.4.1 – Outras atuações realizadas pelo CAOMA, período de 2010/2016 Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDCA;
- XIV. Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária;
- XV. Pai Presente;
- XVI. Cadastro de Acolhimento e Adoção;
- XVII. Curso de adoção;
- XVIII. Depoimento especial;
- XIX. Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente; e,
- XX. Sistema de Informações para Infância e Adolescência (Sipia).

Tais procedimentos visam sobretudo, subsidiar a atuação das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, no acompanhamento e fiscalização dos processos de elaboração, implementação, revisão e execução das políticas públicas relacionadas a crianças e adolescentes.

✓ **Elaboração de Proposta de Atuação Institucional na defesa do Direito à Educação de Crianças e Adolescentes e apresentação à Procuradoria-Geral de Justiça**

A fim de garantir institucionalmente as bases operacionais capazes de assegurar a educação básica de qualidade para todas as crianças e adolescentes no Estado do Tocantins, e tendo como objetivos específicos: a) promover a garantia do atendimento à educação infantil das crianças de zero a três anos em creches e de quatro e cinco anos na pré-escola, acompanhando Metas do Plano Nacional de Educação; b) promover a garantia de oferta regular e de qualidade do transporte escolar para crianças e adolescentes; c) promover a garantia de padrões de qualidade na oferta da educação escolar nos espaços urbanos e rurais, a equipe do CAOPIJ elaborou uma Proposta de Atuação Institucional na Defesa do Direito à Educação de Crianças e Adolescentes, que fora apresentada ao Procurador-Geral de Justiça, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral e ao Chefe do Departamento de Planejamento do Ministério Público.

O quadro a seguir apresenta, de forma sucinta, as proposições do Plano de Atuação Institucional na Defesa do Direito à Educação de Crianças e Adolescentes.

✓ **PLANO DE AÇÃO**

Quadro 6.1.6.5.1 – Plano de ação CAOPIJ

Ações	Responsável	Meios
Criar Grupo de Trabalho da Educação (GT Educação), com a participação de Promotores de Justiça (pelo menos 1 [um] de cada região do Estado), técnicos do Ministério Público, representantes da comunidade científica e sociedade organizada com a coordenação do CAOPIJ	Procuradoria-Geral de Justiça	Edição do Ato de Criação do GT Educação; Formalização de termo de cooperação com as universidades públicas e instituições governamentais e não governamentais.
Elaborar diagnóstico e produzir material de apoio (Guia Prático de Atuação, modelos de peças etc.), definir estratégia de atuação	GT Educação	Levantamento de dados, legislação, documentos técnicos e doutrina sobre educação infantil, educação do campo e transporte escolar; Realização de reuniões, com convocação dos Promotores de Justiça. Articulação interinstitucional e com a sociedade civil organizada.
Exigir das Prefeituras Municipais a identificação da demanda por educação infantil	Promotorias de Justiça com atribuição na área da infância e Juventude	Acesso aos dados censitários e demográficos oficiais; Apoio do GT Educação; Atuar em cooperação com Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais de Educação (CMEs), dos Conselhos do FUNDEB e dos CMDCA's.
Requisitar das Prefeituras Municipais informações sobre o planejamento do atendimento da Educação Infantil (jornada parcial/integral).	Promotorias de Justiça com atribuição na área da Infância e Juventude	Apoio do GT de Educação
Exigir das Prefeituras Municipais cadastro de solicitação de vagas unificado, de conhecimento público e fluxo contínuo.	Promotorias de Justiça com atribuição na área da Infância e Juventude	Apoio do GT de Educação
Realizar encontros operacionais objetivando a formação de Promotores de Justiça, analistas e técnicos do MP nos temas prioritários: educação infantil, educação do campo e transporte escolar	Procuradoria-Geral de Justiça/CESAF/CAOPIJ	Recursos do CESAF; Cooperação com as universidades públicas e outras instituições; Convocação de Promotores de Justiça.
Desencadear atuação político-administrativa no sentido do cumprimento dos objetivos	Promotorias de Justiça com atribuição na área da Infância e Juventude	Inquérito civil, recomendações, compromissos de ajustamento de conduta.

Ações	Responsável	Meios
específicos da área da educação		
Na impossibilidade de solução administrativa, tomar providências judiciais	Promotorias de Justiça com atribuição na área da infância e Juventude	Ação Civil.
Realizar vistorias educacionais sistemáticas e audiências públicas	Promotorias de Justiça com atribuição na área da Infância e Juventude	Apoio do CAOPIJ.
Realizar seminários regionalizados sobre Desenvolvimento e Qualidade da Educação Pública no Tocantins, com promotores de Justiça, representantes do Poder Público (DRE/Seduc, prefeitos, secretários municipais), conselheiros da educação, professores, pais e alunos)	Procuradoria-Geral de Justiça/CESAF/CAOPIJ	Recursos do CESAF; Cooperação com as universidades públicas e outras instituições ; Convocação de Promotores de Justiça.
Criar Sistema Informatizado para Acompanhar e Monitorar a atuação na área da Educação	Procuradoria-Geral de Justiça	Apoio do DTI
Contratar técnico e estagiário com formação na área educacional	Procuradoria-Geral de Justiça	Diretoria-Geral
Instrumentalizar a equipe do CAOPIJ, com disponibilização de transporte adequado (camionete) e de forma sistemática para realização dos trabalhos de campo da Equipe e aquisição de novos equipamentos como notebooks, câmara fotográfica profissional, data show.	Procuradoria-Geral de Justiça	Diretoria-Geral
Produzir mídias de comunicação sobre o direito a educação infantil, a educação do campo e o transporte escolar, e dar visibilidade e transparência às ações do MP/TO na defesa do direito à educação.	CAOPIJ	Apoio da Assessoria de Comunicação

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

As ações propostas pela Equipe do CAOPIJ tiveram aprovação do Procurador-Geral, que considerou, que mesmo diante das dificuldades orçamentárias

e financeiras vivenciadas pelo órgão, procurará assegurar as condições plenas para a realização das ações previstas no Plano.

✓ **Criação de Formulário Eletrônico para sistematização dos relatórios de vistoria educacional do CAOPIJ**

✓ A coordenação do CAOPIJ encaminhou ao Secretário do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – TECI, do Ministério Público solicitação de a criação de um formulário eletrônico para a sistematização dos relatórios de vistoria educacional, a fim de dar maior celeridade nas ações de vistoria educacional, realizadas pelo CAOPIJ, cuja culminância tem sido a celebração, em audiências públicas, de Termos de Ajustamento de Conduta.

✓ **Levantamento de dados sobre alunos surdos no Município de Palmas**

A equipe do CAOPIJ realizou um levantamento acerca do número de alunos surdos matriculados nas redes públicas, estadual e municipal, e nas escolas particulares de Palmas, atendendo a pedido da 9ª Promotoria de Justiça da Capital. O levantamento possibilita uma ação mais efetiva da Promotoria visando o adequado atendimento destas crianças e adolescentes.

✓ **Realização de Vistorias Educacionais e Audiência Pública em Palmeirante, Oliveira de Fátima e Brejinho de Nazaré**

Atendendo a solicitações dos Promotores de Justiça, a equipe do CAOPIJ realizou vistoria educacional e Audiência Pública sobre a qualidade da educação nos municípios de Palmeirante, Babaçulândia, Brejinho de Nazaré, Silvanópolis, Ipueiras, Santa Rita do Tocantins, Oliveira de Fátima, Dois Irmãos, Pedro Afonso, no período de fevereiro a novembro de 2016.

Segue abaixo resumo de notas técnicas realizadas pelo CAOPIJ, por assunto em 2016.

#### Quadro 6.1.6.5.2 – Resumo notas técnicas

Item	Assunto
1	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
2	Ilegalidade da exigência de aquisição de lista de material escolar;
3	Lei nº 8069/90 no que concerne às atribuições do Conselho Tutelar;
4	Análise da Minuta de Resolução para Atendimento Educacional ao Sistema Socioeducativo;
5	Exigência de aquisição de lista de material escolar para estudantes de escola pública;
6	Fundo Municipal de Educação;
7	Resposta do Município de Colinas do Tocantins, sobre atraso no repasse de recurso (contrapartida) municipal para Alimentação Escolar às unidades escolares;
8	Exigência de aquisição de uniforme escolar para estudantes de escola pública
9	Regionalização do serviço de alta e média complexidade do SUAS – Procedimento Administrativo nº 01/2016;
10	Plano de Convivência Familiar e Comunitário – Procedimento Administrativo nº 05/2016;
11	Sobre as diretrizes de regionalização do SUAS;
12	Implantação e Manutenção dos Cadastros previstos nos artigos 50 e 101 do ECA – Procedimento Administrativo nº 07/2016;
13	Escuta Especial – Procedimento Administrativo nº 06/2016;
14	SIPIA SINASE/CT – Procedimento Administrativo nº 11/2016;
15	Estruturação dos Programas de meio aberto/TO - Procedimento administrativo nº 12/2016;
16	Desdobramento do Procedimento Administrativo Preparatório Conjunto (21ª Promotoria de Justiça da Capital e CAOPIJ– nº001/2016) sobre transporte escolar;
17	Análise do Decreto nº 075/2016, da Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins, datado de 03/10/2016 e da Resolução nº013/2016 do Conselho Municipal de Educação de Miracema, de 06/10/2016;
18	Parecer sobre Sistema de Proteção de Crianças e Adolescentes em situação de violência sexual;
19	Parecer sobre SIPIA SINASE/CT nos autos do Procedimento Administrativo nº 11/2016;
20	Subsídios para elaboração do Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado do Tocantins, em parceria com o Fórum Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente – DCA/TO;
21	Articulação institucional e operacionalização do III Fórum Estadual sobre Violência Sexual.

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

#### ✓ Kits Operacionais

A equipe do CAOPIJ formatou Kits Operacionais destinados a atuação do

Promotor de Justiça nas áreas elencadas por estes como prioritárias, quais sejam: Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Educação e Conselhos de Direitos. Cada Kit operacional dispõe de, pelo menos, quatro modelos de peças processuais: Notificação Recomendatória, Portaria de Instauração de Inquérito Civil, Termo de Ajustamento de Conduta e Ação Civil Pública. Os Kits operacionais estão disponíveis no site do CAOPIJ.

✓ **Site do CAOPIJ**

A equipe do CAOPIJ, com a Equipe de Informática do MP/TO, faz constante atualização da página do CAOPIJ, a qual foi estruturada a partir da Política de Atendimento da Criança e Adolescente, disposta no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nela estão disponibilizadas notícias, peças processuais judiciais e extrajudiciais, jurisprudências, doutrinas, kits operacionais de atuação, links relacionados, os boletins informativos e demais produções do CAOPIJ como notas técnicas e planilhas temáticas, estudos e pesquisas e ainda notícias importantes na área da infância e juventude públicas em veículos de comunicação, locais e nacionais.

A seguir serão demonstrados as participações do CAOPIJ, em espaços de formação e articulação de políticas públicas para infância e juventude:

Quadro 6.1.6.5.3 – Participações em eventos

Item	Local	Período	Tipo de Atividade realizada
1	Palmas/TO	18 de março de 2016	Oficina de Pactuação e Revisão do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra crianças e adolescentes
2	Palmas/TO	31 de março de 2016	Reunião da Comissão Permanente de Monitoramento e Sistematização do FEE/TO
3	Palmas/TO	1º de abril de 2016	III Seminário de Educação Infantil “A educação da criança no mundo contemporâneo”
4	Palmas/TO	07 de abril de 2016	Plenária do Fórum Estadual de Educação
5	Palmas/TO	14 de abril de 2016	Reunião de Planejamento e Organização do Seminário Estadual sobre Trabalho Infantil
6	Palmas/TO	20 de abril de 2016	Lançamento do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Estado do Tocantins
7	Palmas/TO		Congresso da ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
8	Palmas/TO	27 e 28 de novembro	II Fórum Estadual sobre Violência Sexual do Estado do Tocantins

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Tabela 6.1.6.5.1 – Atividades Realizadas

Atividades finalística	Quantidade
Notas Técnicas	04
Pareceres	16
Relatórios (encaminhados aos Promotores de Justiça)	18
Vitorias na rede Municipal de Educação/unidades escolares	62
Inspeção na rede acolhimento(entidades públicas e da sociedade civil organizada)	04
Inspeção no sistema socioeducativo	04
Inspeção nos Centros de Referência da Assistência Social	07
Promoção de eventos	02
Seminário	01
Participações em Eventos	08
Audiências públicas	06
Capacitação	01
Atividades meio	
Ofícios	
Expedidos	109
Recebidos	126
Atendimentos telefônicos (Promotorias, Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, outros)	640
Monitoramento de Denúncias do Disque Direitos Humanos(disque 100)	18

Fonte: Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

#### **6.1.6.6 Êxitos do Conselho Superior do Ministério Público**

O Colégio de Procuradores de Justiça, Órgão da Administração Superior e de Execução do Ministério Público do Estado do Tocantins, é integrado por todos os Procuradores de Justiça em exercício e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Conta com 2 (duas) comissões permanentes, a Comissão de Assuntos Institucionais e a Comissão de Assuntos Administrativos, ambas compostas por 3

(três) Procuradores de Justiça, com atribuições em suas respectivas áreas.

As sessões ordinárias são realizadas na primeira segunda-feira de cada mês, às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, localizado no 3º piso do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões extraordinárias e solenes acontecem sempre em face de convocação.

Dentre suas atribuições, constantes do artigo 20, da Lei Complementar nº. 51/2008, destacam-se: criação de cargos e serviços auxiliares, fixação e reajustes dos subsídios dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica, providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, aprovação da Proposta Orçamentária Anual e do Plano Plurianual, fixação e revisão das atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça, e decisão sobre pedidos de revisão de processo administrativo disciplinar.

O Colégio de Procuradores é responsável, também, pelas eleições do Corregedor-Geral, do Ouvidor, do seu representante no Conselho Superior do Ministério Público, dos Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF.

Informamos, na tabela a seguir, o comparativo de atuação do Conselho Superior do Ministério Público no período 2013/2016:

Tabela 6.1.6.6.1 – Atividades do Conselho Superior 2013/2016

Atividades do Conselho Superior				
Descrição	2013	2014	2015	2016
Atos	23	42	28	-
Circulares	04	02	03	-
Editais de Apoio Institucional Cumulativo	-	01	01	-
Editais de Substituição Cumulativa Promotor de Justiça	04	02	01	-
Editais de Substituição Cumulativa Procurador de Justiça	01	-	-	-
Editais de auxílio nas sessões do júri popular	01	-	-	-
Editais de Remoção/Promoção Publicados	24	46	27	-
Editais de Remoção/Promoção Julgados	-	-	36	-
Extrato de Atas Ordinárias	10	10	09	-
Extrato de Atas Extraordinárias	06	04	05	-
Feitos autuados	256	360	570	40
Feitos julgados	234	220	428	42

Atividades do Conselho Superior				
Descrição	2013	2014	2015	2016
Editais de Intimação	-	-	541	
Memorandos	198	207	258	
Ofícios	238	258	375	
Pautas Ordinárias	10	10	10	
Pautas Extraordinárias	06	04	05	
Remoção por permuta	01	01	-	-
Resoluções	08	09	10	08
Recomendações	02	-	-	00
Sessões Ordinárias	10	10	10	11
Sessões Solenes	-	-	-	03
Sessões Extraordinárias	06	04	05	07
Súmulas	10	-	10	-
Registros de comunicações de instauração de Procedimentos Preparatórios, Administrativos e Notícias de Fato	-	-	1068	-
Registros de comunicações de instauração de Inquérito Civil Públicos	-	-	720	-
Encaminhamento de extratos de portarias de instauração de Inquérito Civil Público, para publicação.	-	-	707	-
Audiências de instrução de processos	-	-	50	-
Procedimentos Administrativos - (Requerimentos, Concursos e PADs) finalizados	-	-	46	-

Fonte: Conselho Superior do Ministério

### **6.1.6.7 Êxitos dos Cartórios de Distribuição de 1ª e 2ª Instâncias**

O Cartório de Distribuição das Promotorias de Justiça tem por objetivo primordial dar apoio técnico e administrativo aos membros na execução de notificações e encaminhamentos de documentos oriundos do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça, Centros de Apoio Operacional e, atualmente, no caso do Cartório de 1ª Instância, documentos da área administrativa.

O trabalho é regulamentado através do Ato nº 082/2013, que dispõe sobre autuação, movimentação e conclusão dos processos administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça.

Apresentamos, a seguir, comparativo de resultados da atuação dos Cartórios de 1ª e de 2ª instância aos anos 2013/2016:

Tabela 6.1.6.7.1 – Atividades do Cartório de Distribuição 1ª Instância 2013/2016

Descrição	Ano, em (unid)			
	2013	2014	2015	2016
Notícia de Fato	606	726	898	650
Procedimento Preparatório	82	379	178	159
Procedimento Administrativo	12	05	08	22
Inquérito Civil Público	03	05	28	305
Carta Precatória	03	03	10	13
Certidões	-	18	41	33
Autos Judiciais Físicos encaminhados	-	7.179	312	-
Lotes de documentos extrajudiciais distribuídos	-	288	282	-

Fonte: Cartório de Distribuição 1ª Instância

Tabela 6.1.6.7.2 – Atividades do Cartório de Distribuição 2ª Instância 2013/2016

Descrição	Ano, em (unid)			
	2013	2014	2015	2016
Ofícios	02	02	00	00
Memorandos	35	54	459	133
Certidões	07	19	01	00
Relatório Processual	290	280	300	273
Pautas cíveis e criminais	180	178	178	171
Distribuição de Processos	5.621	6.836	9.821	12.365
Guias de tramitação	8.612	9.005	8.871	1.271
Pautas Cíveis e Criminais	-	178	178	171
Pautas da 1ª e 2ª Turmas Recursais	-	00	00	68
Pareceres Impressos das Pautas Cíveis e Criminais	-	00	00	12.959
Processos distribuídos no Arquimedes e sem distribuição	-	6.836	9.821	24.180
Processos Vinculados aos Procuradores em Substituição	-	00	00	1205

Fonte: Cartório de Distribuição – 2ª Instância

### ✓ Tramitações – Autos Judiciais e Extrajudiciais

No início de fevereiro de 2016, o registro e distribuição dos Autos Judiciais Eletrônicos, ou seja, encaminhados pelo Sistema denominado E-Proc, passou a ser atribuição do cartório de 1ª instância da capital, onde antes estava sendo administrado pelo setor de Suporte Técnico dos Sistemas Eletrônicos da instituição.

Os Autos Extrajudiciais oriundos do Protocolo Geral, como também os despachados pelo Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral, passaram a ser eletrônicos quando da publicação do Ato nº.099/2016, em 1º de dezembro de 2016,

que instituiu a obrigatoriedade do uso de Procedimento Eletrônico Extrajudicial.

O treinamento dos servidores lotados no setor, em 23/11/2016, incluindo os oficiais de diligências, que passaram a receber as notificações oriundas das promotorias de justiça da capital, através deste sistema virtual.

Sendo assim, atualmente as tramitações dos Autos Judiciais tornaram-se exclusivamente virtuais. Ocasionalmente encontra-se alguns processos físicos oriundos da diretoria do Foro da Capital, embora em número bastante reduzido.

#### ✓ **Autuações Extrajudiciais**

Vale ressaltar que o número de servidores executando essas autuações foi apenas 02 (dois), que diversas vezes há ausências de algum servidor por motivo de doença ou férias, lembrando que os mesmos, junto com a chefia do setor, executam os demais serviços atribuídos ao cartório, tais como: o cadastro, registro dos processos extrajudiciais no Sistema de Gestão de Autos denominado Arquimedes, que durante todo o ano foi utilizado no setor; o Sistema E-Proc, utilizado para cadastrar o Auto Judicial, analisar, distribuir e gerenciar; o Sistema E-Doc que necessita dar o recebimento no documento, cadastrar, analisar, distribuir e encaminhar; o controle das diligências com a apresentação e encaminhamento da planilha ao setor financeiro, para pagamento individual da indenização de transporte aos oficiais de diligência e por fim o E-Ext, iniciado em dezembro de 2016, onde recebemos, analisamos, distribuímos quando há necessidade e encaminhamos à promotoria com atribuição na matéria.

Em abril de 2016, foi encaminhada, por meio de memorando ao Procurador-Geral de Justiça, a regulamentação da solicitação das certidões na instituição, pois conforme o Ato nº 065/2008-PGJ, alínea “d”, cuja atribuição é do cartório de 1ª instância da capital, quando o endereço do solicitante, pessoa física ou jurídica, é na capital.

Apresenta-se a necessidade de tal regulamentação a fim de dirimir dúvidas e questionamentos pelos requerentes, quanto à documentação exigida no ato da solicitação.

Após o recebimento desses documentos, os mesmos são encaminhados à promotoria indicada na solicitação, em seguida aguarda-se a resposta da promotoria e

emite-se a certidão pelo cartório.

A assessoria do PGJ comprometeu-se em analisar e apontar uma solução, pois mesmo com a entrada do E-Ext, as informações não são suficientes para a emissão via sistema, já que existem procedimentos sendo apurados com datas anteriores a instalação do sistema.

Em relação às denúncias registradas via internet, estas são recebidas pela Ouvidoria da instituição e encaminhadas ao cartório para registro, analisadas, quando, necessária distribuída e em seguida encaminhadas as Promotorias de justiça como Notícia de Fato, através do Sistema E-Ext.

No ano de 2016 houve um aumento nas atribuições do setor, como também na execução dos trabalhos laborados. Apesar de muitas dessas atribuições terem a sua execução via sistema, o setor encontra-se com deficit no quadro administrativo, porém sempre procurando executar os trabalhos com agilidade e precisão os trabalhos, traduzindo o empenho e dedicação da equipe.

### 6.1.7 Ação 2148: Realização das ações de Comunicação do Ministério Público

Quadro 6.1.7.1 – Resumo da ação 2184

Título	2184 – Realização das ações de comunicação do Ministério Público			
Descrição:	Ampla divulgação das ações institucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos de comunicação como tv, rádio, jornal, outdoor, revistas e sites, entre outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots. Além disso, será divulgado informativo periódico para a divulgação das ações institucionais; articulação, acompanhamento e divulgação junto à imprensa estadual e implantação de banco de imagens do Ministério Público; desenvolvimento de programas e projetos visando dar conhecimento à sociedade sobre as funções institucionais do Ministério Público e como fazer para ter acesso.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Matérias veiculadas na mídia	Unidade	5.329	6.386	119,83
Meta Financeira (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E

108.760,00	60.908,50	60.909,00	57.833,50	100,00
------------	-----------	-----------	-----------	--------

Fonte: Sistema SIAFEM

O ano de 2016 foi um ano de muitas conquistas para Assessoria de Comunicação. Nesta perspectiva, além das atividades de rotina da equipe, outros serviços foram disponibilizados, bem como novos projetos foram executados, resultando assim no cumprimento mais efetivo dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2010/2018 “Ter Comunicação Institucional Efetiva” e “Ter Comunicação Interna Efetiva”.

### **Estrutura Operacional**

A estrutura operacional da Assessoria de Comunicação sofreu uma pequena modificação na equipe de trabalho no ano de 2016, com o ingresso de um novo fotógrafo oriundo do último concurso de servidores. O setor também perdeu uma servidora administrativa que saiu de licença para interesse particular.

Nesse sentido, o quadro de servidores na Assessoria de Comunicação do MPTO resultou em cinco (5) jornalistas, dois (2) fotógrafos, um (1) cinegrafista, um (1) designer e um (1) revisor, totalizando 10 servidores.

### ✓ **Comitês e Comissões**

#### **1º Prêmio Ministério Público de Jornalismo**

Com a aprovação de projeto na Comissão Permanente de Gestão da Estratégia (CPGE) foi possível a criação do *1º Prêmio Ministério Público de Jornalismo*. Por meio da premiação, o MPTO reconhece a imprensa como uma parceira de primeira ordem, especialmente no que se refere ao trabalho em defesa da legalidade, dos interesses sociais e do regime democrático. Lançado em abril de 2016, a primeira edição do Prêmio Ministério Público de Jornalismo agraciou as melhores matérias jornalísticas veiculadas ao longo do ano, relacionadas ao tema “O Ministério Público e o exercício da cidadania”.

Foram distribuídos R\$ 15 mil (quinze mil reais) em prêmios entre os primeiros colocados de cada categoria. Jornalistas profissionais puderam inscrever trabalhos realizados para mídia impressa, televisiva, radiofônica e de internet. Os

estudantes de jornalismo também puderam participar inscrevendo trabalhos na categoria destaque acadêmico. Foram 26 trabalhos inscritos nesta primeira edição.

Na primeira edição foram parceiros a Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP), Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público (ASAMP), Sindicato dos Servidores Administrativos do Ministério Público do Estado do Tocantins (SINDSEMPTO), e teve ainda o apoio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Tocantins. O valor total investido pelos parceiros foi na ordem de R\$ 5.220,00 (cinco mil e duzentos e vinte reais).

### **MP Explica**

Para intensificar sua interação com a sociedade, o Ministério Público aderiu às ondas do rádio, passando a veicular, em setembro de 2016, na rádio UFT FM, emissora de rádio educativa administrada pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), o programa MP Explica, que vai ao ar semanalmente. Com duração de 30 minutos, o programa possui formato de debate e objetiva discutir temas do Direito que possuem grande impacto na vida do cidadão e da comunidade.

Para integrar a grade de programação da Rádio UFT FM, o Ministério Público Estadual elaborou projeto e passou por uma seleção pública. Com isso, tornou-se a única instituição do Sistema de Justiça do Estado contemplada com espaço na rádio educativa. Até dezembro de 2016, foram ao ar 13 programas.

Os programas são produzidos pela equipe da Assessoria de Comunicação do MPTO. A parceria termina em março de 2017 quando será publicado novo edital de seleção.

### **Vídeos**

No ano de 2016, a Assessoria de Comunicação do MPTO intensificou a produção audiovisual. Ao todo, foram 18 Vts, entre eles, o videodocumentário da gestão 2015/2016, exibido no dia da posse do Procurador-Geral de Justiça. Roteiros, produção, apresentação e edição, tudo realizado pela equipe da Assessoria de Comunicação do MPTO. Esta Assessoria registrou, também, a pedido da Corregedoria do MPTO, a gravação de três oitivas.

### **Campanhas internas**

Além dos trabalhos de rotina dos jornalistas, a Assessoria de Comunicação do MPTO elabora campanhas internas de divulgação de projetos, eventos entre outros. Ao todo, 13 campanhas foram executadas em 2016, resultando na produção de 39 peças, entre folderes, cartazes, spots, vts, posts para redes sociais, banners, animações, mala direta eletrônica, entre outros.

### **Dia a dia MPE**

O programa interno de rádio Dia a dia MPE, criado em 2015, foi fortalecido com a idealização de novos quadros como o “Boa Leitura”, com dicas de leitura de membros e servidores, o “Vida saudável”, com orientações de saúde, o “Gestão descomplicada”, com explanação sobre Planejamento Estratégico, e “Sustentabilidade”, destacando a importância da responsabilidade socioambiental. Em 2016, foram ao ar 237 programas Dia a Dia MPE.

### **Publicações**

Como parte das atividades de rotina da Assessoria de Comunicação está a revisão e diagramação de publicações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Revista Jurídica, Relatório de Gestão, Revista MP em Destaque, dentre outras matérias. Em 2016, 153 publicações foram revisadas e diagramadas pela Assessoria de Comunicação.

Segue, abaixo, quadro demonstrativo das publicações e serviços (designer e diagramação).

Tabela 6.1.7.1 – Publicações e serviços (designer e diagramação)

Descrição	Quantidade de exemplares
Informativo Comunica MP	03
Informativo Caocon	01
Cartões de visita	03
Cartazes A3	06
Cartões (homenagens)	5
Jornal mural	12
Modelos de certificado	2

Envelope/Encarte para CD/DVD	3
Faixas em lona	2
Prisma de mesa	26
Adesivos	5
Convites	5
Camiseta	2
Folder	2
Banner lona	7
Botões portal	21
Carteiras funcionais de membros e servidores	7
Capas de relatório	01
Logomarcas	01
Revista Jurídica	01
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	01
Relatório de Gestão	01
Apostila Libras	01
Banner para internet/ pop-up e topo	25
Crachá	01
Bloco	01
Pasta	01
Placas	04
Elástico personalizado	01
Layout Organograma	01
Papel de parede computador	01
Total	153

Fonte: Assessoria de Comunicação

## **Redes Sociais**

Em 2016, a equipe de jornalistas intensificou a divulgação da Instituição nas redes sociais. Diariamente, o facebook e o twitter do MPTO são alimentados com posts que chamam a atenção do público. Segue abaixo o detalhamento de acesso ao conteúdo do Ministério Público nas redes sociais – Facebook e Twitter.

Tabela 6.1.7.2 – Acesso às redes sociais – Facebook

Facebook	
Curtidas	2.453
Alcance	804 pessoas por dia
Picos de acesso	11h (1.125)- 20h (1.160)
Perfil do usuário	
Sexo	
Feminino – 56%	Masculino – 44 %
Faixas etárias	Total, em (%)
18 a 24 anos	19,00
25 a 34 anos	42,00
35 a 44 anos	26,00
45 a 54 anos	9,00
55 anos e mais	4,00
Localização (origem dos usuários)	Total, em (unidade)
Araguaína – TO	210
Goiânia – GO	76
Gurupi – TO	136
Palmas – TO	1.091
Porto Nacional – TO	59
Outros	881

Fonte: Google Analytics

Tabela 6.1.7.3 – Acessos as redes sociais – Twitter

Twitter	
Seguidores	4.980
Visualizações	491 (média diária)
Meio de acesso, em (%)	
Computadores – 85,00	Celulares – 15,00
Perfil do usuário	
Sexo, em (%)	
Feminino – 61,00	Masculino – 39,00
Faixas etárias	Total, em (%)
18 a 24 anos	11,00
25 a 34 anos	52,00
35 a 44 anos	28,00
45 a 54 anos	5,00
55 anos e mais	4,00
Localização (origem dos usuários)	Total, em (%)
Distrito Federal	5,00
Goiás	5,00

Minas Gerais	3,00
Rio de Janeiro	5,00
São Paulo	15,00
Tocantins	55,00
Outros	12,00

Fonte: Google Analytys

Tabela 6.1.7.4 – Publicações na mídia por área de atuação em 2015/2016

Área	2015					2016				
	Web	Jornais	Tv	Rádio	Total	Web	Jornais	Tv	Rádio	Total
Cidadania	279	66	64	57	466	395	64	81	64	604
Consumidor	304	49	61	32	446	425	48	75	36	584
Criminal	308	49	61	37	455	429	47	80	42	598
Educação	165	26	40	22	253	276	24	57	31	388
Eleitoral	108	19	11	13	151	289	19	44	24	376
Execução Penal	99	16	21	4	140	190	19	37	11	257
Infância e Juventude	220	37	32	20	309	311	30	50	32	423
Institucionais	270	78	60	36	444	400	80	79	48	607
Meio ambiente	288	45	59	38	430	329	44	72	42	487
Patrimônio Público	494	119	103	97	413	570	120	129	119	938
Saúde	261	52	65	20	398	375	50	72	32	529
Outros	337	75	60	38	510	395	76	82	42	595
<b>Total</b>					<b>4.415</b>	<b>Total</b>				<b>6.386</b>

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 6.1.7.5 – Atividades jornalísticas

Texto produzidos pela Ascom	751
Cobertura de eventos (fotógrafo e repórter)	324
Matérias publicadas na TV	858
Matérias publicadas no Rádio	523
Matérias publicadas na Web	4.384
Matérias publicadas no Impresso	621

Fonte: Assessoria de Comunicação

## 7 Programa: 1144 – Manutenção do Ministério Público

O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” reúne as ações destinadas ao apoio administrativo da Instituição. Produz resultado mediato à sociedade, mas imprescindível à atividade finalística, que se encontra no cerne de seu objetivo. O programa não possui indicador(es), sendo que seu desempenho é intrinsecamente dependente e mensurado a partir dos resultados dos programas finalísticos a que oferece suporte. As ações do programa são atividades que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção das ações dos programas temáticos “1173 – Justiça” e “1170 – Modernização e Governança da Justiça”.

O Quadro 7.1.1 apresenta o objetivo do programa e o resumo de sua execução orçamentária. O orçamento inicial do programa foi definido em R\$ 173.924.540,00, tendo sido reduzido em R\$ 178.063,00, encerrando o exercício com orçamento autorizado de montante de R\$ 173.746.477,00. Observa-se ainda que o programa foi executado em 97,63% de sua totalidade, pois a despesa empenhada atingiu o montante de R\$ 169.623.014,06.

Quadro 7.1.1 – Atributos do Programa 1144

Denominação:	Manutenção do Ministério Público		
Objetivo	Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.		
Dotação Orçamentária do Exercício 2016	Inicial: R\$ 173.924.540,00	Autorizada: R\$ 173.746.477,00	Empenhada: R\$ 169.623.014,06

Fonte: Sistema SIAFEM

As despesas financiadas pelo programa englobam a manutenção de recursos humanos, de recursos informáticos, de material e de patrimônio para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça e as demais promotorias da Capital e interior do Estado. Incluem-se ainda no Programa os contratos de limpeza e conservação, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de material de consumo e

expediente para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

Em relação às alterações orçamentárias ocorridas no Programa, créditos adicionais (art. 25 da LDO 2016) e transferências de dotações (art. 27 da LDO 2016), os mesmos estão detalhados na Tabela 7.1.1 Percebe-se que o saldo final no fluxo de créditos recebidos e concedidos ficou negativo em R\$ 178.063,00, resultado obtido a partir da soma dos grupos de despesas.

#### 7.1 Alterações Orçamentárias do Programa 1170: Manutenção do Ministério Público

Tabela 7.1.1 – Alterações Orçamentárias do Programa 1144 – Manutenção do Ministério Público

Natureza da Movimentação de Crédito		Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
			Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Investimentos
Movimentação	Concedidos	03.122.1144.2285	-	-957.917,00	-
		03.126.1144.2294	-	-406.770,00	-49.900,00
		Subtotal	-	-	-1.364.687,00
	Recebidos	03.122.1144.2210	-	101.524,00	-
		03.122.1144.2284	-	1.011.000,00	-
		03.122.1144.2289	110.000,00	-	-
		03.122.1144.2310	-	14.000,00	-
	Subtotal	-	110.000,00	1.126.524,00	-
	Total	-	110.000,00	-238.163,00	-49.900,00

Fonte: Sistema SIAFEM

Apresentados o Programa e as alterações de seu orçamento, passemos ao detalhamento das ações que o compõe. É por meio destas que o Ministério Público do Estado do Tocantins provê os meios à implementação e gestão de seus programas temáticos. O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” é formado por 06

(seis) ações, sendo todas classificadas como atividades.

## **7.2 Ações do programa 1144: Manutenção do Ministério Público**

### **7.2.1 Ação 2284: Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores**

Quadro 7.2.1.1 – Resumo da ação 2284

Título	2284 – Manutenção de Auxílios e Outros Direitos a Membros e Servidores			
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
34.183.980,00,00	33.172.980,00	35.184.995,45	35.184.995,45	106,06

Fonte: Sistema SIAFEM

Os valores oriundos desta ação foram utilizados para a concessão do auxílio-alimentação, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, aos membros e servidores ativos, de acordo com ato nº 188/2007, e posteriores alterações, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor, e pago diretamente, mediante depósito em conta-corrente, até o último dia útil do mês.

Conforme se observa na Tabela 7.2.1.1, ocorreu um significativo aumento no valor do auxílio-alimentação nos exercícios de 2010/2015, acarretando o aumento dos gastos com a ação, entretanto, ao longo do exercício 2016, não houve reajuste deste benefício. Segue abaixo tabela de evolução deste auxílio.

Tabela 7.2.1.1 – Evolução do valor auxílio-alimentação 2010-2016.

Ano	Valor do auxílio, em (R\$)	Var. Δ Valor do Auxílio, em (%)	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em (%)
2010	510,00 <sup>8</sup>	-	-
2010	540,00 <sup>9</sup>	5,88	4,48
2011	545,00 <sup>10</sup>	0,93	2,34
2011	600,00 <sup>11</sup>	10,09	1,32
2012	700,00 <sup>12</sup>	16,67	5,85
2014	800,00 <sup>13</sup>	14,29	9,31
2014	900,00 <sup>14</sup>	12,50	5,68
2015	1.200,00 <sup>15</sup>	33,33	3,21
2016	1.200,00	-	6,29

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Além do auxílio-alimentação, há outra despesa referente a ajuda de custo para moradia, denominada de auxílio-moradia, assegurada aos Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins para ajuda de custo com moradia, que deverá ser pago em pecúnia, correspondente a 10% (dez por cento) do subsídio mensal de Promotor de Justiça Substituto. Esta despesa está regulamentada pela Resolução nº 008/2014/CPJ – Colégio de Procuradores, disponível no sítio: <https://mpto.mp.br/web/colégio-de-procuradores/2013/03/05/resolucoes#page>.

Outras despesas custeadas na ação são: Auxílio-funeral, devido à família do servidor falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor; Auxílio-reclusão, devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão; Auxílio-natalidade, devido à servidora, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho; Auxílio-creche, devido ao dependente do servidor.

8 abr/2010  
 9 jan/2011  
 10 mar/2011  
 11 jun/2011  
 12 ago/2012  
 13 jan/2014  
 14 mai/2014  
 15 jan/2015

A partir do ato nº 095/2014, foi estabelecida a concessão do Auxílio especial no âmbito do Ministério Público, no valor de R\$ 250,00. Este benefício tem como objetivo oferecer ao dependente com deficiência, assistência adequada com vistas ao desenvolvimento de sua personalidade e sua integração social.

Este auxílio é concedido mediante requerimento, acompanhado de comprovação de deficiência, nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, por meio de Laudo Médico Pericial, visado pela Junta Médica Oficial que atende ao órgão e da declaração escrita da dependência econômico-financeira do beneficiado.

Além disso, para que os servidores do Ministério Público Estadual, pais ou mães de crianças de até seis anos de idade, possam se dedicar ao trabalho com maior tranquilidade, tendo condições de deixar seus filhos sob cuidados profissionais, foi instituído em 2011 o auxílio-creche, no valor de R\$ 250,00 por criança. Além dos filhos, o benefício é extensivo aos dependentes. Segue abaixo o detalhamento das principais despesas com auxílios e indenizações, em 2016.

Tabela 7.2.1.2 – Detalhamento dos auxílios e indenizações, em 2016.

Auxílio/Indenização	Beneficiários	Periodicidade	Quantidade	Total, em (R\$)
Auxílio - Alimentação	Membros	Mensal	716	9.921.096,73
Auxílio - Creche	Membros e servidores	Mensal	171	471.533,43
Auxílio - Especial	Servidores	Mensal	12	34.185,48
Auxílio - Moradia	Membros	Mensal	113	5.961.663,47
Auxílio - Funeral	Membros e servidores	Eventual	01	14.052,11
Auxílio - Natalidade	Servidores	Eventual	28	24.640,00
Cumulação - Cargo e funções	Membros	Mensal	73	2.537.218,56
Gratificação de Representação	Membros	Mensal	10	928.759,32
PAE*	Membros	Mensal	99	12.755.740,98
Total				32.648.890,08

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

## 7.2.2 Ação 2210: Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais

Quadro 7.2.2.1 – Resumo da ação

Título	2210 – Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
7.523.860,00	7.625.384,00	7.555.785,86	6.784.023,17	99,09

Fonte: Sistema SIAFEM

Os recursos consignados na presente ação visam atender às despesas administrativas do Ministério Público do Tocantins, sendo as principais relacionadas a energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção de serviços gerais, postagens, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom desempenho das atividade-meio e atividades finalísticas desenvolvidas pela Instituição.

Durante o ano 2016, foi empenhado o montante de R\$ 7.555.785,86, conforme quadro 7.2.2.1, sendo que destes recursos, R\$ 4.143.143,72 foram destinados à alocação de serviços terceirizados (serviços de copa, cozinha, limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais e portaria), retratados na tabela 7.2.2.1 e detalhados na tabela 7.2.2.12, distribuída em Promotorias da capital e interior, visando viabilizar a manutenção do órgão.

As despesas de maior vulto empenhadas (Terceira Pessoa Física e Jurídica) estão relacionadas na tabela 7.2.2.1, e detalham o comparativo das principais despesas continuadas executadas de 2012 a 2016.

Tabela 7.2.2.1 – Comparativo de despesas 2012 – 2016, em (R\$).

Descrição	Ano, em (R\$)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Energia elétrica	673.286,40	661.527,49	732.497,64	836.009,00	1.031.360,64
Locação de imóveis	228.736,20	358.853,35	262.219,41	444.441,00	529.948,20
Serv. de água e esgoto	77.743,17	85.869,43	88.882,86	105.534,00	114.621,88
Locação de Mão de Obra – Serviços de Limpeza e Conservação	2.900.252,25	3.122.949,73	3.521.908,74	2.149.651,00	4.143.143,72
Serviço de manutenção de ar-condicionado	129.814,26	128.340,00	117.645,00	138.124,00	139.050,00
Serv. de manutenção de elevadores	17.550,00	19.500,00	19.500,00	17.507,00	16.236,63
Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	156.108,95
Locação de máquinas reprográficas	-	-	-	53.613,83	62.719,10
Serv. de postagens	142.288,17	170.057,58	156.289,77	151.238,00	142.650,89
Serv. de telefonia fixa	558.899,57	451.400,00	177.950,11	232.756,00	211.751,05
Serv. de telefonia móvel	24.058,95	15.500,00	11.636,04	16.550,00	15.468,70

Fonte: Sistema SIAFEM

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almoxarifado, conforme tabela 7.2.2.2:

Tabela 7.2.2.2 – Comparativo despesas materiais de consumo 2013–2016, em (R\$).

Descrição	Em, (R\$)			
	2013	2014	2015	2016
Ferramentas	-	-	-	15.785,85
Gêneros Alimentícios	125.794,84	74.288,41	63.451,00	23.215,00
Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	11.331,25	27.156,46	21.437,00	52.320,74
Material p/ Comunicações	5.498,68	11.183,46	5.460,00	3.865,00
Material Elétrico e Eletrônico	-	-	-	44.956,07
Material de acondic. e embalagem	-	-	19.339,00	19.982,76
Materiais de Expediente e Ensino	84.987,96	96.841,12	87.925,00	100.707,68

Material de Processamento de Dados	-	-	-	14.656,35
Material de Copa e Cozinha	-	-	-	30.986,90
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	-	-	-	61.361,08
Material de Sinalização Visual e Outros	-	-	-	35.206,32
Outros Materiais de Consumo	61.488,97	103.671,51	103.750,00	120.143,52
Total	478.811,56	523.547,45	301.362,00	523.187,27

Fonte: Sistema SIAFEM

Em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue tabela 7.2.2.3, organizada em três quadros: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da Procuradoria-Geral de Justiça; locados de terceiros e bens imóveis cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ao Ministério Público.

Tabela 7.2.2.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial, em 2016.

	Localidade	Situação
	TOCANTINS	Almas
Alvorada		2
Ananás		2
Araguacema		1
Araguaçu		2
Araguaína		3
Araguatins		1
Arapoema		2
Arraias		3
Augustinópolis		3
Aurora do Tocantins		2
Axixá		2
Colinas do Tocantins		3
Colmeia		2
Cristalândia		2
Dianópolis		3
Figueirópolis		1
Filadélfia		1
Formoso do Araguaia		2
Goiatins		2
Guaraí	3	

	Gurupi	3
	Itacajá	2
	Itaguatins	2
	Miracema do Tocantins	3
	Miracema do Tocantins	2
	Miranorte	3
	Natividade	3
	Novo Acordo	2
	Palmas (Depósito)	2
	Palmas (20ª Promotoria)	1
	Palmas (PGJ e Promotorias)	3
	Palmas (Promotoria Eleitoral)	1
	Palmas (Secretaria Criminal)	1
	Palmeirópolis	1
	Paraíso do Tocantins	3
	Paraná	3
	Pedro Afonso	3
	Peixe	3
	Pium	2
	Ponte Alta do Tocantins	2
	Porto Nacional	2
	Taguatinga	3
	Tocantínia	2
	Tocantinópolis	3
	Wanderlândia	2
	Xambioá	2
Total de Prédios Cedidos		8
Total de Prédios Locados		21
Total de Prédios Próprios		17
Legenda:		
1 – Cedido		
2 – Locado		
3 – Próprio		

Fonte: Departamento administrativo

### ✓ Licitações

Em 2016 foram processados 54 (cinquenta e quatro) procedimentos licitatórios, dos quais 46 (quarenta e seis) foram homologados, 01 (um) foi declarado deserto, 02 (dois) se encontram em fase de homologação, 01 (um) se encontra em fase recursal e 04 (quatro) se encontram em fase de divulgação do Edital. A seguir o comparativo relativo aos anos 2012-2016, classificados por modalidade:

Tabela 7.2.2.4 – Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Ano, em (unid)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Concorrência	04	02	02	02	02
Pregão Presencial – Tradicional	23	15	24	05	19
Pregão Presencial – SRP	24	26	24	27	27
Pregão Eletrônico – Tradicional	09	07	08	02	04
Pregão Eletrônico – SRP	01	01	02	03	02
Dispensa de Licitação	72	76	56	47	65
Inexigibilidades	19	17	15	06	10
Suprimento de Fundos	04	04	04	05	04
Total	156	148	135	97	133

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Em 2016, foram formalizadas 77 (setenta e sete) Atas de Registro de Preços, objetivando: aquisição de materiais de expediente e ensino; aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha; aquisição de equipamentos e materiais de Informática; aquisição de mobiliários; aquisição de tóneres; aquisição de extintores de incêndio e serviços de recarga; serviços de buffet; aquisição de condicionadores de ar; aquisição de materiais odontológicos; aquisição de motores e peças para portão; aquisição de equipamentos de comunicação, áudio, vídeo, foto, máquinas e utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para cozinha; aquisição de equipamentos de ponto de acesso de rede sem fio; aquisição de persianas; aquisição de aparelhos telefônicos; serviços de impressão, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual; aquisição de equipamentos de comunicação (centrais PABX e terminais inteligentes); aquisição de materiais de consumo para o Setor de Saúde; aquisição de películas

autoadesivas para portas e janelas; aquisição de placas em geral; aquisição de purificadores de água; serviços de passagens aéreas; serviços de hospedagem e alimentação.

O Quadro abaixo detalha os procedimentos licitatórios de 2016, retratando o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame:

Tabela 7.2.2.5 – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2016

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 001/16	0332/15	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos.	28.475,37	28.325,00	0,53%
P.P 002/16	0284/15	Contratação de empresa especializada no serviço de clippagem diária de mídia impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica/digital.	52.977,75	21.525,00	59,37%
P.P 003/16	0316/15	Contratação de empresa especializada para fornecimento de carimbos.	31.563,40	31.170,00	1,25%
P.P 004/16	0355/15	Aquisição de materiais gráficos – envelopes e capas para processo.	28.425,00	13.620,00	52,08%
P.P 005/16	0349/15	Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha.	134.723,55	112.272,17	16,66%
P.P 006/16	0354/15	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente e ensino.	318.533,62	313.383,47	1,62%

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 007/16	0056/16	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia de roupas comuns (não-contaminadas) utilizadas pelo Setor de Saúde.	9.078,24	Deserta	Deserta
P.P 008/16	0381/15	Registro de Preços para aquisição de mobiliários – poltronas.	664.254,76	488.600,00	26,44%
P.P 009/16	0148/16	Registro de Preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio do tipo: gás carbônico (CO <sub>2</sub> ), água pressurizada (AP), pó químico seco (PQS); suportes de parede; mangueiras para hidrantes (Tipo 2); e na prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos.	48.189,50	41.473,94	13,94%
P.P 010/16	0099/16	Aquisição de fechaduras eletrônicas.	9.966,65	9.500,00	4,68%
P.P 011/16	0101/16	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – tóneres e acessórios.	803.306,15	448.281,00	44,20%
P.E 012/16	0166/16	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de Informática – nobreaks e impressoras.	177.789,70	76.750,00	56,83%
P.P 013/16	0084/16	Registro de Preços para aquisição de materiais de	374.296,19	365.184,50	2,43%

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		reposição para o laboratório de Informática.			
P.P 014/16	0190/16	Registro de Preços para prestação de serviços de buffet.	236.242,00	141.860,00	39,95%
P.P 015/16	0189/16	Contratação de agente de integração para operacionalizar o Programa de Estágio do Ministério Público do Estado do Tocantins.	319.200,00	100.800,00	68,42%
P.P 016/16	0168/16	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para copa/cozinha.	227.766,34	201.250,80	11,64%
P.P 017/16	0235/16	Registro de Preços para aquisição de mobiliários.	1.060.708,49	592.544,00	44,14%
P.P 018/16	0085/16	Contratação de empresa especializada para fornecimento de links de comunicação de dados, como possibilidade de upgrade nas velocidades (aumento da velocidade) durante a execução contratual.	34.531.316,32	18.239.999,53	47,18%
Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 020/16	0246/16	Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações	417.641,70	416.000,00	0,39%

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.			
P.P 021/16	0213/16	Registro de Preços para aquisição de materiais odontológicos duráveis, semiduráveis e não duráveis.	32.576,90	30.236,52	7,18%
P.E 022/16	0276/16	Aquisição de peças de reposição para o sistema de refrigeração central, chiller.	33.893,58	16.527,67	51,24%
P.P 023/16	0256/16	Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de grade de proteção para instalação no perímetro da laje dos reservatórios de água do prédio sede da PGJ/TO.	22.208,06	22.100,00	0,49%
P.P 024/16	0275/16	Registro de Preços para aquisição de motores para portão deslizante e demais peças integrantes de motor de portão.	70.089,82	68.490,00	2,28%
P.E 025/16	0335/16	Registro de preços para aquisição de equipamentos de ponto de acesso de rede sem fio.	91.233,30	26.100,00	71,39%
P.P 026/16	0320/16	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais necessários.	54.396,80	54.120,00	0,51%

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 027/16	0297/16	Registro de Preços para aquisição de equipamentos de comunicação: centrais PABX, terminais inteligentes e telefones headsets.	90.266,65	88.000,00	2,51%
P.E 028/16	0339/16	Aquisição de licenças de uso de software autocad e windows.	8.038,17	6.704,00	16,60%
P.P 029/16	0333/16	Contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de som ambiente, incluindo os serviços de instalação, configuração e treinamento.	116.237,69	100.751,74	13,32%
P.P 030/16	0336/16	Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.	17.423,60	9.980,00	42,72%
P.P 031/16	0348/16	Aquisição de materiais gráficos – capas para processo, protetor de capa e elástico para processo.	9.749,00	9.749,00	0,00%
P.P 032/16	0321/16	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – tóneres.	179.043,25	176.460,00	1,44%
P.P 033/16	0352/16	Contratação de empresa especializada para execução de uma nova pintura do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado em Palmas – TO.	145.618,25	134.899,98	7,36%
P.P 034/16	0347/16	Registro de Preços para aquisição de gêneros	125.661,20	124.099,60	1,24%

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
		alimentícios e materiais para copa/cozinha.			
P.P 035/16	0279/16	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressões, fornecimento de materiais gráficos e comunicação visual.	733.964,00	580.829,00	20,86%
Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 037/16	0384/16	Registro de Preços para aquisição e aplicação/retirada de película autoadesiva nas janelas e portas de vidro da fachada do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas-TO.	87.825,00	49.800,00	43,30%
P.P 038/16	0369/16	Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo para o setor de Fisioterapia e Enfermagem.	24.989,44	23.836,37	4,61%
P.P 039/16	0363/16	Registro de Preços para aquisição de placas de sinalização vertical para estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas, mastros, entre outros.	203.218,34	200.602,97	1,29%

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 040/16	0402/16	Registro de Preços para aquisição de purificadores de água natural e gelada.	19.790,00	19.700,00	0,45%
P.E 041/16	0390/16	Aquisição de cofre antichamas, fitas para limpeza de drivers LTO6 e fitas padrão LTO6.	62.638,33	51.727,56	17,42%
P.P 042/16	0414/16	Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	45.139,10	31.499,50	30,22%
P.P 043/16	0401/16	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	210.000,00	(14,60% e 12,70% de desconto sobre o valor da tarifa de passagens nacionais e internacionais, respectivamente, excluída a taxa de embarque).	
			14,01%	27,30%	94,86%
P.P 044/16	0370/16	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC, para a cidade de Palmas e para o Interior do Estado do Tocantins, compreendendo as modalidades local e longa distância, de fixo para fixo e de fixo para móvel, para atender as necessidades operacionais de comunicação do Ministério Público do Estado do Tocantins.	649.774,80	364.723,20	43,87%

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 045/16	0451/16	Contratação de empresa especializada para adequação de espaço físico nas dependências do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça, na cidade de Palmas – TO, com gesso acartonado instalado e pintado e demais materiais necessários.	69.679,00	69.000,00	0,97%
P.P 046/16	0422/16	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos.	21.516,19	21.312,00	0,95%
P.P 047/16	0423/16	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento, acompanhamento, seleção, edição, digitalização e envio por newsletter ininterrupto de informações, notícias, matérias jornalísticas e entrevistas (serviços de clipagem).	72.390,00	30.792,00	57,46%
P.P 048/16	0392/16	Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)
P.P 049/16	0462/16	Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene/limpeza e materiais para copa/cozinha.	45.329,12	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 13/01/17
P.P 050/16	0461/16	Registro de Preços para aquisição de fechaduras eletrônicas.	14.333,35	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 17/01/17

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economia (%)
P.P 051/16	0497/16	Registro de Preços para aquisição e instalação de concertinas galvanizadas simples, com consequente fornecimento de todo material.	100.084,50	80.597,50	19,47%
P.P 052/16	0493/16	Contratação de empresa especializada na locação de máquinas reprográficas e na prestação de serviços de reprografia, impressão, encadernação e plastificação.	159.750,60	Em fase de Divulgação do Edital	Data da Sessão: 11/01/17
Concorrências					
C.C 001/16	0205/16	Contratação de empresa especializada em Engenharia para construção do reservatório de água inferior do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins em Palmas.	87.335,35	79.433,06	9,05%
C.C 002/16	0250/16	Contratação de empresa especializada em Engenharia para reforma com acréscimo de área e revitalização do prédio sede das Promotorias de Justiça de Miracema do Tocantins.	271.089,13	247.705,76	8,63%
<p>Legenda</p> <p>1 – PP – Pregão Presencial</p> <p>2 – PE – Pregão Eletrônico</p> <p>3 – CC – Concorrência</p>					

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Portanto, o volume licitado referente ao exercício 2016 é de aproximadamente 24.989.769,47 (vinte e quatro milhões, novecentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos), considerando os valores estimados dos Pregões nº 048/2016, nº 049/2016, nº 050/2016 e nº 052/2016 que se encontram em fase de divulgação do Edital.

Tabela 7.2.2.6 – Montante licitado 2016, em (R\$)

Modalidade	Valor licitado (R\$)	Valor a licitar (R\$)	Total (R\$)
Concorrência	327.138,82	-	327.138,82
Pregão Presencial – Tradicional	19.357.374,25	185.577,33	19.542.951,58
Pregão Presencial – SRP	4.869.101,34	59.662,12	4.928.763,46
Pregão Eletrônico – Tradicional	88.065,61	-	88.065,61
Pregão Eletrônico – SRP	102.850,00	-	102.850,00
Total	24.744.530,02	245.239,45	24.989.769,47

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Quanto ao volume empenhado em 2016 para aquisição de bens e contratação de serviços destaca-se na modalidade Concorrência o montante de R\$ 5.226.672,53 (cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos) e na modalidade Pregão o montante de R\$ 13.909.959,18 (treze milhões, novecentos e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), totalizando o montante de R\$ 19.136.631,71 (dezenove milhões, cento e trinta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e setenta e um centavos), conforme tabela abaixo:

Tabela 7.2.2.7 – Despesas por modalidade de licitação 2016, em (R\$)

Modalidade de Licitação	Ano 2016, (R\$)
Concorrência	5.226.672,53
Pregão	13.909.959,18
Total	19.136.631,71

Fonte: Sistema SIAFEM

Em 2016 a PGJ/TO não realizou adesões à Atas de Registro de Preços (ARP). Em contrapartida, autorizou 35 (trinta e cinco) pedidos de adesões “caronas” às ARPs solicitados pelos órgãos listados a seguir:

Tabela 7.2.2.8 – Autorizações de adesão a Atas de Registro de Preços (ARP), em 2016

Item	Nº Ata	Objeto	Órgão Adeso
1	029/15	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	<p>→ Secretaria Municipal da Habitação de Palmas – TO – SEHAB;</p> <p>→ Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins – SSP/TO;</p> <p>→ Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR.</p>
2	045/15	Aquisição de aparelhos telefônicos.	→ Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV.
3	047/15	Contratação de serviços de hospedagem e alimentação.	→ Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.
4	048/15	Aquisição de veículos para a frota da PGJ.	→ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA-RS.
5	052/15	Aquisição de materiais de manutenção.	<p>→ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS;</p> <p>→ Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV.</p>
6	053/15	Aquisição de materiais de manutenção.	→ Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV.
7	054/15	Aquisição de materiais de manutenção.	<p>→ Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV;</p> <p>→ Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte.</p>
8	055/15	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais.	→ Companhia Imobiliária do

Item	Nº Ata	Objeto	Órgão Adeso
			Estado do Tocantins – TERRAPALMAS; → Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR; → Prefeitura Municipal de Uberlândia – MG; → Secretaria da Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos do Estado do Tocantins; → Agência Tocantinense de Transportes e Obras – AGETO.
9	058/15	Fornecimento de tintas e materiais para pintura.	→ Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte.
10	001/16	Aquisição de materiais de expediente em ensino.	→ Secretaria Municipal de Finanças de Palmas – TO; → Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins – SEDUC.
11	008/16	Aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha.	→ Controladoria Geral do Estado do Tocantins – CGE.
12	011/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	→ Fundação TV Minas – Cultural e Educativa – FTVM; → Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; → Tribunal de Contas do Estado de Amazonas.
13	014/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	→ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.
14	015/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	→ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.
15	019/16	Aquisição de equipamentos de	→ Secretaria Municipal de

Item	Nº Ata	Objeto	Órgão Adeso
		Informática.	Educação de Vitória – ES; → Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará; → Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.
16	020/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	→ Secretaria Municipal de Educação de Vitória – ES; → Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.
17	021/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	→ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.
18	023/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	→ Secretaria Municipal de Educação de Vitória – ES.
19	035/16	Aquisição de equipamentos de Informática.	→ Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins – RURALTINS.
20	041/16	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	→ Defensoria Pública do Estado do Tocantins; → Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS.

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Tabela 7.2.2.9 – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP, em 2016

Tipo	Quantidade
Atas de Registro de Preços (ARP)	77
Adesões a ARP	-
Caronas cedidas de ARP	35

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

## ✓ **Contratos**

A tabela abaixo traz uma sinopse da quantidade de contratos e termos aditivos firmados no período de 2013 – 2016:

Tabela 7.2.2.10 – Contratos e Termos Aditivos firmados, em 2013 – 2016.

Tipo	Ano, em (unid)			
	2013	2014	2015	2016
Contratos firmados	145	174	64	137
Termos aditivos	57	45	51	56

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Em 2016 a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a gestão de 195 (cento e noventa e cinco) contratos vigentes, dos quais 137 (cento e trinta e sete) foram firmados em 2016, bem como das 140 (cento e quarenta) Atas de Registro de Preços vigentes, das quais 77 (setenta e sete) foram firmadas em 2016. Enfatiza-se que em 2016 foram ajustados 56 (cinquenta e seis) aditivos incluídos neste quantitativo as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios sede de Promotorias no Interior. Atribuições estas a cargo da Área de Contratos, que realiza também o acompanhamento de todos os contratos cujos pagamentos são mensais.

A tabela 7.2.2.11 relaciona os 23 (vinte e três) contratos de locação de imóveis 2016 que abrigam as sedes das Promotorias de Justiça do Interior, com exceção do contrato de aluguel do depósito em Palmas, sendo dispendido no exercício o valor total mensal de R\$ 48.106,14 (quarenta e oito mil, cento e seis reais e quatorze centavos).

Em novembro de 2016, foi extinto o contrato nº 085/2014 que abrigava a sede das Promotorias de Justiça de Augustinópolis em virtude da construção da sede própria licitada em outubro de 2015 e concluída no final de 2016. Em contrapartida, foram firmados três novos contratos de locação de imóveis, a saber: Contratos nº 009/2016 e 046/2016 para abrigar as sedes das Promotorias de Justiça de Almas e

Aurora, respectivamente, que funcionavam anteriormente no Fórum das respectivas localidades; Contrato nº 066/2016, para abrigar provisoriamente a sede das Promotorias de Justiça de Miracema, durante a execução da reforma do prédio sede iniciada em agosto de 2016 e com término previsto para fevereiro de 2017.

Segue abaixo o quadro de detalhamento dos contratos de locados de imóveis:

Tabela 7.2.2.11 – Contratos de locação de imóveis, 2016

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor Mensal, em (R\$)
1	009/2016	Almas	880,00
2	017/2015	Alvorada	1.561,84
3	103/2013	Ananás	1.713,92
4	003/2010	Araguaçu	1.535,52
5	022/2011	Arapoema	1.064,76
6	085/2014	Augustinópolis	4.302,00
7	046/2016	Aurora do Tocantins	950,00
8	022/2015	Axixá do Tocantins	1.569,60
9	021/2008	Colmeia	1.084,00
10	024/2009	Cristalândia	1.835,07
11	010/2008	Formoso do Araguaia	1.077,06
12	044/2015	Goiatins	1.115,00
13	026/2015	Itacajá	1.122,10
14	033/2009	Itaguatins	1.441,11
15	066/2016	Miracema do Tocantins	1.700,00
16	010/2010	Novo Acordo	1.140,95
17	042/2015	Palmas (Depósito)	5.575,00
18	034/2009	Pium	919,76
19	038/2009	Ponte Alta do Tocantins	1.266,99

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor Mensal, em (R\$)
20	119/2012	Porto Nacional	12.471,20
21	039/2009	Tocantínia	1.286,64
22	004/2009	Wanderlândia	1.256,33
23	021/2010	Xambioá	1.146,59
Total			48.106,14

Fonte: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Em relação à despesa com serviços gerais pagas, segue tabela 7.2.2.12, detalhando os serviços terceirizados no exercício de 2016.

Tabela 7.2.2.12 – Detalhamento dos Serviços Gerais, em (R\$).

Localidade	Função	Quantidade	Valor Mensal Médio <sup>16</sup>	Valor Total anual <sup>17</sup>	(%)
Alvorada	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Ananás	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.535,98	30.431,76	0,74
Araguacema	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
Araguaçu	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,64	0,73
Araguaína	Artífice de Manutenção	1	4.097,78	49.173,36	1,20
	Porteiro	1	2.719,32	32.631,84	0,80
	Copeiro	1	2.309,69	27.716,28	0,68
	Servente de Limpeza	3	2.542,48	91.529,28	2,23
Araguatins	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Arapoema	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Arraias	Recepcionista	1	2.724,27	32.691,24	0,80

<sup>16</sup> Valores repactuados a partir de julho de 2016.

<sup>17</sup> Total incluindo a repactuação, em 2016.

Localidade	Função	Quantidade	Valor Mensal Médio	Valor Total anual	(%)
	Servente de Limpeza	1	2.506,74	30.080,88	0,73
Augustinópolis	Recepcionista	1	2.756,03	33.072,36	0,81
	Servente de Limpeza	1	2.535,98	30.431,76	0,74
Axixá	Servente de Limpeza	1	2.535,98	30.431,76	0,74
Colinas do Tocantins	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	2	2.535,98	60.863,52	1,49
Colmeia	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.506,74	30.080,88	0,73
Cristalândia	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Dianópolis	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
Figueirópolis	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Filadélfia	Recepcionista	1	2.724,27	32.691,24	0,80
Formoso do Araguaia	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Goiatins	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Guaraí	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Servente de Limpeza	2	2.478,18	59.476,32	1,45
Gurupi	Porteiro	1	2.840,93	34.091,16	0,83
	Copeiro	1	2.416,96	29.003,52	0,71
	Servente de Limpeza	2	2.628,24	63.077,76	1,54
Itacajá	Servente de Limpeza	1	2.693,22	32.318,64	0,79
	Recepcionista	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Itaguatins	Servente de Limpeza	1	2.535,98	30.431,76	0,74
	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
Miracema do Tocantins	Servente de Limpeza	2	2.478,18	59.476,32	1,45
	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
Miranorte	Servente de Limpeza	2	2.476,18	59.476,32	1,45
	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
Natividade	Servente de Limpeza	1	2.724,27	32.691,24	0,80

Localidade	Função	Quantidade	Valor Mensal Médio	Valor Total anual	(%)
	Recepcionista	1	2.506,74	30.080,88	0,73
Novo Acordo	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
Palmas	Ajudante de Artífice	5	2.419,46	145.167,60	3,54
	Artífice de Manutenção	4	4.264,96	204.718,08	5,00
	Copeiro	7	2.414,31	202.802,04	4,95
	Encarregado	1	4.332,73	51.992,76	1,27
	Jardineiro	1	3.359,73	40.316,76	0,98
	Servente de Limpeza	20	2.625,60	630.144,00	15,38
	Porteiro	5	2.414,31	170.297,40	4,16
Paraíso do Tocantins	Servente de Limpeza	2	2.535,98	60.863,52	1,49
	Porteiro	1	2.700,76	32.409,12	0,79
Paraná	Servente de Limpeza	2	2.535,98	60.863,52	1,49
	Recepcionista	1	2.756,03	33.072,36	0,81
Pedro Afonso	Servente de Limpeza	1	2.756,03	30.431,76	0,74
	Recepcionista	1	2.535,98	33.072,36	0,81
Peixe	Servente de Limpeza	1	2.535,98	30.431,76	0,74
Pium	Servente de Limpeza	1	2.506,74	30.080,88	0,73
Ponte Alta do Tocantins	Servente de Limpeza	1	2.535,98	30.431,76	0,74
	Recepcionista	1	2.756,03	33.072,36	0,81
Porto Nacional	Porteiro	1	2.763,76	33.165,12	0,81
	Copeiro	1	2.337,27	28.047,24	0,68
	Servente de Limpeza	3	2.535,98	91.295,28	2,23
Taguatinga	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
	Recepcionista	1	2.693,22	32.318,64	0,79
Tocantínia	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Tocantinópolis	Servente de Limpeza	2	2.535,98	60.863,52	1,49
	Recepcionista	1	2.756,03	33.072,36	0,81
Wanderlândia	Servente de Limpeza	1	2.478,18	29.738,16	0,73
Xambioá	Servente de Limpeza	1	2.535,98	30.431,76	0,74
	Recepcionista	1	2.756,03	33.072,36	0,81
Total				4.097.293,20	100,00

✓ **Atividades da área de Saúde**

A Área de Saúde do Ministério Público realiza estudos, ações de prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionada ao trabalho. As atividades realizadas em prol da saúde dos servidores e membros do MP/TO visam principalmente reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição.

Este conjunto de ações vem atender ao objetivo estratégico “Garantir clima organizacional favorável”, visando assim, promover o ambiente seguro e saudável para membros e servidores, além de incentivar e oportunizar a participação em atividades que atendem a este objetivo.

Dessa maneira, todos os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vêm sendo documentados, visando traçar um perfil de causas de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde ocupacional no MP/TO.

No que concerne às doenças relacionadas ao trabalho, não há casos identificados na Instituição, sendo uma meta da área de Saúde a prevenção por meio do monitoramento e da busca por melhoria contínua, de acordo com as diretrizes do Padrão para Gestão de Saúde Ocupacional – política que visa eliminar quaisquer riscos à saúde ocupacional.

As ações relacionadas à prevenção, à assistência e à vigilância aos agravos à saúde que foram implementadas no período de 2012/2016 são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 7.2.2.13 – Ações de melhoria do clima organizacional – 2012/2016 (em unid.)

Tipo	Ano, em (unid)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Acupuntura	06	-	-	-	602
Aferição de pressão arterial	109	238	394	438	189
Análise do ambiente de trabalho	-	140	108	5	15
Atividades de enfermagem prevenção/DST	-	1.178	1.625	1.879	1800
Atividades odontológicas de prevenção	278	-	-	-	153
Balance	-	-	07	-	-
Cálculo de índice de massa corpórea	109	206	305	263	149
Cuidados faciais	56	41	85	119	43
Dança – Zumba	10	-	06	-	-
Curso Educação Alimentar (Cozinha Brasil)	-	-	-	56	-
Demonstração de alimentação saudável	-	-	-	200	250
Dinâmica de relaxamento	13	10	10	-	20
Exercícios	-	30	-	-	-
Ginástica Laboral/ Grupo de Vivências Corporais	2.560	2.048	-	26	373
Imunização- Vacinas	-	353	360	358	24
loga	12	22	22	-	25
Jump	05	-	-	-	-
Maquiagem	51	-	-	-	10
Massagem corporal	51	44	82	90	34
Medidas da circunferência abdominal	109	206	305	62	149
Muay Thai	09	-	-	-	-
Orientações com nutricionista	33	-	-	-	-
Orientação ergonômica	-	-	108	5	15
Orientações para manuseio correto de carga pesada	12	-	-	-	-
Pilates	-	16	-	-	-
Shiatsu terapia	22	-	-	-	-
Verificação de glicemia	109	220	389	403	147
Workshop	-	-	97	35	66
Total	3.554	4.726	3.903	3.939	3.911

Fonte: Setor de Saúde

Tabela 7.2.2.14 – Comparativo de atendimentos – 2012/2016, em (unid)

Especialidade/Ação	Quantidade, em (unid)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Enfermagem	1.357	1.586	1.347	1.689	3.007
Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)	-	45	39	123	82
Fisioterapia	1.260	1.322	646	1.180	1.209
Médica	962	1.487	1.058	1.064	1.053
Odontologia	805	785	631	909	701
Psicologia	29	45	19	82	74
Visitas técnicas – Enfermagem	10	02	01	-	-
Visitas técnicas – Fisioterapia	-	-	03	-	-
Visitas técnicas – Médica	08	75	02	-	-
Visitas técnicas – Psicologia	17	-	02	06	01
Perícias médicas	04	06	-	05	-
Pareceres médicos	04	96	-	-	-
Pareceres Fisioterapêuticos	-	-	-	-	03
Atendimento em Grupo - Psicologia	-	-	-	-	22
Junta Médica Oficial do Estado – Perícias Médicas – a partir de abril de 2016.	-	-	-	-	241
Total	4.456	5.426	3.748	5.058	6.393

Fonte: Setor de Saúde

### 7.3.3 Ação 2285: Manutenção de estagiários do Ministério Público

Quadro 7.3.3.1 Resumo da ação 2285

Título	2285 – Manutenção de estagiários do Ministério Público			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
1.000.000,00	42.083,00	42.083,00	42,083,00	100,00

Fonte: Sistema SIAFEM

No decorrer de 2016, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento - Cesaf conseguiu iniciar a implementação do Programa de Estágios do MP/TO, que demandou um processo de levantamento de demandas, elaboração de termo de referência, contratação do agente de integração, realização do processo seletivo, contratação dos estagiários e treinamento. Com isso, o MP conta hoje com 49 (quarenta e nove) estagiários contratados e 08 (oito) vagas abertas para uma nova seleção, que poderá ser ampliada caso ocorra a disponibilização de infraestrutura para acolher novos estagiários.

Desta forma, como previsto na Resolução N° 009/2016/CPJ, iniciou-se o processo de contratação de empresa visando fornecer o suporte nos processos de seleção, contratação, pagamentos dos estagiários, denominada de Agente de Integração. Por meio da definição do termo de referência, estabeleceram-se as diretrizes de contratação do Agente de Integração para operacionalizar o programa de Estágios do Ministério Público. O certame foi adjudicado em 07 de julho de 2016, tendo como vencedor o Instituto Euvaldo Lodi - IEL.

#### ✓ **Quadro de Vagas**

O Cesaf realizou uma consulta interna a todas as unidades do Ministério Público visando levantar a demanda por estagiários na Instituição. Além do levantamento de demanda, foi questionada a disponibilidade de espaço físico, equipamentos de informática e mobiliário à disposição para o desenvolvimento dos trabalhos do estagiário. Este mapeamento identificou uma demanda de 190 (cento e noventa) contratações, no entanto, em sua grande maioria, não possuem a infraestrutura necessária para seu atendimento.

Nesta perspectiva, a Diretoria-Geral realizou a priorização de oferta de vagas, que ao longo dos últimos quatro meses foi sendo ajustadas na medida em que as condições de atendimento eram sanadas. Portanto, foram editadas seis portarias que fixaram as vagas de estagiários, sendo que a referência atual é a Portaria 979/2016. Segue o quadro de vagas de estagiários vigente:

Tabela 7.3.3.1 – Quadro de vagas de estágio.

Item	Unidade	Localidade	Formação/Área	Quantidade
01	Promotorias de Justiça de Araguaína	Araguaína	Jurídica	13
02	Promotoria de Justiça de Arapoema	Arapoema	Jurídica	01
03	Promotoria de Justiça de Axixá do Tocantins	Axixá do Tocantins	Jurídica	01
04	2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins	Colinas do Tocantins	Jurídica	01
05	Promotoria de Justiça de Cristalândia	Cristalândia	Jurídica	01
06	Sede Das Promotorias de Justiça de Dianópolis	Dianópolis	Jurídica	02
07	Promotoria de Formoso do Araguaia	Formoso do Araguaia	Jurídica	01
08	8ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	Jurídica	01
09	9ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	Jurídica	01
10	2ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins	Miracema do Tocantins	Jurídica	01
11	Promotoria de Justiça de Natividade	Natividade	Jurídica	01
12	Departamento de finanças e contabilidade	Palmas	Ciências Contábeis	01
13	Departamento de Licitação	Palmas	Jurídica	01
14	Sala de Atendimento ao Cidadão – SACI	Palmas	Jurídica	01
15	Conselho Superior do Ministério Público	Palmas	Jurídica	01
16	Conselho Superior do Ministério	Palmas	Jurídica	01

	Público			
17	4ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	Jurídica	01
18	13ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	Jurídica	01
19	14ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	Jurídica	01
20	20ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	Jurídica	01
21	22ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	Jurídica	01
22	23ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	Jurídica	01
23	26ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	Jurídica	01
24	28ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	Jurídica	01
25	CAOCID	Palmas	Jurídica	01
26	CAOMA	Palmas	Arquitetura e Urbanismo	01
27	CAOMA	Palmas	Engenharia Ambiental	01
28	CAOCID	Palmas	Assistência Social	01
29	CESAF		Sistema para Internet	01
30	Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Palmas	Sistema para Internet	01
31	Cartório de 2ª instância	Palmas	Secretário	02
32	2ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins	Jurídica	01
32	4ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins	Jurídica	01

33	1ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	Jurídica	01
34	2ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	Jurídica	01
35	Promotoria de Justiça de Peixe-TO	Peixe	Jurídica	01
36	7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	Jurídica	01
37	1ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	Jurídica	01
38	3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	Jurídica	01
39	4ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	Jurídica	01
40	Promotoria de Justiça de Tocantínia	Tocantínia	Jurídica	01
41	2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis	Jurídica	01
42	Promotoria de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis	Jurídica	01
43	Promotoria de Justiça de Guaraí	Guaraí	Jurídica	01
Total				58

Fonte: Cesaf

### ✓ Edital de Seleção de Estagiários

Em 16 de setembro foi publicado o Edital do Processo Seletivo IEL nº 01/2016 – MP/TO, que estabeleceu as condições do certame para contratação das vagas ofertadas. As provas ocorreram no dia 16 de outubro de 2016, nas cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi. Apresentamos alguns números que demonstram os resultados do processo seletivo.

- ✓ 422 inscrições que atenderam aos termos do edital;
- ✓ 334 inscrições passando pela análise curricular e aptas para realização das provas;
- ✓ 228 participantes do certame, correspondendo a 68% de taxa de comparecimento;
- ✓ 201 candidatos aptos a participar da última etapa do processo seletivo por meio das entrevistas;
- ✓ 157 entrevistas realizadas em 13 cidades;
- ✓ 4 cidades não houve candidatos aptos para processo de seleção;
- ✓ 50 candidatos foram convocados para firma o termo de compromisso de estágio.

#### ✓ **Efetivação dos Estagiários**

Com a convocação dos candidatos classificados para as vagas ofertadas, foram efetivados 49 (quarenta e nove) termos de compromisso com estagiários lotados em 13 municípios. Para tanto, foi organizado um treinamento com os estagiários sobre o Ministério Público do Estado do Tocantins e informações gerais sobre o programa de estágios. Portanto, a partir de 01 de dezembro de 2016, o MP/TO efetiva a implementação do seu Programa de Estágios previsto, na resolução nº 009/2014/CPJ.

### 7.3.4 Ação 2289: Manutenção de recursos humanos

Quadro 7.3.4.1 – Resumo da ação 2289

Título		2289 – Manutenção de Recursos Humanos		
Financeiro (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
128.400.920,00	128.510.920	124.479.826,12	123.989.816,37	96,86

Fonte: Sistema SIAFEM

A política de gestão de pessoas da Procuradoria-Geral de Justiça busca a valorização pessoal e profissional, que vem refletindo na valorização institucional. Desta forma, visa atender ao objetivo estratégico da instituição de “atrair e reter talentos”.

A construção de uma política de gestão de pessoas para a Procuradoria-Geral de Justiça foi delineada como uma das diretrizes do Planejamento Estratégico 2010-2018, que visa estabelecer uma política de valorização do Quadro de Pessoal da Instituição.

Nesse sentido, um dos fatores de valorização é manter a política de valorização do quadro técnico, via revisão anual, conforme previsão constitucional. O objetivo da revisão geral anual é atualizar as remunerações de modo a “acompanhar a evolução do poder aquisitivo da moeda”, isto significa recompor perdas de vencimentos num determinado período.

Constata-se que ao longo dos últimos anos, a Procuradoria-Geral de Justiça tem respeitado o princípio da revisão anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado (MP/TO). Mas tem ido além, procurando cobrir os índices inflacionários para proporcionar ganhos reais ao pessoal.

Segue, abaixo, tabela 7.3.4.1, o comparativo de revisões implementadas relativo ao período de 2009 a 2016.

Tabela 7.3.4.1 – Revisões anuais de 2009 a 2016 (em %)

Ano	Mês	Percentual	INPC*
2009	Maio	8,00	6,25
2010		5,00	4,77
2011		7,00	6,36
2012		7,5%**	5,47
2013		7,00	6,77
2014		5,70	5,38
2015		7,95	7,67
2016		11,08	11,08

Fonte: Departamento Contabilidade e Finanças

\*Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

\*\*Aprovação do novo PCCR.

Conforme tabela anterior, foi sancionada a lei estadual que concedeu a revisão geral anual (data-base) aos servidores do Quadro Auxiliar do Ministério Público Estadual (MP/TO). Com isso, ficou formalizado o reajuste de 11,08% na remuneração dos servidores do MP/TO, referente aos ativos, inativos e pensionistas. Ao encaminhar o projeto de lei, a Procuradoria-Geral de Justiça destacou que a data-base é um direito dos servidores previsto na Constituição Federal, o qual o MP/TO tem plenas condições de cumprir, inclusive por se encontrar com as despesas com pessoal abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A revisão de 11,08% de reajuste corresponde ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC/IBGE) acumulado entre os meses de fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016. A correção salarial tem como referência o mês de maio de 2016.

No exercício de 2016, o Ministério Público do Tocantins contou com 653 colaboradores (membros e servidores). A carreira de apoio contempla 437 servidores efetivos (66,92%) do total, conforme tabela abaixo.

Tabela 7.3.4.2 – Carreira de apoio em 31/12/2016 (unid)

Nível Funcional	Existente 2015*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**	Existente 2016*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**	Var (%) ***
AME – Analista Ministerial Especializado	64	57	65	57	1,56
AMI – Analista Ministerial	154	141	156	143	1,29
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16	18	17	0
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13	13	12	0
MOP – Motorista Profissional	10	10	20	19	100

Nível Funcional	Existente 2015*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**	Existente 2016*	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça)**	Var (%)***
MOT - Motorista	6	5	6	5	0
OFD – Oficial de Diligências	24	24	29	29	20,83
TCM – Técnico Ministerial	137	127	136	124	-0,73
TME – Técnico Ministerial Especializado	28	26	33	31	17,85
Total	454	419	476	437	-4,84

Legenda: AME – Analista Ministerial Especializado; AMI – Analista Ministerial; AXE – Auxiliar Ministerial; AXM – Auxiliar Ministerial Especializado; MOP – Motorista Profissional; OFD – Oficial de Diligências; TCM – Técnico Ministerial e TME – Técnico Ministerial Especializado.

\* Considerados todos os servidores do quadro.

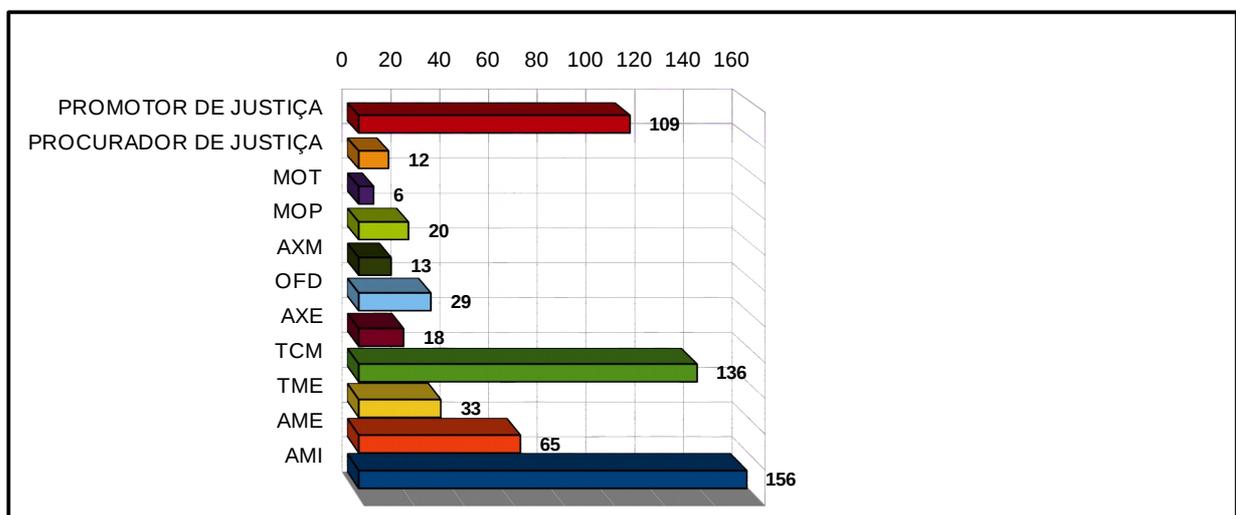
\*\* Excluídos servidores cedidos, afastados e licenciados, exceto por motivo de saúde, maternidade e doença na família.

\*\*\* Comparando-se o quadro de Existentes.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

Ilustramos a seguir o quantitativo de Cargos efetivos em 2016.

Gráfico 7.3.4.1 – Quantidade de Cargos em 2016



Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Conforme tabela 5.3.4.3 – Distribuição de servidores efetivos da carreira de apoio por nível de escolaridade 2009 – 2016, podemos observar que 221 (duzentos e

vinte e um) servidores, correspondentes ao percentual de 46,43% do quadro efetivo, lotados nas áreas de apoio e finalística, têm curso superior, fato que denota o alto grau de especialização no quadro de pessoal desta Instituição, conforme demonstrado na tabela comparativa abaixo:

Tabela 7.3.4.3 – Distribuição de servidores efetivos da carreira de apoio por nível de escolaridade 2009 – 2016 (unid)

Nível de Escolaridade	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Fundamental	36	37	37	37	37	37	37	37
Médio	138	158	152	180	190	197	199	218
Superior Completo	145	192	202	220	221	221	218	221
Total	319	387	391	437	448	455	454	476

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Em relação à rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; e as baixas, por exoneração ou inatividade comprovam o aumento na força de trabalho do Ministério Público, com um saldo positivo de 22 (vinte e dois) integrantes.

Segue, abaixo, tabela com comparativo das movimentações de servidores nos anos de 2009 a 2016, conforme tabela a seguir:

Tabela 7.3.4.4 – Movimentação de servidores 2009 – 2016 (em unid.)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Posse	20	91	15	58	33	28	11	26
Exoneração/Inatividade*	19	21	13	17	25	19	12	5
Saldo	1	70	2	41	8	9	-1	21

\* Consideradas as exonerações, aposentadorias e falecimentos.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Tabela 7.3.4.5 – Distribuição de servidores comissionados 2009 – 2016 (em unid.)

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Efetivos do MP/TO	56	53	63	63	64	71	77	78

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Requisitados*	13	13	11	11	17	21	17	22
Exclusivamente comissionados	35	38	42	42	36	41	40	73
Total	104	104	116	116	117	133	134	173

\* Servidores efetivos nos órgãos de origem.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Portanto, para atingir sua missão institucional de “Ser reconhecida como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, em 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça contava com 476 servidores efetivos, 121 membros (Procuradores e Promotores de Justiça), 53 servidores requisitados e 73 servidores exclusivamente comissionados, totalizando 626<sup>18</sup> integrantes. Segue, abaixo, o comparativo das movimentações de servidores em 2016:

Tabela 5.3.4.6 – Movimentação de membros e servidores em 2016 (em unid.)

Nível Funcional	Existente 31/12/2015*	Movimentação							Existente 31/12/2016*
		Nomeados	Exonerados	Aposent/ Falecidos	Promovidos	Cedidos/ Licenciados	Recebidos	Devolvidos	
Procuradores	12	-	-	-	-	-	-	-	12
Promotores	110	-	-	1	-	1	-	-	109
Servidores	454	28	5	1	-	39	-	-	476
Comissionados	40	38	5	-	-	-	-	-	73
Requisitados	45	-	-	-	-	-	9	1	53

\* Incluídos os Cedidos/Licenciados

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

No final do exercício de 2015, o Colégio de Procuradores de Justiça deu

<sup>18</sup> Exclusive cedidos, licenciados e afastados.

posse a cinco novos Promotores de Justiça Substitutos. O ingresso destes membros na carreira vem reforçar o quadro do Ministério Público Estadual, visando a atuação em defesa dos direitos dos cidadãos tocantinenses.

As tabelas anteriores demonstram as informações relativas à gestão de recursos humanos, possibilitando uma análise comparativa da gestão do quadro de pessoal em relação às dimensões operacional e estratégica da unidade. As informações estão estruturadas de maneira que são observadas a composição, a rotatividade e o grau de escolaridade do quadro de recursos humanos, sejam eles efetivos, comissionados ou terceirizados.

Segue abaixo, o comparativo de despesa com pessoal *versus* receita corrente líquida relativo aos anos de 2009 a 2016, conforme tabela a seguir:

Tabela 7.3.4.7 – Evolução de Despesa de Pessoal 2009-2016.

Ano	Valor da Folha, (milhões R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2009	55.961	-	1,64
2010	67.867	21,28	1,75
2011	71.310	5,07	1,57
2012	81.300	14,01	1,63
2013	90.132	10,86	1,69
2014	105.110	16,62	1,63
2015	119.040	13,12	1,83
2016	121.161	1,78	1,66

Fonte: Departamento Contabilidade e Finanças

Conforme dados da tabela anterior, podemos observar que mesmo concedendo a revisão anual de subsídios aos servidores, nos últimos anos, a instituição vem conseguindo manter as despesas com pessoal abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), além de cumprir rigorosamente com esta e outras obrigações, mesmo diante de um cenário de queda na receita pública, em razão da responsabilidade com que as questões financeiras e orçamentárias são tratadas na Instituição.

Em relação ao comparativo citado anteriormente, observa-se uma elevação

na rubrica de Pessoal, entretanto, os valores absolutos ficaram abaixo do limite prudencial. Assim, verifica-se que não foi atingido nenhum dos limites apurados de 2009 a 2016, obtendo-se o menor percentual em relação à RCL em 2011.

Dessa forma, no que se refere à concessão da data-base, deve ser comprometido com a folha de pessoal do MP/TO um índice de 1,66% da Receita Corrente Líquida do Estado, quando o limite prudencial estabelecido na LRF é de 1,90%. Para os exercícios futuros, tem-se a seguinte previsão: 1,73% em 2017 e 1,76% em 2018.

Portanto, o Ministério Público do Estado do Tocantins sempre manteve suas despesas com pessoal bem abaixo dos limites estabelecidos pela LRF, mantendo o percentual apurado em índice menor que 1,90% da RCL nos anos observados. O maior índice apurado foi de 1,83% da RCL no exercício de 2015, Tabela 7.3.4.7, e o menor foi de 1,57% da RCL, no ano de 2011.

Tabela 7.3.4.8 – Limites de Gasto com Pessoal com a LRF, em (R\$)

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritos em restos a pagar não processadas (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	123.821.233,74	490.009,75
Pessoal ativo	123.821.233,74	490.009,75
Pessoal inativo e pensionista	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de	0,00	0,00

DESPESA COM PESSOAL contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.149.562,37	0,00
(-) Despesas não computadas (art.19, § 1º da LRF)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de decisão judicial	0,00	0,00
Despesas de exercícios anteriores	3.149.562,37	0,00
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	120.671.671,37	490.009,75
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	7.315.845.339,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	7.315.845.339,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VII) = (III a + III b)	121.161.681,12	1,66
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	146.316.906,78	2,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	139.001.061,44	1,90
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	131.685.216,10	1,80

Fonte: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistema SIAFEM, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 23/01/2017 e hora de emissão 15:24

Nota 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados,

consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: As contribuições patronais referentes aos plano de saúde – PLANSAÚDE perfizeram um valor de 168.582,63 e não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidas pelo art.18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº894/12.

### **7.3.5 Ação 2310: Manutenção de serviços de transporte**

#### **Quadro 7.3.5.1 Resumo da ação 2310**

Título	2310 – Manutenção dos serviços de transporte			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
366.000,00	380.000,00	375.928,35	364.520,00	99,00

Fonte: Sistema SIAFEM

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça tem uma frota de 48 (quarenta e oito) veículos (próprios e cautelados) nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição, com idade média da frota de 5,16 anos.

No decorrer de 2016, houve a aquisição de 14(quatorze) novos veículos da categoria passeio,o que renovou parte da frota. Em contraponto, foram destinados a alienação um total de 11 (onze) veículos/motocicletas/carreta, aguardando a realização de leilão. Dentre os veículos supracitados, 03 (três) foram doados à Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins.

Este processo de desfazimento de veículos antieconômicos visa eliminar veículos com custo de manutenção elevado e altas taxas de ociosidade devido ao tempo de manutenção. O desfazimento dos veículos impede que os mesmos se deteriorem e fiquem sem condições de utilização, assim melhorando a taxa de veículos ativos e a idade média da frota, diminuindo custos com combustíveis e manutenção da frota.

Para normatização da utilização da frota, a Procuradoria-Geral de Justiça vale-se do Ato ° 015, de 15 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre a utilização e guarda dos veículos integrantes do Patrimônio do Ministério Público do Tocantins.

Este ato normativo interno estabelece regras e procedimentos que visam

assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte considerando, entre outros fatores, os seguintes: controle de veículos em serviço (programação de atendimento); controle diário de tráfego (horário e quilometragem percorrida); correta identificação dos veículos; mapas de abastecimento (controle de despesas com o veículo); adequada manutenção e conservação da frota e demais aspectos correlatos.

Outro aspecto estabelecido pelo ato nº 015/2012 são os critérios que norteiam a renovação da frota oficial, com base em dados históricos, que visam reduzir custos de transporte desta Instituição.

Para a prestação eficiente desse serviço de transporte, a Procuradoria-Geral de Justiça mantém estrutura de gestores de transporte na Sede com contratos de abastecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, motoristas, entre outros.

Na busca por instrumentos que possam contribuir para a melhoria na gestão da frota institucional e para a maximização dos recursos disponíveis, a Instituição optou pela contratação de empresa especializada no abastecimento e manutenção. Esta ferramenta possibilitou acompanhar todas as informações sobre abastecimento da frota (custo de combustível por KM rodado; média de valor por litro; quilômetros percorridos; litros abastecidos e média de consumo de combustível), bem como disponibilizar informações gerenciais de manutenção da frota (controle de manutenção corretiva; controle de peças e serviços em garantia; despesas organizadas por centro de custo; múltiplas cotações sem a necessidade de deslocamentos e informações em tempo real).

Segue, abaixo, um comparativo das despesas empenhadas visando à manutenção da frota institucional, nos anos de 2012 a 2016.

Tabela 7.3.5.1 – Principais despesas de manutenção de serviços 2012 – 2016.

Descrição	Despesas, em(R\$)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Combustíveis e lubrificantes	141.813,77	109.670,00	121.123,24	112.041,00	82.166,53

Descrição Material/Serviços de Manutenção	Despesas, em(R\$)				
		41.142,56	30.908,50	49.066,96	42.460,00
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	-	-	-	-	7.300,00
Seguros	48.679,42	36.500,00	42.214,04	42.108,00	53.693,83
Diárias no país	107.017,34	83.605,08	91.289,46	61.485,00	94.852,50
Serviços de Lava a jato	10.801,41	8.402,95	8.623,00	6.617,00	9.206,00

Fonte: Área de Transportes

\*Obs: Despesas com peças e serviços no exercício 2016.

A Procuradoria-Geral de Justiça procura administrar bem os custos relacionados à gestão de sua frota de veículos, aplicando métodos e técnicas que minimizem os gastos e riscos relacionados ao investimento em veículos, contribuindo com a eficiência das suas operações. Podemos considerar como custos na frota: custos com manutenção, combustível, pneus, peças de reposição, e assim por diante.

Portanto, um sistema de custeamento alinhado ao gerenciamento das informações, assim como o conhecimento dos custos, permite que o gestor seja bem amparado no processo de tomada de decisões.

Observando os fatores elencados anteriormente e o crescimento institucional expressivo deste órgão nos últimos anos, tanto com relação aos recursos humanos quanto na estrutura logística, objetivando melhorar a qualidade dos serviços prestados a sociedade tocantinense, há necessidade de renovação e ampliação da frota.

A seguir, apresentamos a descrição da frota de veículos à disposição desta PGJ, bem como as principais médias de quilômetros rodados e custos associados em 2016.

Tabela 7.3.5.2 – Informações sobre o uso dos veículos (Média anual de quilômetros rodados e custos associados à manutenção)

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Km rodados (média)	Custo de manutenção, (em R\$)
01	GM	Astra	MVY-1442	2005/2006	Desfazimento	6.560	3.209,20
02		Celta LT <sup>19</sup>	OEH-2976	2012/2012	Palmas/PGJ	5.565	0,0
03	Honda	CG 150 JOB	MWH-0812	2007/2007	Desfazimento	892	0,0
04		CG 150 JOB	MWL-9188	2007/2007	Desfazimento	272	0,0
05	Ford	F 350	MWQ-9397	2009/2009	Desfazimento	25.088	5.199,00
06		Fiesta	MXG-9020	2007/2008	Desfazimento	-	0,0
07		Fiesta	MXG-8020	2007/2008	Desfazimento	2.446	200,00
08		Fiesta	MXG-8040	2007/2008	Desfazimento	8.653	260,00
09		Fiesta	MXG-8050	2007/2008	Desfazimento	5.601	1.628,00
10		Fiesta	MXG-8090	2007/2008	Desfazimento	1.625	927,29
11		Ranger	MXG-8010	2007/2008	Desfazimento	9.398	270,00
12		Ranger	MWY-6100	2008/2009	Palmas/PGJ	5.236	2.236,55
13	Fiat	Siena	MWY-6110	2008/2009	Desfazimento	49.785	1.481,20
14		Siena ELX	MXG-3014	2010/2011	Palmas/PGJ	12.569	1.558,00
15		Siena ELX	MXG-3114	2010/2011	Palmas/PGJ	11.306	3.558,00

<sup>19</sup>Veículo Cautelado

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Km rodados (média)	Custo de manutenção, (em R\$)	
16		Siena ELX	MWA-8957	2010/2011	Palmas/PGJ	11.184	2.524,00	
17		Siena EL	MWO-6906	2011/2012	Palmas/PGJ	8.994	706,00	
18		Siena EL	MWQ-8096	2011/2012	Palmas/PGJ	5.515	688,00	
19		Siena EL	MWQ-8396	2011/2012	Palmas/PGJ	13.797	1.033,00	
20		Siena EL	MWQ-8536	2011/2012	Palmas/PGJ	10.722	0,00	
21		Siena EL	MWQ-8416	2011/2012	Palmas/PGJ	11.103	415,00	
22		Siena EL	MWQ-8246	2011/2012	Palmas/PGJ	12.149	1.567,00	
23		Siena EL	MWQ-8386	2011/2012	Palmas/PGJ	10.570	280,00	
24		Línea	MWP-0214	2012/2012	Palmas/PGJ	7.854	1.622,00	
25		Línea	MWP-0224	2012/2012	Palmas/PGJ	7.257	0,00	
26		Línea	MWP-0244	2012/2012	Palmas/PGJ	15.413	2.369,80	
27		Uno Economy	MWM-1966	2011/2012	Araguatins	9.068	745,00	
28		Uno Economy	MWM-1976	2011/2012	Miracema	3.731	460,00	
29		Uno Economy	MWM-1986	2011/2012	Araguaína	12.398	690,00	
30		Uno Economy	MWM-1996	2011/2012	Miranorte	22.102	60,00	
31		Renault	Logan	MWZ-7708	2011/2012	Palmas/PGJ	5.645	244,00
32			Clio	MWD-2228	2005/2005	Palmas/PGJ	8.233	320,00
33		Toyota	Hilux	MWS-0429	2010/2011	Palmas/PGJ	30.634	8.455,20

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local	Km rodados (média)	Custo de manutenção, (em R\$)
34		Hilux <sup>20</sup>	GAE-1238	2009/2009	Palmas/PGJ	3.016	5.595,00
35	VW	Gol 4P	MWX-5183	2010/2010	Palmas/PGJ	3.380	0,00
36		Gol 4P	QKE-4724	2016/2016	Augustinópolis	3.380	660,00
37		Gol 4P	QKE-4744	2016/2016	Porto Nacional	3.157	578,40
38		Gol 4P	QKE-4714	2016/2016	Araguaína	10.340	520,00
39		Gol 4P	QKE-4694	2016/2016	Paraíso do Tocantins	6.843	290,00
40		Gol 4P	QKE-4704	2016/2016	Gurupi	1.693	370,00
41		Gol 4P	QKF-9884	2016/2016	Palmas/PGJ	4.352	940,00
42		Voyage 1.6	QKG-1564	2016/2016	Palmas/PGJ	2.903	940,00
43		Voyage 1.6	QKF-9864	2016/2016	Palmas/PGJ	2.291	940,00
44		Voyage 1.6	QKG-5867	2016/2016	Tocantinópolis	3.146	180,00
45		Gol 4P	QKG-5867	2016/2016	Palmas/PGJ	1	180,00
46		Voyage 1.6	QKH-6207	2016/2016	Palmas/PGJ	7	180,00
47		Parati	MWD-6184	2006/2006	Palmas/PGJ	9.770	495,00
48	Sem Marca	Carreta Reboque	MXG-9010	2007/2007	Palmas/PGJ	-	0,00

Fonte: Área de Transportes

<sup>20</sup>Veículo Cautelado

### 7.3.6 Ação 2380: Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação

Quadro 7.3.6.1 – Resumo da ação 2294

Título	2294 – Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação			
Recursos Financeiros (Valor em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.449.780,00	1.991.110,00	1.984.395,28	1.765.159,85	99,66

Fonte: Sistema SIAFEM

A Ação “Manutenção dos Serviços de Informática” destina-se a manter os serviços de tecnologia da informação adequada ao bom desempenho das atividades das áreas meio e finalística do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Para tanto, são alocadas nesta ação as despesas do órgão com:

- ✓ Serviços de internet (internet fixa e móvel);
- ✓ Serviços e materiais para manutenção de equipamentos de informática;
- ✓ Suprimentos e materiais de informática para impressão, para substituição de peças e para armazenamento de dados, exceto os materiais permanentes;
- ✓ Diárias para deslocamentos nas atividades de suporte do Departamento de Tecnologia da Informação – D.T.I.;
- ✓ Aquisição ou contratação de serviços de softwares da área de segurança da informação;
- ✓ Outros serviços da área de Tecnologia da Informação.

Assim, os recursos disponibilizados nesta ação procurou realizar serviços de manutenção nos equipamentos da rede local, como instalação e configuração de computadores e ativos de rede, bem com presta registro de ocorrências, orienta usuários, acompanha e elimina falhas. Negociar a contratação de serviços e produtos,

acompanhar contratos de manutenção de programas, monitorar ativos de rede e servidores.

Destacamos a seguir, o comparativo de gastos relativos aos anos 2012 a 2016, evidenciando uma evolução no período em análise:

Tabela 7.3.6.1 – Comparativos de gastos empenhados com manutenção dos serviços TI, período 2012-2016, em(R\$)

Ano, (em R\$)					
Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Valor, em (R\$)	1.261.369,92	1.561.517,67	1.617.998,46	1.714.620,05	1.984.395,28
Var. Δ anual, em (%)	-	23,79%	3,61%	5,97%	15,73%

Fonte: Sistema SIAFEM

Ao analisar o crescimento do número de atendimentos e dos serviços, verificamos que, excetuando-se a variação ocorrida entre 2012-2013, quando da implementação do novo sistema de link dedicado de internet, o crescimento médio dos gastos ficou abaixo dos índices inflacionários do período, em média 8,5% ao ano, segundo o IPCA, indicando que houve grande preocupação com a economicidade das ações.

#### ✓ **Contratos e serviços de TI em execução**

- ✓ Contrato de Link Dedicado MPLS para capital e interior (Conexão com Internet);
- ✓ Contrato de manutenção preventiva e corretiva no sistema de controle de acesso em Palmas e Araguaína;
- ✓ Contrato de locação de central telefônica para Palmas;
- ✓ Contrato de manutenção corretiva com fornecimento de peças e serviços para os equipamentos de TI para todo o Estado;
- ✓ Contrato de garantia de 24 meses para os equipamentos novos;
- ✓ Compete também relatar que todo o crescimento reportado pelo nas ações de

Segue abaixo, tabela com comparativo gastos com manutenções terceirizadas 2015-2016.

Tabela 7.3.6.2 – Comparativo gastos com manutenções terceirizadas 2015-2016

Descrição	Ano, (em R\$)	
	2015	2016
Peças	R\$ 21.358,97	R\$ 21.221,83
Serviços	R\$ 23.412,54	R\$ 26.802,70
Total	44.771,51	48.024,53

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Tabela 5.3.6.3 – Comparativo de aquisições 2015-2016

Material	Ano, (em unid)	
	2015	2016
Certificados Digitais	134	0
Peças para o LABIN	1591	1426
Tôneres	1182	815
Total	2.907	2.241

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

O comparativo de aquisições 2015/2016 busca demonstrar a evolução na demanda por peças e serviços do Departamento de Tecnologia da Informação, em grande parte, devido ao já citado processo de informatização da atividade do órgão.

Em relação à segurança, às redes e à manutenção do banco de dados, as principais atividades desenvolvidas foram:

- ✓ Instalação de microservidores nas promotorias de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis;
- ✓ Instalação de novos servidores hack;
- ✓ Instalação de storage SAN;
- ✓ Instalação de storage de fibra armazenamento dos backups;
- ✓ Instalação de TZ's 105 nas Promotorias de Justiça de Almas, Arapoema, Aurora, Axixá, Figueirópolis, Itacajá, Itaguatins, Miranorte, Palmeirópolis, Pium, Ponte Alta, Tocantínia, Wanderlândia, 1006 Sul, CIACA;
- ✓ Implantação zabbix para monitoramento da rede;

- ✓ Troca de switches do 2º, 3ª e 4º pisos da Procuradoria – Geral de Justiça por switches giga;
- ✓ Configuração de VPN's interligando PGJ as Promotorias do Interior;
- ✓ Implantação de backups nas Promotorias de Justiça (Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis);
- ✓ Implantação de servidor de streaming para transmissão das sessões do Colégio de Procuradores;
- ✓ Reestruturação física da rede da 1004 Sul (Palmas);
- ✓ Reestruturação física da rede da 506 Sul (Palmas);
- ✓ Reestruturação física da rede da Promotoria de Justiça de Cristalândia;
- ✓ Migração da tecnologia de acesso para MPLS;
- ✓ Instalação de fechaduras digitais nas portas dos racks e na sala dos servidores;
- ✓ Troca do conversor de fibra que interliga a Procuradoria-Geral de Justiça a rede do Governo estadual para padrão gigan;
- ✓ Instalação de monitor de temperatura e detector de fumaça na sala de servidores;
- ✓ Instalação de solução WI-Fi na sede das Promotorias de Justiça de Araguaína;
- ✓ Instalação de sistema de Arquivos em Cluster e integração com o sistema Athenas;
- ✓ Implementação de nova arquitetura para o sistema Athenas em HA (alta disponibilidade)
- ✓ Renovação do certificado SSL nos principais servidores web;
- ✓ Configuração no servidor de Streaming para gravação dos vídeos transmitidos pelo Cesaf;
- ✓ Instalação e configuração de novos servidores (máquina virtual, sistema

operacional, serviços, firewall e DNS);

- ✓ Servidor Web para o Cesaf, além de criação de VLAN e subrede específica;
- ✓ Servidor de arquivos CAOMA;
- ✓ Servidor Athenas NFS;
- ✓ Servidor Athenas Router;
- ✓ Servidor Web para o CAOPAC, além de criação de VLAN e subrede específica;
- ✓ Servidor DNS;
- ✓ Alteração na faixa de IP fixo, reconfiguração do DNS, TZ interior e registro.br;
- ✓ Instalação, configuração e testes com softwares livres de gerenciamento de processos;
- ✓ Configuração de Switch e Firewall para receber os links MPLS;
- ✓ Atualização do Sistema operacional dos servidores em produção;
- ✓ Estudo de migração do servidor de e-mail com autenticação no Samba4;
- ✓ Implementação e migração do Servidor de Arquivos Samba4 como controlador de Domínios.

No que concerne ao número de atendimentos e/ou manutenções realizados, a tabela a seguir nos apresenta a evolução desses dados no período de 2012 a 2016:

Tabela 7.3.6.4 – Comparativo de atendimentos realizados em 2012-2016, em unid.

Ano, (em unid)				
2012	2013	2014	2015	2016
2.815	3.069	3.121	3.233	3.731

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

Vale destacar, ainda, a necessidade de um espaço para montagem de um laboratório com pelo menos 10 computadores para realização de capacitação de

membros, servidores, terceirizados e estagiários.

✓ **Movimentações realizadas de equipamentos de TI**

Movimentações de equipamentos realizadas no sistema patrimonial em equipamentos que foram para manutenções, baixa ou troca de localidade.

Tabela 7.3.6.5 – Comparativo de movimentação de equipamentos em 2015-2016

Equipamentos	Ano, (em unid)	
	2015	2016
Computador	152	128
Escâner	21	14
Estabilizador	82	59
Impressora	105	65
Leitor de Código de Barras	7	0
Monitor	150	145
Multifuncional	17	44
Nobreak	377	229
Notebook	15	13
Projetor	4	0
Servidor de rede	0	1
Switchs	6	3
Total	936	701

Fonte: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização– GESPÚBLICA, instituído pelo Decreto 5.378/2005, é um Programa que apoia centenas de órgãos e entidades da Administração Pública na melhoria de sua capacidade de produzir resultados efetivos para a sociedade. O Programa GESPÚBLICA orienta sua ação pela estratégia fundamental de promoção da excelência dirigida ao cidadão e por um conjunto de princípios, voltados para a qualidade da gestão e dos serviços públicos.

Trata-se de uma arrojada política pública formulada para a Gestão. Está alicerçada em um modelo de gestão pública singular e tem como principais características: ser federativa e essencialmente pública; e estar focada em resultados para o cidadão.

No decorrer de 2016, o Núcleo de Excelência na Gestão Pública (NEGP-TO), realizou várias ações internas visando implantar a Carta de Serviços. A elaboração deste documento visa informar aos cidadãos como acessar e obter um ou mais serviços prestados pela instituição.

Quando finalizada e divulgada a “Carta de Serviços ao Cidadão” a Procuradora-geral de Justiça estimulará a participação da sociedade no monitoramento desta instituição e gerará massa crítica para a realização do controle social, além de promover a melhoria da qualidade do atendimento prestado.

Assim, “Carta de Serviços ao Cidadão” é uma ferramenta utilizada pelos órgãos públicos para descrever e informar a população quais os serviços prestados, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos com o atendimento estabelecido. O cidadão passa a ter orientação para tomar decisões sobre como, quando e para quê utilizar os serviços disponibilizados.

Quanto as oportunidades de melhoria elencadas no Programa Gespública, segue abaixo as oportunidades concluídas:

Quadro 8.1 – Oportunidades de Melhoria da Gestão concluída no MPTO

Critério	Nº Oportunidade	Descrição da Oportunidade de Melhoria
1 – Governança	3	Disseminar plenamente a visão, a missão e os valores do MP para seus integrantes, por meio do site, banners, e-mail institucional, contracheque, folders.
1 – Governança	4	Revisar o Regimento Interno do MP para viabilizar a construção do Fluxograma de processos no MP.
2 - Estratégias e Planos	5	Criar e avaliar o Plano de Riscos, o Plano de Impacto dos Riscos ou Plano de Respostas dos Riscos dentro do MP.
2 - Estratégias e Planos	6	Ampliar a composição da comissão de construção e revisão do Planejamento Estratégico do MP, para incluir todos os chefes dos departamentos e o Controle Interno
3 – Público-Alvo	8	Criar protocolo de atendimento e fornecer ao cidadão o caminho eletrônico para acompanhamento. (fazer plano de ação).
3 – Público-Alvo	14	Fazer chegar à população residente na periferia das cidades os resultados institucionais.
3 – Público-Alvo	16	Criar uma comissão para elaborar formulário de pesquisa institucional de satisfação ao atendimento.
3 – Público-Alvo	19	Promover a estruturação física e de Recursos Humanos da Ouvidoria do MP.
3 – Público-Alvo	22	Dar publicidade às atribuições da Ouvidoria e intensificar a divulgação do número do telefone da Ouvidoria do MP.
4-Interesse Público e Cidadania	30	Aprimorar canais de recebimento de informações dos aspectos econômicos, ambientais que estejam ligados à estratégia institucional do MP.
4-Interesse Público e Cidadania	38	Incentivar os cidadãos à participação no controle social da instituição com integração efetiva do cidadão – sociedade organizada (Fazer projeto de alcance a tais participações).
4-Interesse Público e Cidadania	39	Criar metas e indicadores para a Ouvidoria do MP.
4-Interesse Público e Cidadania	40	Divulgar os resultados dos atendimentos da Ouvidoria do MP.
5-Informação e Conhecimento	43	Alinhar a comunicação do MP para dar publicidade as suas ações de forma que alcance o público-alvo interno.
5-Informação e Conhecimento	44	Promover o resgate da história do MP através dos saberes dos integrantes inativos que laboraram na criação e implantação do Parquet.
5-Informação e Conhecimento	46	Disponibilizar, no Portal do MP, os áudios das Reuniões do Colégio dos Procuradores gravados ou ao vivo
5-Informação e Conhecimento	47	Melhorar a divulgação dos Atos e Orçamentos para que tenha a participação por parte dos diversos setores na sua elaboração,

		criando a cultura de acompanhar as ações ligando-os ao planejamento estratégico e à gestão pública de qualidade
5-Informação e Conhecimento	53	Divulgar orçamento estabelecido pelo Colégio de Procuradores no mural e no realinhamento.
5-Informação e Conhecimento	54	Trocar o título “protocolo” por “acompanhamento processual” no Portal do MP.
5-Informação e Conhecimento	56	Criar e prover vagas, no quadro de pessoal do MP de especialistas em informática para suprir a demanda crescente.
5-Informação e Conhecimento	57	Implementar recursos financeiros destinados à ampliação da capacidade de tecnologia da informação do MP.
5-Informação e Conhecimento	58	Adquirir equipamentos para modernizar o parque tecnológico do MP, quanto a capacidade de transmissão e recepção de dados na internet.
5-Informação e Conhecimento	59	Garantir a confiabilidade da base de dados dos bancos existentes no MP.
5-Informação e Conhecimento	60	Implantar política de comprometimento das informações e de utilização do “RAF”.
5-Informação e Conhecimento	62	Criar, através da equipe técnica em informática, um sistema finalístico institucional próprio, que permita acesso e troca de informações para agilizar ações ministeriais.
5-Informação e Conhecimento	64	Manter constante atualização para tornar os sistemas de informação sempre modernos.
5-Informação e Conhecimento	65	Priorizar investimento financeiro para aplicar sistematicamente na preservação da integridade e consistência do banco de dados institucional.
5-Informação e Conhecimento	67	Divulgar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.
5-Informação e Conhecimento	68	Aprimorar os processos institucionais através de reanálise para atender adequadamente às disposições da Lei de Acesso à Informação.
5-Informação e Conhecimento	69	Realizar pesquisa para aferir o grau de satisfação dos usuários com os serviços de informação, monitorá-la e avaliá-la a fim de identificar possíveis melhorias e/ou inovações dos serviços.
5-Informação e Conhecimento	70	Resgatar a memória documental e fotográfica nos arquivos do MP com o setor de Biblioteconomia.
5-Informação e Conhecimento	71	Promover encontros informais que enalteçam o resgate do conhecimento dos servidores do MP.
5-Informação e Conhecimento	74	Construir a foto/imagem do GesPública para o público interno do MP.
5-Informação e Conhecimento	75	Melhorar a infraestrutura dos backups do MP.
6-Pessoas	77	Propor que as horas dedicadas pelos servidores do MP à autoavaliação institucional sejam CERTIFICADAS como horas de aperfeiçoamento funcional.
6-Pessoas	78	Melhorar a estrutura com ampliação do espaço físico e aumentar o

		número de servidores da área de manutenção.
6-Pessoas	79	Criar legalmente na estrutura organizacional do MP a área de Engenharia.
6-Pessoas	80	Aumentar a força de trabalho do setor de protocolo.
6-Pessoas	84	Implementar o Banco de Horas na gestão de frequência dos servidores.0,00 cm
6-Pessoas	85	Desenvolver o sistema informático de avaliação de estágio probatório.
6-Pessoas	86	Implementar o sistema de empréstimo consignado de modo que possibilite acessibilidade e facilidade aos integrantes do MP.
6-Pessoas	87	0,00 cmAmpliar o espaço físico da sala de execução de diligências que permita a comodidade da sua força de trabalho.
6-Pessoas	88	Regulamentar a indenização dos serviços executados externamente por Oficiais de Diligências com a utilização de veículos próprios.
6-Pessoas	92	Implantar atuação dos Assessores Jurídicos do PGJ por Especialização.
6-Pessoas	93	Redefinir legalmente a estrutura organizacional da Secretaria da Assessoria Especial, com vistas a valorização do seu quadro de pessoal.
6-Pessoas	98	Ampliar parcerias para realização de cursos (Esmat, Adesg, Egove, IES/TO, TCE, MJ).
6-Pessoas	101	Formação de quadro próprio de Tutores/Multiplicadores (Incentivo).
6-Pessoas	103	Entregar cartão de cumprimento pela passagem do aniversário dos servidores na véspera, não a posteriori, vez que a data é prevista como dia de folga.
6-Pessoas	111	Especificar recursos para área-fim e área meio destinados ao aperfeiçoamento e capacitação funcional.
6-Pessoas	112	Descentralizar de Palmas os cursos presenciais e regionalizar ofertando mais cursos EAD.
6-Pessoas	115	Criar Comitê/Conselho Administrativo composto por integrantes do MP para subsidiar tomadas de decisões administrativas.
6-Pessoas	116	Apresentar o que é o GESPÚBLICA e Autoavaliação do MP para o Colégio de Procuradores.
6-Pessoas	122	Solicitar ao CESAFA ministração de curso de aperfeiçoamento por competências para os novos empossados.
6-Pessoas	131	Ministrar, em horário e local único, a realização de ginástica laboral dos integrantes do MP.
6-Pessoas	137	Disponibilizar na intranet, dicas de saúde, postura, ergonomia, entre outros.
7-Processos	151	Simplificar o processo de manutenção de veículos quanto ao fluxo e abreviar tempo quanto à solicitação ao pagamento.
7-Processos	154	Formar uma comissão de estudo para reavaliar o ATO nº 28 que trata da movimentação e lotação de bens móveis.

7-Processos	155	Modernizar o guia de movimentação de bens patrimoniais para possibilitar a baixa no sistema no ato da movimentação do bem.
7-Processos	156	Aperfeiçoar o sistema informático de tombamento de bens patrimoniais para evitar a geração de mobiliários com duas plaquetas de identificação de patrimônio.
7-Processos	159	Eliminar o desperdício com a impressão física de pareceres e pautas de julgamento.
7-Processos	161	Disponibilizar dois monitores para facilitar o trabalho com processos virtuais
7-Processos	162	Adquirir escâner para virtualizar documentos, facilitando o envio de documentos ao CNMP e outros
7-Processos	163	Desenvolver, através do Departamento de TI, um sistema para monitorar o tempo de permanência dos processos com seus respectivos assessores, para indicar a eficiência e avaliar os resultados, semelhante ao existente na Justiça Federal.
7-Processos	166	Criar e manter banco de dados de parcerias do MP para repasse de feedback a esses parceiros.
7-Processos	167	Buscar novas parcerias com órgãos e instituições que darão maior visibilidade às ações do MP, como instituições federais / MJ e outros realizados por meio dos Caops.
7-Processos	173	Melhorar (refinar) os indicadores finalísticos com o fito de reduzir sua variabilidade, aumentar sua confiabilidade e ampliar sua capacidade de gerar resultados.
7-Processos	174	Criar sistema de processo “extrajudicial eletrônico”.
7-Processos	175	Estimular os Membros do MP a incorporar práticas que facilitem a alimentação dos sistemas de tecnologia já existentes com dados dos processos.
7-Processos	177	Direcionar as Denúncias realizadas através da web de forma on-line à Promotoria de Justiça de sua jurisdição.
7-Processos	178	Transferir o acesso às denúncias web para abertura e controle pela Ouvidoria do MP.
7-Processos	180	Implementar política de comprometimento de alimentação dos dados do “RAF” para suprir as informações necessárias ao acompanhamento das metas institucionais.
7-Processos	182	Construir o Banco de Dados do setor de Atendimento para evitar o resserviço.
7-Processos	186	Lotar um Analista Ministerial da Área Jurídica no setor de atendimento ao cidadão para realizar triagem técnica.
7-Processos	193	Aumentar o orçamento do MP e aumentar o salário dos servidores do quadro auxiliar do MP.
7-Processos	202	Criar um Escritório de Projetos permanente no MP para agilizar a elaboração e detalhamento de Projetos na captação de recursos.
7-Processos	203	Solicitar Laudo de Vistoria dos prédios do MP pelo Corpo de Bombeiros.
7-Processos	204	Organizar e criar Calendário bienal de Rotinas de Vistoria nos prédios do MP de forma preventiva.

7-Processos	206	Realizar abertura de processos dos registros dos lotes das Promotorias de Justiça antigas que foram fruto de doações para fazer avaliações de preço de mercado.
7-Processos	207	Recuperar bens que estejam nos depósitos, sem condições de uso, para reutilização ou dar baixa como doações.
7-Processos	208	Fortalecer a equipe de segurança em todos os prédios do MP, para garantir a integridade física de pessoas e processos.
7-Processos	210	Criar campanha que leve ao consumo consciente de Energia no MP no intervalo de almoço, desligando equipamentos, condicionadores de ar e lâmpadas das salas.

Fonte: Comitê Interno do Programa Gespública

## 9 Destaques na Atuação Finalística do MPTO

Corroborando o conteúdo do Relatório de Gestão de 2016, foram selecionadas as principais notícias relacionadas à atuação do Ministério Público do Tocantins no decorrer do ano, organizadas por mês de publicação. Mais detalhes sobre cada uma delas poderão ser obtidos no sítio eletrônico da Instituição ([www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)).

Quadro 9.1 – Notícias relacionadas à atuação do Ministério Público do Tocantins, em 2016.

Objetivo Estratégico: Ser reconhecido como instituição eficaz na defesa da cidadania e na garantia dos direitos sociais		
Data	Título	Origem
11/01/16	Entrevista: PGJ fala sobre os desafios ao Jornal Opção desta semana	Link Destaque
12/04/16	MPE lança 1º Prêmio Ministério Público de Jornalismo	Link Destaque
15/04/16	Prêmio Ministério Público de Jornalismo aborda o exercício da cidadania	Link Destaque
03/05/16	MPE e instituições do sistema de Justiça lançam 1ª corrida da Justiça do Tocantins	Link Destaque
24/05/16	Promotor de Justiça fala sobre tráfico de entorpecentes em evento na capital	Link Atuação das Promotorias
05/07/16	PGJ recebe a mais alta condecoração do Corpo de Bombeiros do Tocantins	Link Destaque
01/08/16	Prazo de inscrições para o Prêmio MPE de Jornalismo termina em outubro	Link Destaque
04/10/16	Programa de rádio MP Explica já está disponível na internet	Link Destaque
06/10/16	1ª Corrida da Justiça recebe inscrições a partir desta quinta-feira	Link Destaque
	MPE se “veste” de rosa para alertar sobre os riscos do câncer de mama	Link Destaque
11/10/16	“MP Explica” desta semana discute loteamentos irregulares e clandestinos	Link Destaque
19/10/16	1ª Corrida da Justiça: entrega de kits começa dia 20/10	Link Destaque
20/10/16	MPE participa da abertura do V Congresso Internacional em Direitos Humanos	Link Destaque
22/10/16	Corrida da Justiça leva mais de 900 participantes para as ruas de	Link Destaque

	Palmas	
24/10/16	Servidores e Membros do MPE participam da 1ª Corrida da Justiça	Link Destaque
03/11/16	Prazo de inscrição para o 1º Prêmio Ministério Público de Jornalismo é prorrogado para 11 de novembro	Link Destaque
17/11/16	MPE encampa a campanha solidária de Natal “Papai Noel dos Correios”	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Garantir a sustentabilidade e o crescimento institucional		
Data	Título	Origem
05/02/16	MPE passa a contar com fundo voltado à modernização administrativa e ao aperfeiçoamento funcional	Link Destaque
19/02/16	Em visita ao PGJ, secretário da Fazenda se compromete a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal	Link Destaque
01/06/16	Promotores de Justiça participam do encerramento do curso de aperfeiçoamento em Política e Gestão em Saúde Pública	Link Atuação das Promotorias
16/06/16	Oficinas de atuação eleitoral levam conhecimento a membros e servidores do MPE	Link Destaque
04/07/16	I curso de capacitação em tabelas unificadas na modalidade a distância	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Atuar na defesa dos direitos da Criança e do Adolescente		
Data	Título	Origem
08/01/16	MPE promove capacitação de Conselheiros Tutelares em São Félix do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
18/01/16	MPE apura situação de casa abrigo em Paraíso do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
05/02/16	MPE recomenda controle rigoroso na entrada de crianças e adolescentes em bailes e festas de carnaval	Link Atuação das Promotorias
17/03/16	Liminar obriga município de Monte Santo a garantir transporte de paciente para tratamento em Palmas	Link Atuação das Promotorias
	MPE quer que município de Paraíso seja obrigado a matricular criança especial em escola do Setor Oeste	Link Atuação das Promotorias
20/04/16	MPE é parceiro de curso de formação destinado a Conselheiros Tutelares e Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente	Link Destaque
13/05/16	MPE promove mobilização no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Link Destaque
	Recomendação do PGJ orienta atuação de Promotores de Justiça da Infância e Juventude	Link Destaque
16/05/16	Decisões do STJ fortalecem o combate à violência sexual contra crianças	Link Destaque

17/05/16	Promotorias de Justiça são orientadas a cobrar de Municípios o atendimento de adolescentes em situação de acolhimento institucional	Link Destaque
18/05/16	Promotora de Justiça ministra palestra sobre violência sexual a estudantes de Nazaré do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
21/05/16	Casas de acolhimento de Paraíso sofrem intervenção por determinação da Justiça após Ministério Público denunciar crimes cometidos contra crianças e adolescentes	Link Atuação das Promotorias
30/05/16	MPE quer que municípios da Comarca de Paraíso sejam obrigados a criar casas de acolhimento para crianças e adolescentes	Link Atuação das Promotorias
	Relatório do MPE aponta deficiências e graves irregularidades nas casas de acolhimento mantidas pela Associação Ágape, em Paraíso	Link Atuação das Promotorias
25/07/16	MPE capacita rede de proteção à criança e ao adolescente de Lagoa da Confusão	Link Atuação das Promotorias
	MPE requer que jovem suspeito de matar gerente de loja em Araguaína seja internado no Ceip de Santa Fé do Araguaia	Link Atuação das Promotorias
15/08/16	ACP requer que Estado garanta Unidade para cumprimento de medida socioeducativa de internação em Porto Nacional	Link Atuação das Promotorias
30/08/16	Partidos são orientados a não contratar adolescentes com menos de 16 anos para atividades de campanha	Link Destaque
02/09/16	Prefeituras se comprometem a instalar unidade de acolhimento na Comarca de Novo Acordo	Link Atuação das Promotorias
18/10/16	MPE recomenda que Conselhos Tutelares de Paraíso do Tocantins não entreguem adolescentes autores de ato infracional às famílias	Link Atuação das Promotorias
19/10/16	MPE fomenta doações ao Fundo da Infância a fim de garantir a instalação de UTI Pediátrica em Araguaína	Link Destaque
21/10/16	MPE pede na Justiça que quatro municípios criem abrigos para crianças e adolescentes e aumentem vagas nas creches	Link Atuação das Promotorias
07/11/16	MPE conta com apoio da Defensoria em campanha em prol de UTI Pediátrica em Araguaína	Link Destaque
17/11/16	Caopij disponibiliza material de apoio referente planos municipais de atendimento socioeducativo e aguarda levantamento	Link Destaque
25/11/16	Caopij solicita criação de local para que adolescentes infratores possam aguardar decisão judicial	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Exigir o cumprimento do direito à educação		
Data	Título	Origem
05/02/16	Escolas em Palmeirante têm salas de aula feitas de tábuas; situação é tema de audiência pública	Link Destaque
12/02/16	MPE participa de reunião entre prefeitos e Governo do Estado sobre o transporte escolar no Tocantins	Link Atuação das Promotorias
23/02/16	Escola em Almas não possui energia elétrica nem água	Link Atuação das

	encanada; MPE investiga situação	Promotorias
29/02/16	MPE contesta suspensão de transporte escolar de alunos da rede pública municipal de Arraias	Link Atuação das Promotorias
01/03/16	Após Ação do MPE, Justiça obriga Município a garantir transporte escolar em Ponte Alta	Link Atuação das Promotorias
10/03/16	MPE retoma discussões com Seduc sobre transporte escolar no Estado	Link Destaque
11/03/16	MPE intensificará fiscalizações nas escolas públicas do Tocantins	Link Destaque
30/03/16	MPE é parceiro de projeto de educação de trânsito em escolas de Araguaína	Link Atuação das Promotorias
13/04/16	MPE fala sobre sua atuação em defesa da Educação Infantil durante seminário em Palmas	Link Destaque
	Vistoria do MPE constata falhas na infraestrutura de escolas públicas de Brejinho de Nazaré e Oliveira de Fátima	Link Destaque
27/04/16	ACP pede o restabelecimento do transporte escolar na zona rural de Arraias	Link Atuação das Promotorias
02/05/16	Justiça aceita pedido do MPE e determina que Estado e município retomem o transporte de alunos da rede municipal de Arraias	Link Atuação das Promotorias
06/05/16	MPE cobra reforma de creche municipal em Paraíso do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
	MPE ministra palestra em evento sobre segurança comunitária escolar	Link Destaque
12/05/16	MPE ingressa com ação judicial contra municípios por irregularidades no transporte escolar de alunos da zona rural	Link Atuação das Promotorias
07/06/16	MPE obtém decisão judicial que determina a regularização do transporte escolar em Recursolândia	Link Atuação das Promotorias
16/06/16	MPE firma acordo com município de Paraíso do Tocantins visando reforma de creche	Link Atuação das Promotorias
28/06/16	Planejamento Estratégico oferece oficina de elaboração de projetos no MPE	Link Destaque
20/07/16	MPE apura se lei anti-bullying está sendo aplicada em escolas de Arraias	Link Atuação das Promotorias
04/08/16	Ação do MPE busca restabelecer transporte escolar no município de São Valério	Link Atuação das Promotorias
09/08/16	Liminar atende pedidos do MPE e determina regularização do transporte escolar em São Valério	Link Atuação das Promotorias
19/08/16	MPE recomenda providências para manutenção de atendimento no Hospital Regional de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
15/09/16	Liminar obriga Estado e município a regularizar a frota do transporte escolar em Ponte Alta do Tocantins	Link Atuação das Promotorias

27/09/16	Quadro 9.1 – Notícias relacionadas à atuação do Ministério Público do Tocantins, em 2016. Vistoria do MPE constata precariedade no ensino em Ipueiras e Silvanópolis	Link Destaque
21/10/16	Em Ação Civil Pública, MPE cobra direitos de estudantes ao transporte interestadual	Link Atuação das Promotorias
28/10/16	Ação do MPE cobra retomada de transporte escolar em Palmeirante	Link Atuação das Promotorias
06/12/16	Acordo vai garantir atendimento de creches e escolas de ensino infantil em Colméia e Couto Magalhães	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Exigir o cumprimento do direito à educação		
Data	Título	Origem
05/02/16	Escolas em Palmeirante têm salas de aula feitas de tábuas; situação é tema de audiência pública	Link Destaque
12/02/16	MPE participa de reunião entre prefeitos e Governo do Estado sobre o transporte escolar no Tocantins	Link Atuação das Promotorias
23/02/16	Escola em Almas não possui energia elétrica nem água encanada; MPE investiga situação	Link Atuação das Promotorias
29/02/16	MPE contesta suspensão de transporte escolar de alunos da rede pública municipal de Arraias	Link Atuação das Promotorias
01/03/16	Após Ação do MPE, Justiça obriga Município a garantir transporte escolar em Ponte Alta	Link Atuação das Promotorias
10/03/16	MPE retoma discussões com Seduc sobre transporte escolar no Estado	Link Destaque
11/03/16	MPE intensificará fiscalizações nas escolas públicas do Tocantins	Link Destaque
30/03/16	MPE é parceiro de projeto de educação de trânsito em escolas de Araguaína	Link Atuação das Promotorias
13/04/16	MPE fala sobre sua atuação em defesa da Educação Infantil durante seminário em Palmas	Link Destaque
	Vistoria do MPE constata falhas na infraestrutura de escolas públicas de Brejinho de Nazaré e Oliveira de Fátima	Link Destaque
27/04/16	ACP pede o restabelecimento do transporte escolar na zona rural de Arraias	Link Atuação das Promotorias
02/05/16	Justiça aceita pedido do MPE e determina que Estado e município retomem o transporte de alunos da rede municipal de Arraias	Link Atuação das Promotorias
06/05/16	MPE cobra reforma de creche municipal em Paraíso do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
	MPE ministra palestra em evento sobre segurança comunitária escolar	Link Destaque
12/05/16	MPE ingressa com ação judicial contra municípios por	Link Atuação das

	irregularidades no transporte escolar de alunos da zona rural	Promotorias
07/06/16	MPE obtém decisão judicial que determina a regularização do transporte escolar em Recursolândia	Link Atuação das Promotorias
16/06/16	MPE firma acordo com município de Paraíso do Tocantins visando reforma de creche	Link Atuação das Promotorias
28/06/16	Planejamento Estratégico oferece oficina de elaboração de projetos no MPE	Link Destaque
20/07/16	MPE apura se lei anti-bullying está sendo aplicada em escolas de Arraias	Link Atuação das Promotorias
04/08/16	Ação do MPE busca restabelecer transporte escolar no município de São Valério	Link Atuação das Promotorias
09/08/16	Liminar atende pedidos do MPE e determina regularização do transporte escolar em São Valério	Link Atuação das Promotorias
19/08/16	MPE recomenda providências para manutenção de atendimento no Hospital Regional de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
15/09/16	Liminar obriga Estado e município a regularizar a frota do transporte escolar em Ponte Alta do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
27/09/16	Vistoria do MPE constata precariedade no ensino em Ipueiras e Silvanópolis	Link Destaque
21/10/16	Em Ação Civil Pública, MPE cobra direitos de estudantes ao transporte interestadual	Link Atuação das Promotorias
28/10/16	Ação do MPE cobra retomada de transporte escolar em Palmeirante	Link Atuação das Promotorias
06/12/16	Acordo vai garantir atendimento de creches e escolas de ensino infantil em Colméia e Couto Magalhães	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Fortalecer a prevenção e a repressão à violência sexual infanto juvenil		
Data	Título	Origem
12/03/16	MPE recorre de decisão que soltou ex-senador acusado do estupro de duas meninas	Link Atuação das Promotorias
11/08/16	MPE solicita ao Estado a estruturação dos serviços de atenção em saúde para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual	Link Destaque
15/08/16	Resolução institui o Sistema Nacional de Correições e Inspeções do CNMP	Link Destaque
18/10/16	Após denúncia do MPE, vereador de Palmeirante é preso por estupro de adolescente de 14 anos	Link Atuação das Promotorias
25/11/16	Integrantes do MPE participam do 3º Fórum Estadual sobre Violência Sexual	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Combater a criminalidade		
Data	Título	Origem

18/01/16	MPE pede que homem que matou ao dirigir embriagado seja levado ao Tribunal do Júri	Link Atuação das Promotorias
15/02/16	MPE denuncia criminalmente acusados pela morte de empresário portuense	Link Atuação das Promotorias
23/02/16	Em Colinas, entidades se unem para debater a violência na cidade	Link Atuação das Promotorias
29/02/16	MPE obtém condenação de mãe e filha por mandarem matar homem a quem deviam dinheiro	Link Atuação das Promotorias
03/03/16	MPE oferece denúncia contra acusado de assassinar comerciante em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
31/03/16	MPE obtém condenação de acusado de crime cometido há 12 anos em Paranã	Link Atuação das Promotorias
04/04/16	A pedido do MPE, Justiça decreta prisão de dois homens por homicídio	Link Atuação das Promotorias
07/04/16	A pedido do MPE, TJ reforma sentença e manda prender ex-prefeito de Campos Lindos	Link Atuação das Promotorias
08/04/16	Terceiro envolvido em assassinato na cidade de Dianópolis é preso a pedido do MPE	Link Atuação das Promotorias
12/04/16	MPE obtém condenação de enfermeira que mandou matar ex-marido em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
	Segurança pública em Figueirópolis e Sucupira será discutida em audiência pública promovida pelo MPE	Link Atuação das Promotorias
29/04/16	Acusados de tráfico interestadual de drogas são denunciados pelo MPE	Link Atuação das Promotorias
01/06/16	MPE se manifesta pela manutenção da prisão preventiva de integrantes de quadrilha especializada em roubo de equipamentos oftalmológicos	Link Atuação das Promotorias
03/06/16	Três dos acusados do roubo de equipamentos oftalmológicos são transferidos para Palmas e mantidos presos	Link Atuação das Promotorias
15/06/16	Promotoria de Justiça da Capital atuará em questões agrárias no Estado	Link Destaque
17/06/16	MPE oferece denúncia contra estelionatários que agiam na capital	Link Atuação das Promotorias
20/06/16	MPE denuncia presidente do Sindposto pelo homicídio do empresário Wenceslau Antunes	Link Atuação das Promotorias
21/06/16	Educadores participam do encerramento de capacitação do projeto "Conte até 10"	Link Destaque
12/07/16	MPE oferece nova denúncia contra policial civil de Araguaína preso durante Operação Detalhes no mês passado	Link Atuação das Promotorias
05/09/16	MPE denuncia dois envolvidos em assalto com reféns em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
21/09/16	MPE obtém condenação de mulher acusada de ter matado, a marteladas, procurador do município de Palmas em 1998	Link Atuação das Promotorias
27/09/16	MPE obtém condenação de homem acusado de encomendar a morte da sogra em Colinas	Link Atuação das Promotorias

30/09/16	Júri condena autor do assassinato de Janete Fernandes da Silva, no Aurenny III, em Palmas	Link Atuação das Promotorias
04/10/16	MPE denuncia três pessoas por envolvimento em assalto a candidato de Babaçulândia	Link Atuação das Promotorias
10/10/16	MPE denuncia quadrilha de Caseara acusada de sonegar quase R\$ 2 milhões em tributos	Link Atuação das Promotorias
17/10/16	Tribunal do Júri acolhe acusação do MPE e condena dois por assassinato em Palmas	Link Atuação das Promotorias
10/11/16	Ingresso de celular na Cadeia Feminina de Pedro Afonso leva MPE a denunciar servidora pública e presidiária	Link Atuação das Promotorias
11/11/16	MPE obtém condenação no primeiro julgamento de feminicídio da Comarca de Miranorte	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Efetivar controle externo da atividade policial		
Data	Título	Origem
02/06/16	Operação conjunta do MPE e Polícia Civil resulta em prisões de policiais civis em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
08/06/16	Gecep apresenta propostas de termos de cooperação técnica às polícias Civil e Militar	Link Destaque
26/07/16	MPE ajuíza nova denúncia criminal contra policiais civis de Araguaína presos na operação Detalhes	Link Atuação das Promotorias
13/09/16	Quadro 9.1 – Notícias relacionadas à atuação do Ministério Público do Tocantins, em 2016. Após Ação do MPE, Justiça determinou afastamento de delegado de Polícia em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
22/09/16	MPE recomenda ampliação dos serviços da Delegacia Virtual	Link Atuação das Promotorias
27/12/16	MPE denuncia policiais e advogado por tentativa de homicídio em Araguaína	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o Sistema Penal e as Medidas Alternativas		
Data	Título	Origem
27/01/16	Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária está disponível para download	Link Destaque
21/03/16	MPE aciona judicialmente três municípios para que implantem Programa de Atendimento de adolescentes em conflito com a lei	Link Atuação das Promotorias
06/04/16	Marcelo Miranda e Carlos Gaguim são condenados por improbidade em ação movida pelo MPE	Link Atuação das Promotorias
06/05/16	Justiça atende pedidos do MPE e determina que municípios de Divinópolis e Abreulândia viabilizem o cumprimento medidas socioeducativas	Link Atuação das Promotorias
13/06/16	Promotores de Justiça são nomeados membros do Conselho Penitenciário Estadual	Link Destaque

14/06/16	Membros do Conselho Penitenciário Estadual inspecionam cadeia pública de Porto Nacional	Link Destaque
19/08/16	TAC garante reforma geral do presídio de Cariri	Link Atuação das Promotorias
14/10/16	MPE obtém decisão judicial que determina a interdição de pavilhão do presídio Barra da Grota	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Combater o crime organizado		
Data	Título	Origem
10/02/16	Investigação do MPE resulta na prisão de sete pessoas por associação ao tráfico de armas e drogas, entre eles um Sargento da Polícia Militar	Link Destaque
01/03/16	MPE denuncia quatro pessoas por fraude de títulos de imóveis rurais em Paranã	Link Destaque
02/03/16	MPE denuncia acusados de tráfico de drogas e armas em Paranã	Link Destaque
27/04/16	MPE denuncia criminalmente 18 pessoas por tráfico de drogas e associação para o tráfico em Colméia e região	Link Atuação das Promotorias
22/06/16	Gaeco oferece denúncia contra quadrilha que subtraía aparelhos oftalmológicos no Tocantins	Link Destaque
15/09/16	Gaeco participa de operação que desarticula organização criminosa em Porto Nacional	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Combater a violência doméstica		
Data	Título	Origem
21/01/16	Circuito de Corridas de Palmas contará com a participação do MPE	Link Destaque
04/03/16	Participantes recebem kits para III Corrida Feminina de Rua em Palmas	Link Destaque
07/03/16	Fim de semana de confraternização esportiva em comemoração ao Dia Internacional da Mulher	Link Destaque
08/03/16	MPE discute violência doméstica em palestra em Figueirópolis	Link Atuação das Promotorias
	Procuradora fala sobre as conquistas da mulher brasileira para alunos do IFTO	Link Destaque
09/03/16	Direitos da mulher são tema de palestra do Caocid em Nova Olinda	Link Destaque
13/03/16	Promotora de Justiça participa de debate nacional sobre aprimoramento do disque 180	Link Destaque
17/03/16	Empreendedorismo feminino é tema de palestra para mulheres advogadas em Colinas	Link Destaque
04/04/16	Semana da mulher contará com programação especial no MPE	Link Destaque
11/04/16	MPE pede a colaboração de promotores no levantamento de casos	Link Destaque

	de feminicídio	
09/05/16	MPE participa de reunião do Copevid sobre combate à violência doméstica	Link Destaque
13/05/16	Preenchimento do Cadastro Nacional de Violência Doméstica começa no segundo semestre	Link Destaque
27/07/16	Lei Maria da Penha é tema de ciclo de debates promovido pelo MPE	Link Destaque
05/08/16	MPE Lança Projeto para vítimas de violência contra a Mulher	Link Destaque
11/10/16	Procuradora de Justiça ministra palestra no município de Almas sobre violência contra a mulher	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência		
Data	Título	Origem
12/08/16	MPE participa de capacitação sobre direitos das pessoas com deficiência	Link Destaque
07/12/16	MPE aciona judicialmente Município de Gurupi por descumprir normas de acessibilidade e trafegabilidade	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Exigir o cumprimento dos direitos do idoso		
Data	Título	Origem
26/08/16	Em reunião no MPE, Conselho da Pessoa Idosa discute criação de Fundo Estadual	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Exigir o cumprimento do direito à saúde		
Data	Título	Origem
26/01/16	MPE aciona judicialmente secretário estadual de Saúde por possíveis crimes de desobediência	Link Destaque
28/01/16	MPE ouvirá população sobre condições do sistema público de saúde de oito municípios do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
04/02/16	MPE participa de reunião com profissionais da Saúde na Assembleia Legislativa	Link Atuação das Promotorias
11/02/16	MPE participa da primeira reunião do Conselho Estadual de Saúde de 2016	Link Atuação das Promotorias
15/02/16	Representantes de órgãos de gestão e de fiscalização discutem problemas da saúde pública do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
18/02/16	Estado tem prazo de 60 dias para apresentar soluções para a saúde pública no Tocantins	Link Destaque
	MPE participa de reunião do Conselho Municipal de Saúde	Link Atuação das Promotorias

	MPE participa do 16º Encontro de Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
22/02/16	Reunião da CIB discute uso de agrotóxicos e organização de serviços de saúde	Link Atuação das Promotorias
23/02/16	Membros do Conselho Estadual de Saúde querem que Governo reassuma serviços de municípios credores	Link Atuação das Promotorias
24/02/16	MPE requisita informações da Sesau sobre o Planejamento da Saúde nos 139 municípios e no Estado	Link Atuação das Promotorias
25/02/16	MPE e DPE cobram melhorias para saúde de Palmas durante Audiência Pública na Câmara Municipal	Link Atuação das Promotorias
	MPE participa da primeira reunião de 2016 do Comitê Gestor Interinstitucional para o Acompanhamento das Ações de Saúde	Link Atuação das Promotorias
29/02/16	MPE, DPE E MPF detectam irregularidades em vistoria no HGPP	Link Atuação das Promotorias
04/03/16	MPE levanta dados sobre riscos para a saúde da população no Tocantins	Link Atuação das Promotorias
	MPE realiza vistorias nos hospitais Dona Regina e Infantil, em Palmas	Link Atuação das Promotorias
10/03/16	MPE acompanha reunião do Conselho Estadual de Saúde	Link Atuação das Promotorias
11/03/16	Auditorias requisitadas pelo MPE são apresentadas em audiência nesta sexta-feira	Link Atuação das Promotorias
14/03/16	MPE intervém mais uma vez para que Estado cumpra decisão referente a UTIs em Gurupi	Link Atuação das Promotorias
18/03/16	Acordo determina prazo para que Governo do Estado regularize serviços de UTI neonatal no Tocantins	Link Atuação das Promotorias
22/03/16	Ação Civil Pública requer a imediata suspensão de serviços prestados pelas Carretas da Saúde	Link Atuação das Promotorias
28/03/16	Atendendo pedidos do MPE, MPF e DPE, Justiça Federal determina suspensão dos serviços das Carretas da Saúde	Link Atuação das Promotorias
	Decisão atende pedidos do MPE e determina regularização do fornecimento de alimentos em hospitais de Porto Nacional	Link Atuação das Promotorias
	Justiça atende pedido do MPE e determina que Estado e Litucera retomem fornecimento de alimentação a acompanhantes e servidores do HRA	Link Atuação das Promotorias
30/03/16	MPE obtém êxito em ação que pede melhorias no Hospital Regional de Dianópolis	Link Atuação das Promotorias
	MPE participa de reunião do Fórum Nacional da Saúde, em Brasília	Link Atuação das Promotorias
05/04/16	MPE participa de reunião sobre o monitoramento da Saúde Pública no Tocantins	Link Destaque
	Petição do MPE requer regularização no abastecimento de frascos de aspiração no HRA	Link Atuação das Promotorias
06/04/16	MPE acompanha prestação de contas da Saúde em audiência pública realizada na Assembleia	Link Destaque

	MPE levanta dados sobre a fragilidade na atenção à saúde no Tocantins	Link Atuação das Promotorias
08/04/16	MPE discute o controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis no Tocantins	Link Destaque
11/04/16	MPE discute irregularidades sanitárias no Tocantins e riscos aos pacientes	Link Destaque
12/04/16	Levantamento realizado pelo MPE aponta Municípios em desacordo com o SIOPS	Link Destaque
15/04/16	MPE pede providências quanto à sobrecarga de trabalho por parte dos enfermeiros	Link Destaque
18/04/16	Reunião entre MPE e gerências da rede laboratorial do Estado e do LACEN aponta problemas que expõem população a riscos	Link Destaque
19/04/16	MPE aponta ao município de Palmas necessidade de aperfeiçoamento dos processos de trabalho na área de Saúde	Link Atuação das Promotorias
20/04/16	MPE recomenda ao secretário Estadual de Saúde melhorias no Hospital Regional do Gurupi	Link Atuação das Promotorias
	Promotora de Justiça debate a Judicialização da Saúde em Congresso na Capital	Link Destaque
26/04/16	MPE fala sobre os desafios da saúde perinatal em evento de enfermagem obstétrica	Link Destaque
28/04/16	Ampasa repudia a aprovação da PEC 143/2015 por considerá-la abusiva e inconstitucional	Link Destaque
02/05/16	Órgãos de controle recebem Plano de Ação para a Saúde em audiência na Justiça Federal	Link Destaque
03/05/16	MPE pede explicações ao secretário da Saúde de Palmas sobre plantões extras e descumprimento de carga horária da atenção especializada	Link Atuação das Promotorias
11/05/16	Decisão atende pedidos do MPE e determina abastecimento e estruturação do Centro de Atenção Psicossocial de Araguaína	Link Atuação das Promotorias
13/05/16	MPE se reúne com líderes da sociedade civil para debater restrição à propaganda de cerveja	Link Destaque
16/05/16	MPE recebe portaria da Adapec que orienta produtores rurais sobre os riscos do “mormo”	Link Destaque
19/05/16	MPE levanta dados sobre a fragilidade na assistência à saúde da população do Tocantins	Link Destaque
	MPE recebe levantamento que aponta milhares de irregularidades na saúde pública estadual	Link Destaque
01/06/16	MPE participa de anúncio de pactuação da atenção à saúde	Link Destaque
	MPE participa de audiência pública na câmara municipal	Link Atuação das Promotorias
02/06/16	Estado é obrigado a prestar informações sobre serviços de urologia em Araguaína e a normatizar plantões	Link Atuação das Promotorias
	Promotora do MPE-TO é eleita para presidir Associação Nacional pela Restrição de Propaganda de Bebidas Alcoólicas	Link Destaque

06/06/16	Ação do MPE requer que Prefeitura de Palmas corrija irregularidades no sistema de saúde do Município	Link Atuação das Promotorias
08/06/16	MPE recomenda que governo regularize a realização do Teste do Pezinho em Gurupi	Link Atuação das Promotorias
10/06/16	Justiça atende pedidos do MPE e determina manutenção do fornecimento de alimentação no Hospital Regional de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
13/06/16	Justiça acata pedido do MPE e determina normalização da oferta de exames no Hospital Regional de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
	Sesau atende MPE e efetiva Programa de Segurança do Paciente	Link Destaque
15/06/16	MPE aponta inconformidades e cobra soluções para o atendimento de pacientes do Hospital e Maternidade Dona Regina	Link Atuação das Promotorias
	MPE cobra do Estado a efetivação da Rede de Atenção à Saúde	Link Destaque
16/06/16	Propostas do MPE para melhorias no sistema público de saúde são acatadas em reunião do CEMAS	Link Destaque
17/06/16	Promotora de Justiça do TO preside reunião em Minas Gerais sobre restrição à propaganda de bebidas	Link Destaque
24/06/16	Desassistência a milhares de pacientes leva MPE a ingressar com ação civil pública contra o município de Palmas	Link Atuação das Promotorias
	MPE pede cumprimento de sentença que garante tratamento de doenças oftalmológicas em Gurupi	Link Atuação das Promotorias
28/06/16	Estado tem prazo de 30 dias para regularizar oferta de serviços neurológicos no Hospital Regional de Araguaína	Link Atuação das Promotorias
	MPE participa reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde	Link Destaque
29/06/16	MPE apura suposto caso de negligência médica no Hospital e Maternidade Dona Regina	Link Atuação das Promotorias
30/06/16	Ação do MPE e DPE exige medicação para pacientes em tratamento com hormônio de crescimento	Link Atuação das Promotorias
	MPE e DPE cobram fornecimento de medicação para pacientes da oncologia	Link Destaque
04/07/16	Decisão atende pedidos do MPE e bloqueia R\$ 643 mil para UTIs pediátricas em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
18/07/16	MPE solicita o cumprimento de escalas do setor de obstetrícia do HRPG	Link Atuação das Promotorias
03/08/16	Município de Palmas tem 10 dias para se manifestar em ação do MPE relacionada à qualidade dos serviços de saúde da Atenção Básica	Link Atuação das Promotorias
05/08/16	Decisão atende pedidos do MPE e determina cumprimento de escalas do setor de obstetrícia do HRPG	Link Atuação das Promotorias
	Promotora de Justiça representa MPE em palestra sobre compras públicas de medicamentos	Link Destaque
11/08/16	Após vistoria no Hospital Geral de Palmas, MPE e DPE pedirão novamente providências à Justiça	Link Destaque

23/08/16	MPE requisita informações periódicas após vistoria no Hospital e Maternidade Dona Regina	Link Destaque
	Vistoria do MPE confirma falta de alimentação no Hospital Geral de Palmas	Link Atuação das Promotorias
25/08/16	MPE obtém bloqueio de mais de meio milhão de reais para alimentação no Hospital Regional de Gurupi	Link Destaque
	MPE obtém bloqueio de R\$ 1 milhão para garantir fornecimento de refeições no HRA	Link Destaque
26/08/16	MPE requer bloqueio de verbas para garantir fornecimento de alimentação em dois hospitais de Porto Nacional	Link Destaque
29/08/16	Ação do MPE requer fornecimento de alimentação no Hospital Regional de Augustinópolis	Link Atuação das Promotorias
30/08/16	Quatro secretários estaduais comparecem ao MPE para discutir data-base e problemas da rede hospitalar	Link Destaque
02/09/16	Estado terá de esclarecer pontos acerca da execução emergencial do serviço de alimentação do HGP	Link Atuação das Promotorias
05/09/16	Secretário estadual da Saúde é alvo de ação do MPE por descumprir decisão que determina instalação de UTI pediátrica em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
13/09/16	Decisão judicial atende pedidos do MPE e determina cumprimento de plantão 24h no Hospital Regional de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
14/09/16	MPE discute realização de Audiência Pública conjunta para tratar problemas da saúde no Tocantins	Link Atuação das Promotorias
	MPE requisita prontuários de recém-nascidos que faleceram e dos que aguardam cirurgia cardíaca no Hospital Dona Regina	Link Destaque
15/09/16	MPE e Defensoria acionam Estado na Justiça visando regularizar a oferta de tratamento contra o câncer	Link Atuação das Promotorias
16/09/16	MPE participa de avaliação do Hospital e Maternidade Dona Regina como referência em boas práticas de atenção ao parto	Link Destaque
27/09/16	MPE participa de reunião sobre o HGP no Conselho Regional de Medicina	Link Atuação das Promotorias
07/10/16	Ação pede regularização urgente dos serviços de hemodinâmica no Estado	Link Atuação das Promotorias
	MPE participa de reunião do Fórum Perinatal da macrorregião Sul	Link Destaque
10/10/16	MPE e DPE vistoriam serviço de hemodinâmica do Hospital Geral de Palmas; servidores são conduzidos para prestar depoimento em Delegacia	Link Destaque
11/10/16	Liminares dão prazo de 15 dias para que Estado regularize tratamento de câncer e de 24 horas para que normalize serviço de hemodinâmica	Link Destaque
14/10/16	Promotora de Justiça participa de debate sobre SUS e PEC 241	Link Atuação das Promotorias
	Promotora de Justiça participa de reunião do Conselho Estadual de Saúde	Link Atuação das Promotorias

18/10/16	A pedido do MPE , justiça determina que Estado conserte aparelho de Tomografia do Hospital de Araguaína	Link Atuação das Promotorias
	Ministério Público e Defensoria Pública pedem a normalização das cirurgias pediátricas eletivas, que estariam suspensas desde abril de 2015	Link Destaque
20/10/16	MPE requer cumprimento de sentença que determina ampliação do número de leitos de UTI no Hospital Regional de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
22/10/16	Falta de médicos no HRG: MPE pede aplicação de multa por descumprimento de decisão e Justiça manda bloquear R\$ 560 mil das contas do Estado	Link Atuação das Promotorias
30/10/16	MPE pede e Justiça manda Estado transferir, de avião, criança internada em Gurupi para uma UTI Pediátrica	Link Atuação das Promotorias
31/10/16	Após ser acionado pelo MPE, Governo do Estado realiza transferência de criança internada via UTI aérea	Link Atuação das Promotorias
03/11/16	Decisão atende pedido do MPE e determina normalização de cirurgias pediátricas eletivas	Link Atuação das Promotorias
08/11/16	MPE ajuíza ACP para obrigar Hospital Dona Regina a cumprir recomendações do DENASUS	Link Atuação das Promotorias
	MPE e DPE querem que Estado passe a oferecer serviço de cirurgia cardíaca para recém-nascidos	Link Atuação das Promotorias
	MPE é parceiro do III Fórum Estadual de Violência Sexual	Link Destaque
09/11/16	Decisão da Justiça Federal obriga Estado a retomar cirurgias eletivas	Link Atuação das Promotorias
11/11/16	MPE alerta sobre gastos da Sesau com profissionais cedidos para municípios e outros órgãos: despesa ultrapassa R\$ 9 milhões mensais	Link Destaque
	MPE obtêm decisão que obriga Município de Gurupi a regularizar serviços do CCZ	Link Atuação das Promotorias
	MPE requer a nomeação de diretores técnico e clínico para o Hospital Regional de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
	MPE requer que prefeitura de Colméia forneça medicamento para paciente com lúpus	Link Atuação das Promotorias
16/11/16	MPE obtêm liminar que obriga Estado a nomear diretores técnico e clínico para o Hospital Regional de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
18/11/16	A pedido do MPE, Estado tem bens bloqueados e deve retomar cirurgias no HRA	Link Atuação das Promotorias
	Liminar obriga Estado a instalar equipamento para tratamento de câncer e reformar Unidade Oncológica de Araguaína	Link Atuação das Promotorias
23/11/16	Saúde pública: Município de Araguaína tem prazo para apresentar plano de ação	Link Atuação das Promotorias
24/11/16	Ação do MPE requer implantação de CCZ em cidades do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
25/11/16	Decisão atende pedidos do MPE e determina que o Hospital e Maternidade Dona Regina atenda 45 recomendações do DENASUS	Link Destaque

	MPE participa de reunião na Assembleia Legislativa sobre melhorias para a Saúde	Link Destaque
06/12/16	Decisão atende pedidos do MPE e determina interdição de Centro Terapêutico em Araguaína: instituição realizava internação compulsória e involuntária de dependentes químicos	Link Atuação das Promotorias
	MPE busca garantir fornecimento de insumos de dietas enterais e bolsas de colostomia a pacientes em tratamento de câncer em Araguaína	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Exigir o cumprimento do direito à saúde		
Data	Título	Origem
09/03/16	MPE ingressa com representação contra deputado estadual por propaganda eleitoral extemporânea	Link Atuação das Promotorias
07/04/16	MPE expede Recomendação a Conselhos Tutelares e da Criança e do Adolescente	Link Atuação das Promotorias
03/05/16	Promotor eleitoral flagra eleitores com documentos falsos durante cadastro eleitoral em Miracema	Link Atuação das Promotorias
19/08/16	MP Eleitoral obtém decisão que proíbe realização de evento com uso de recursos públicos em Pium, a fim de beneficiar candidata	Link Atuação das Promotorias
06/09/16	Dois candidatos a prefeito em Gurupi terão que recolher adesivos de campanha irregulares	Link Atuação das Promotorias
09/09/16	MPE pede cassação do registro de candidatura de Ronaldo Dimas e do vice por abuso de poder político	Link Atuação das Promotorias
12/09/16	MPE obtém decisões que indeferem candidaturas em Gurupi e Crixás	Link Atuação das Promotorias
17/09/16	MP Eleitoral representa veículo de comunicação por realização de pesquisa de opinião eleitoral irregular em Tocantínia	Link Atuação das Promotorias
19/09/16	MPE pede cassação de registro de candidato a prefeito de Babaçulândia	Link Atuação das Promotorias
20/09/16	Candidato a vereador de Aliança do Tocantins tem candidatura indeferida a pedido do MPE	Link Atuação das Promotorias
21/09/16	Após representação do MPE, veículos de comunicação de Gurupi são notificados a retirar enquetes de redes sociais	Link Atuação das Promotorias
	Indeferimento da candidatura de Iury Garcia a prefeito de Gurupi é mantido	Link Atuação das Promotorias
22/09/16	Investigação do MP Eleitoral resulta em operação da Polícia Federal em Palmas e Lajeado	Link Atuação das Promotorias
27/09/16	MP Eleitoral quer impedir realização de carreatas nas cidades de Miracema, Lajeado e Tocantínia	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística		
Data	Título	Origem

10/02/16	Durante seminário, MPE defende participação popular na revisão do plano diretor da capital	Link Destaque
24/02/16	Liminar obtida pelo MPE determina que hotel de Gurupi regularize tratamento de seu esgoto	Link Atuação das Promotorias
29/02/16	Empresa que desmatou 36 hectares de reserva legal é alvo de ação do MPE	Link Atuação das Promotorias
04/03/16	MPE acompanha trabalhos para revisão do plano diretor em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
16/03/16	MPE participa de mutirão de limpeza das margens da rodovia TO-020	Link Destaque
	Palestrantes de renome nacional estarão em Palmas discutindo os impactos do uso de agrotóxicos	Link Destaque
18/03/16	Ciclo de Debates sobre Agrotóxicos tem participação expressiva no MPE	Link Destaque
	Promotores de Justiça se reúnem com equipe responsável pela elaboração do Plano Diretor da Capital	Link Atuação das Promotorias
31/03/16	MPE orienta mototaxistas de Pedro Afonso sobre obrigações legais	Link Atuação das Promotorias
20/04/16	A pedido do MPE, justiça proíbe eventos que aglomerem equinos na cidade de Gurupi	Link Atuação das Promotorias
26/04/16	Caso equídeos em Gurupi: MPE entra com pedido de reconsideração e Justiça aumenta valor da multa em caso de desobediência	Link Atuação das Promotorias
03/05/16	Acordo entre MPE e prefeitura de Colméia prevê medidas de segurança para participantes e animais na Cavalgada da cidade	Link Atuação das Promotorias
04/05/16	MPE obtém liminar que impede eventos com aglomeração de equídeos em Formoso do Araguaia	Link Atuação das Promotorias
	MPE recomenda demolição de construção irregular em Pedro Afonso	Link Atuação das Promotorias
11/05/16	MPE obtém decisão que obriga o Município a regularizar três loteamentos em Gurupi	Link Atuação das Promotorias
07/06/16	MPE ajuíza ação contra Energisa em razão de incêndio na Serra do Estrondo	Link Atuação das Promotorias
08/06/16	MPE promove workshop sobre incubadoras sociais nesta quinta-feira	Link Destaque
	Promotores de Justiça falam sobre a participação do MPE na revisão do Plano Diretor de Palmas	Link Atuação das Promotorias
09/06/16	Evento reúne pesquisadores e catadores de material reciclado em Palmas	Link Destaque
13/06/16	MPE solicita liminar proibindo aglomeração e transporte de equídeos em quatro cidades do Sul do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
14/06/16	Fórum de combate aos agrotóxicos se reúne para discutir plano de trabalho	Link Destaque
16/06/16	Fórum analisa plano de trabalho na área de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	Link Destaque

17/06/16	Prefeitura de Tocantinópolis deve apresentar autorização para temporada de praia 2016	Link Atuação das Promotorias
23/06/16	MPE quer evitar extração irregular de areia para formação de praias artificiais e recomenda rigor na fiscalização	Link Atuação das Promotorias
24/06/16	Justiça acata pedido do MPE e determina que Município de Cariri amplie rede de iluminação em trecho da cidade	Link Atuação das Promotorias
28/06/16	MPE pede suspensão de cavalgadas em três municípios para conter risco de proliferação da doença Mormo	Link Atuação das Promotorias
04/07/16	MPE quer anulação de doação de área pública em Porto Nacional	Link Atuação das Promotorias
06/07/16	Justiça defere pedido do MPE e proíbe cavalgadas em municípios da Comarca de Peixe	Link Atuação das Promotorias
08/07/16	Decisão atende pedido do MPE e suspende os efeitos de decreto que aumentou o valor do IPTU em Arraias	Link Atuação das Promotorias
	Em reunião no MPE, órgãos de fiscalização discutem mecanismos de combate à poluição sonora em Palmas	Link Atuação das Promotorias
21/07/16	Decisão atende pedidos do MPE e determina que frigorífico em Araguaína regularize procedimentos	Link Atuação das Promotorias
25/07/16	Ação do MPE busca garantir controle populacional de cães e gatos em Colméia	Link Atuação das Promotorias
26/07/16	MPE estipula prazo para que município de Palmas realize serviço de roçagem a fim de evitar queimadas na zona urbana	Link Atuação das Promotorias
02/08/16	MPE pede suspensão da retirada de água dos rios Formoso e Urubu	Link Atuação das Promotorias
26/08/16	Acordo entre MPE, Adapec e Sindicato Rural suspende eventos com equinos em Porto Nacional e região	Link Atuação das Promotorias
13/09/16	Liminar obriga Posto Cometa e Petrobras a reparar danos ambientais causados pela infiltração de combustíveis no solo	Link Atuação das Promotorias
14/09/16	Fórum define plano de trabalho para combater os impactos dos agrotóxicos no Tocantins	Link Destaque
28/09/16	MPE apura suposto crime ambiental por parte do grupo Bunge S/A em Pedro Afonso	Link Atuação das Promotorias
20/10/16	MPE quer retirada ou destruição das bombas de captação de água localizadas nos rios Formoso e Urubu	Link Atuação das Promotorias
21/10/16	MPE recebe movimentos sociais para discutir situação de área na região do Ribeirão Taquaruçu Grande	Link Atuação das Promotorias
26/10/16	Grupo de trabalho do MPE e UFT acompanhará revisão do Plano Diretor de Palmas	Link Atuação das Promotorias
07/11/16	MPE reúne especialistas para definir estratégias na fiscalização dos rios Formoso e Urubu	Link Atuação das Promotorias
11/11/16	MPE expede recomendação para que Município de Palmas não autorize a realização de vaquejada	Link Atuação das Promotorias
16/11/16	MPE recomenda mudanças no processo de revisão do Plano Diretor de Palmas	Link Atuação das Promotorias

30/11/16	Dia Internacional de Luta contra Agrotóxicos tem programação no Tocantins	Link Destaque
20/12/16	MPE cobra na Justiça que Município de Gurupi delimite vagas de estacionamento prioritárias	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Promover a defesa dos direitos humanos fundamentais – residuais (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, portadores de necessidades

Data	Título	Origem
26/01/16	MPE recomenda que prefeitura de Gurupi tome medidas relativas a pessoas em situação de rua	Link Atuação das Promotorias
10/05/16	Ministérios Públicos brasileiros participam de reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos	Link Destaque
23/11/16	Projeto Tocantins sem LGBTfobia será lançado nesta sexta	Link Destaque
25/11/16	MPE adere à campanha Tocantins Sem LGBTfobia	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Promover a defesa dos direitos do consumidor

Data	Título	Origem
02/03/16	Operação Pró-Consumidor fiscaliza supermercados e açougues em Natividade	Link Destaque
10/03/16	Operação apreende cerca de mil itens impróprios para consumo e interdita fábrica clandestina em Paranã	Link Destaque
13/03/16	MPE sedia Conferência Estadual sobre Direitos do Consumidor nesta segunda-feira	Link Destaque
15/03/16	Dia do Consumidor: avanços e desafios na área do Direito são discutidos em conferência	Link Destaque
17/03/16	MPE recomenda exclusão de artigos do Código de Postura de Palmas que prejudicam a livre concorrência no comércio de combustíveis	Link Atuação das Promotorias
01/04/16	Carne e margarina sem refrigeração são apreendidas em Tocantinópolis	Link Destaque
	Produtos apreendidos em operação do Caop do Consumidor são doados a unidades de saúde do Bico do Papagaio	Link Destaque
	Sistema de Defesa do Consumidor conhece nova metodologia para cálculo tarifário do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	Link Atuação das Promotorias
06/04/16	Empresas localizadas na orla da capital são autuadas por irregularidades no armazenamento e revenda de combustível	Link Destaque
07/04/16	Banco do Brasil e Bradesco em Araguaína são obrigados a manter caixas eletrônicos disponíveis para saque e a cumprir lei de espera em fila de banco	Link Atuação das Promotorias
08/04/16	Trabalhos de fiscalização em postos de combustíveis da capital se	Link Destaque

	encerram nesta sexta-feira, 08	
14/04/16	MPE articula intensificação do combate ao comércio clandestino de leite e derivados	Link Destaque
15/04/16	MPE avalia proposta de aumento da tarifa de transporte coletivo na capital	Link Atuação das Promotorias
	MPE irá cobrar estruturação de Vigilâncias Sanitárias Municipais	Link Destaque
19/04/16	MPE quer garantia de meia-entrada na 44ª Expo Gurupi e reparação de danos referentes à edição anterior do evento	Link Atuação das Promotorias
20/04/16	A pedido do MPE, Justiça interdita posto de Abastecimento da Agetrans em Gurupi	Link Atuação das Promotorias
28/04/16	MPE apresenta balanço da fiscalização em postos de combustíveis e revenda de gás em Araguaína	Link Destaque
03/05/16	MPE obtém liminar que garante meia-entrada na Expo Gurupi	Link Atuação das Promotorias
04/05/16	Decisão liminar atende MPE e determina bloqueio de bens de empresa acusada de aplicar golpe da pirâmide financeira	Link Atuação das Promotorias
05/05/16	MPE e órgãos de controle devem realizar fiscalização do comércio de peixe em Palmas	Link Atuação das Promotorias
09/05/16	Decisão judicial confirma pedidos do MPE e determina reforma da delegacia de Aragoínas	Link Atuação das Promotorias
13/05/16	MPE presta orientações aos consumidores lesados pela empresa Aliança Online	Link Atuação das Promotorias
19/05/16	MPE instaura inquéritos civis para apurar abandono de veículos em sete municípios do Norte do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
30/05/16	Atuação do Ministério Público em defesa do consumidor está mais acessível à população	Link Destaque
02/06/16	MPE discute regularização da venda de pescados na Capital	Link Atuação das Promotorias
07/06/16	MPE visita frigorífico de aves e peixes na zona rural de Palmas	Link Atuação das Promotorias
17/06/16	Gurupi: Banco do Brasil descumpre lei do tempo máximo de espera em fila e é acionado pelo MPE	Link Atuação das Promotorias
08/07/16	MPE cobra segurança nas travessias dos banhistas em Pedro Afonso	Link Atuação das Promotorias
03/08/16	MPE quer que Energisa suspenda cobrança de ICMS sobre tarifas de transmissão e distribuição de energia elétrica no Tocantins	Link Atuação das Promotorias
10/08/16	Caop do Consumidor participa de reunião do Grupo Técnico de inclusão produtiva da agricultura familiar e agroindustrial	Link Destaque
16/08/16	MPE participa de reunião sobre aumento da tarifa de energia elétrica	Link Destaque
29/08/16	Termina dia 31 prazo para que prefeituras e câmaras municipais enviem legislações sanitárias ao MPE	Link Destaque
30/08/16	Ministério Público Estadual cobra fornecimento de água em Itaporã	Link Atuação das

	do Tocantins	Promotorias
20/09/16	Decisão atende pedidos do MPE e determina interdição de matadouros em Alvorada	Link Atuação das Promotorias
23/09/16	MPE apura supostas práticas lesivas ao consumidor por parte da Saneatins	Link Atuação das Promotorias
14/10/16	Procon-TO limita seu poder de atuação perante a Saneatins; Ministério Público e Defensoria recomendam que ato seja revisto	Link Atuação das Promotorias
18/10/16	Recomendação do MPE orienta Prefeitura de Palmas sobre regularização de centro comercial popular em Taquaralto	Link Atuação das Promotorias
18/11/16	Palmas: Banco do Brasil e Bradesco são obrigados a cumprir lei que limita o tempo de espera por atendimento	Link Atuação das Promotorias
22/11/16	MPE orienta consumidores sobre compra de produtos pela internet na Black Friday	Link Destaque
	MPE recomenda imediata interdição do Estádio Mirandão, em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
15/12/16	MPE aciona Justiça para responsabilizar proprietários de escola que fechou as portas sem expedir documentos de alunos	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Promover a defesa dos direitos do consumidor		
Data	Título	Origem
02/03/16	Operação Pró-Consumidor fiscaliza supermercados e açougues em Natividade	Link Destaque
10/03/16	Operação apreende cerca de mil itens impróprios para consumo e interdita fábrica clandestina em Paranã	Link Destaque
13/03/16	MPE sedia Conferência Estadual sobre Direitos do Consumidor nesta segunda-feira	Link Destaque
15/03/16	Dia do Consumidor: avanços e desafios na área do Direito são discutidos em conferência	Link Destaque
17/03/16	MPE recomenda exclusão de artigos do Código de Postura de Palmas que prejudicam a livre concorrência no comércio de combustíveis	Link Atuação das Promotorias
01/04/16	Carne e margarina sem refrigeração são apreendidas em Tocantinópolis	Link Destaque
	Produtos apreendidos em operação do Caop do Consumidor são doados a unidades de saúde do Bico do Papagaio	Link Destaque
	Sistema de Defesa do Consumidor conhece nova metodologia para cálculo tarifário do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros	Link Atuação das Promotorias
06/04/16	Empresas localizadas na orla da capital são autuadas por irregularidades no armazenamento e revenda de combustível	Link Destaque
07/04/16	Banco do Brasil e Bradesco em Araguaína são obrigados a manter caixas eletrônicos disponíveis para saque e a cumprir lei de espera em fila de banco	Link Atuação das Promotorias

08/04/16	Trabalhos de fiscalização em postos de combustíveis da capital se encerram nesta sexta-feira, 08	Link Destaque
14/04/16	MPE articula intensificação do combate ao comércio clandestino de leite e derivados	Link Destaque
15/04/16	MPE avalia proposta de aumento da tarifa de transporte coletivo na capital	Link Atuação das Promotorias
	MPE irá cobrar estruturação de Vigilâncias Sanitárias Municipais	Link Destaque
19/04/16	MPE quer garantia de meia-entrada na 44ª Expo Gurupi e reparação de danos referentes à edição anterior do evento	Link Atuação das Promotorias
20/04/16	A pedido do MPE, Justiça interdita posto de Abastecimento da Agetrans em Gurupi	Link Atuação das Promotorias
28/04/16	MPE apresenta balanço da fiscalização em postos de combustíveis e revenda de gás em Araguaína	Link Destaque
03/05/16	MPE obtém liminar que garante meia-entrada na Expo Gurupi	Link Atuação das Promotorias
04/05/16	Decisão liminar atende MPE e determina bloqueio de bens de empresa acusada de aplicar golpe da pirâmide financeira	Link Atuação das Promotorias
05/05/16	MPE e órgãos de controle devem realizar fiscalização do comércio de peixe em Palmas	Link Atuação das Promotorias
09/05/16	Decisão judicial confirma pedidos do MPE e determina reforma da delegacia de Aragoimas	Link Atuação das Promotorias
13/05/16	MPE presta orientações aos consumidores lesados pela empresa Aliança Online	Link Atuação das Promotorias
19/05/16	MPE instaura inquéritos civis para apurar abandono de veículos em sete municípios do Norte do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
30/05/16	Atuação do Ministério Público em defesa do consumidor está mais acessível à população	Link Destaque
02/06/16	MPE discute regularização da venda de pescados na Capital	Link Atuação das Promotorias
07/06/16	MPE visita frigorífico de aves e peixes na zona rural de Palmas	Link Atuação das Promotorias
17/06/16	Gurupi: Banco do Brasil descumpre lei do tempo máximo de espera em fila e é acionado pelo MPE	Link Atuação das Promotorias
08/07/16	MPE cobra segurança nas travessias dos banhistas em Pedro Afonso	Link Atuação das Promotorias
03/08/16	MPE quer que Energisa suspenda cobrança de ICMS sobre tarifas de transmissão e distribuição de energia elétrica no Tocantins	Link Atuação das Promotorias
10/08/16	Caop do Consumidor participa de reunião do Grupo Técnico de inclusão produtiva da agricultura familiar e agroindustrial	Link Destaque
16/08/16	MPE participa de reunião sobre aumento da tarifa de energia elétrica	Link Destaque
29/08/16	Termina dia 31 prazo para que prefeituras e câmaras municipais enviem legislações sanitárias ao MPE	Link Destaque

30/08/16	Ministério Público Estadual cobra fornecimento de água em Itaporã do Tocantins	Link Atuação das Promotorias
20/09/16	Decisão atende pedidos do MPE e determina interdição de matadouros em Alvorada	Link Atuação das Promotorias
23/09/16	MPE apura supostas práticas lesivas ao consumidor por parte da Saneatins	Link Atuação das Promotorias
14/10/16	Procon-TO limita seu poder de atuação perante a Saneatins; Ministério Público e Defensoria recomendam que ato seja revisto	Link Atuação das Promotorias
18/10/16	Recomendação do MPE orienta Prefeitura de Palmas sobre regularização de centro comercial popular em Taquaralto	Link Atuação das Promotorias
18/11/16	Palmas: Banco do Brasil e Bradesco são obrigados a cumprir lei que limita o tempo de espera por atendimento	Link Atuação das Promotorias
22/11/16	MPE orienta consumidores sobre compra de produtos pela internet na Black Friday	Link Destaque
	MPE recomenda imediata interdição do Estádio Mirandão, em Araguaína	Link Atuação das Promotorias
15/12/16	MPE aciona Justiça para responsabilizar proprietários de escola que fechou as portas sem expedir documentos de alunos	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Ampliar parcerias estratégicas		
Data	Título	Origem
21/01/16	Procurador-Geral de Justiça recebe visita do prefeito de Palmas	Link Destaque
28/01/16	MPs articulam a criação do Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	Link Destaque
	PGJ participa da primeira reunião de 2016 do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público	Link Destaque
04/02/16	Procurador-Geral de Justiça participa da abertura do ano judiciário	Link Destaque
11/02/16	Procurador-Geral de Justiça recebe novo presidente da OAB-TO	Link Destaque
12/02/16	PGJ participa de reunião sobre passagem da tocha olímpica pelo Tocantins	Link Destaque
22/02/16	Altos preços de combustíveis são tema de reunião entre MPE e órgãos de defesa do consumidor	Link Destaque
	MPE firma parceria com Procon e Governo do Estado para ações em defesa do direito do consumidor	Link Destaque
23/02/16	Conferência traça estratégias para políticas públicas voltadas à mulher.	Link Destaque
29/02/16	PGJ prestigia posse de novos Promotores de Justiça do MP de Goiás	Link Destaque
03/03/16	MPE e MDA intensificam fiscalização contra mau uso de máquinas e equipamentos do PAC no Tocantins	Link Destaque
04/03/16	Equipe Gespública realiza sensibilização no Sine em Palmas	Link Destaque

14/03/16	Distrito de Luzimangues receberá orientação jurídica do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor	Link Destaque
21/03/16	Entidades se unem para criação do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	Link Destaque
	MPE e Secretaria da Educação definem calendários de cursos do programa "Conte até 10 nas Escolas"	Link Destaque
29/03/16	MPE firma acordo de cooperação técnica com Unirg	Link Destaque
01/04/16	MPE participa de reunião do Fórum Nacional da Saúde, em Brasília	Link Destaque
07/04/16	Termo de cooperação permitirá melhor atuação do MPE na fiscalização da cadeia produtiva de órteses e próteses	Link Destaque
08/04/16	MPE discute o baixo desempenho das Políticas Públicas de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador	Link Destaque
18/04/16	PGJ conhece novo campus da Unitins em Palmas	Link Destaque
19/04/16	PGJ participa de homenagem ao ministro do STF Ricardo Lewandowski	Link Destaque
28/04/16	MPE e órgãos públicos estaduais e municipais assinam termo de cooperação para fiscalizar o uso de agrotóxicos no Estado	Link Destaque
29/04/16	Órgãos públicos unem esforços e criam comitê gestor para monitorar e fiscalizar uso de agrotóxicos no Estado	Link Destaque
06/05/16	PGJ recebe representantes da OAB/TO e Procuradores do Município	Link Destaque
	Reunião ordinária de maio terá eleição do novo presidente do CNPG	Link Destaque
11/05/16	Representante do Rio Grande do Norte é eleito novo presidente do CNPG	Link Destaque
12/05/16	Clenan Renaut integra Grupo de Trabalho de Procuradores-Gerais de Justiça da Amazônia Legal	Link Destaque
13/05/16	PGJ prestigia posse do novo superintendente da PRF no Tocantins	Link Destaque
25/05/16	Conselho Estadual de Direitos Humanos empossa novos membros	Link Destaque
08/07/16	PGJ participa da posse da nova composição do CNPG no RN	Link Destaque
10/08/16	Software desenvolvido pelo MP/TO será utilizado no MP do Piauí	Link Destaque
11/08/16	Procurador-Geral de Justiça participa de reunião nacional sobre previdência social	Link Destaque
24/08/16	Procurador-Geral de Justiça ouve demandas de representantes dos servidores públicos estaduais	Link Destaque
25/08/16	MPE prestigia homenagem a soldados tocantinenses	Link Destaque
	Procurador-Geral de Justiça recebe presidente nacional da OAB e Caravana das Prerrogativas	Link Destaque
26/08/16	PGJ acompanha solenidade alusiva ao Dia do Soldado	Link Destaque

30/08/16	Promotores tocaninenses compõem diretoria da Associação Nacional de Combate à Corrupção	Link Destaque
01/09/16	PGJ recebe representantes do Ministério Público do Trabalho	Link Destaque
05/09/16	Seminário Perspectivas Atuais do Ministério do Trabalho está com inscrições abertas	Link Destaque
14/09/16	Ministério Público do Piauí adota sistema Athenas, criado pelo MP-TO	Link Destaque
15/09/16	MPE pode indicar entidades sociais a serem beneficiadas com valores de multas oriundas do MPT	Link Destaque
20/09/16	Clenan Renaut recebe homenagem do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins	Link Destaque
23/09/16	MPE doa veículos para atender demandas da rede pública de saúde	Link Destaque
26/09/16	Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União se encontram no TO	Link Destaque
27/09/16	Promotor de Justiça e professor de Direito Rogério Sanches visita MP do Tocantins	Link Destaque
29/09/16	TO sedia pela 3ª vez reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público	Link Destaque
30/09/16	Corregedores-Gerais do Ministério Público finalizam debates em Palmas	Link Destaque
	Reunião de corregedores-gerais do MP debate critérios para aferição da produtividade dos membros	Link Destaque
27/10/16	PGJ recebe visita do presidente eleito da AL do Tocantins	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Ter padrão de excelência nos procedimentos internos		
Data	Título	Origem
29/01/16	MPE inicia revisão do Planejamento Estratégico 2016-2018	Link Destaque
02/02/16	Colégio de Procuradores aprova mudança para a concessão de licenças médicas	Link Destaque
23/02/16	Conselho Superior instala mais uma promotoria de justiça em Colinas do Tocantins	Link Destaque
08/03/16	Colégio de Procuradores elegerá novos integrantes para a Comissão de Segurança Institucional	Link Destaque
	Conselho Superior do MP confirma vitaliciamento de Promotores de Justiça	Link Destaque
22/03/16	CPJ divulga lista de inscritos para eleição da Comissão Permanente de Segurança Institucional	Link Destaque
28/03/16	PGJ concede aposentadoria ao Promotor de Justiça César Simoni	Link Destaque
04/04/16	Colégio de Procuradores define data para eleição de coordenadores dos Caops	Link Destaque

19/04/16	CSMP julga concursos de remoção/promoção e autoriza abertura de novos editais	Link Destaque
	Integrantes do MPE discutem ações para dar maior celeridade à gestão institucional	Link Destaque
22/04/16	Inscrições para coordenador dos Caops se iniciam dia 26 de abril	Link Destaque
26/04/16	Gecep tem nova composição	Link Destaque
29/04/16	Eleições para coordenador dos Caops tem 19 inscritos	Link Destaque
02/05/16	Eleições Caops: quatro coordenadores são reconduzidos aos cargos	Link Destaque
17/05/16	Workshop quer incentivar membros e servidores a construir projetos no MPE	Link Destaque
01/06/16	Planejamento Estratégico: membros e servidores do MPE podem contribuir com a elaboração de projetos	Link Destaque
02/06/16	Ministério Público do Tocantins ocupa 3º lugar no ranking de transparência dos ministérios públicos dos estados	Link Destaque
16/06/16	Gespública origina 211 oportunidades de melhoria para o Ministério Público	Link Destaque
27/06/16	CSMP julga concursos de remoção/promoção em última sessão do semestre	Link Destaque
	Planejamento Estratégico oferece oficina de elaboração de projetos no MPE	Link Destaque
30/06/16	Corregedoria do CNMP realiza inspeção no Ministério Público do Estado do Tocantins	Link Destaque
25/08/16	Publicada nota técnica sobre audiências de custódia em casos de violência contra mulher	Link Destaque
21/09/16	PGJ participa do 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público	Link Destaque
26/09/16	Promotora de Justiça do TO ministra palestra em congresso do CNMP	Link Destaque
06/10/16	CNMP lança a 4ª edição do Manual do Portal da Transparência	Link Destaque
08/11/16	Corregedoria-Geral do MPE divulga cronograma de inspeções para 2017	Link Destaque
14/11/16	Inscrições abertas para 2ª Oficina de Elaboração de Projetos do MPE	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Otimizar a utilização dos recursos		
Data	Título	Origem
09/03/16	Ministério Público do Tocantins implanta Diário Oficial Eletrônico	Link Destaque
22/04/16	Projeto do MPE auxilia promotorias com sobrecarga de trabalho; quase 600 procedimentos foram impulsionados em 10 meses	Link Destaque

22/06/16	Corregedoria-Geral do MPE propõe mudanças nas atribuições das Promotorias de Justiça da Capital	Link Destaque
09/08/16	Integrantes do MPE têm prazo para apresentar propostas de projetos a serem inclusos no Orçamento 2017	Link Destaque
	PGJ se reúne com integrantes do MP Brasileiro para discutir PL 257/2016	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Ter comunicação institucional efetiva		
Data	Título	Origem
12/01/16	Nova edição da revista "MP em Destaque" ganha versão digital	Link Destaque
19/01/16	Conselho Superior do Ministério Público realiza primeira sessão de 2016	Link Destaque
22/01/16	Novos Promotores prontos para atuar	Link Destaque
16/02/16	Promotorias de Justiça de 3ª entrância são providas com julgamento de concursos de promoção e remoção	Link Destaque
08/03/16	Colégio de Procuradores de Justiça tem 1ª sessão transmitida pelo Youtube	Link Destaque
14/03/16	PGJ orienta Promotores de Justiça na fiscalização de unidades socioeducativas	Link Destaque
21/03/16	Recomendação do MPE orienta Promotores de Justiça no acompanhamento da atuação de Conselhos Tutelares	Link Destaque
04/04/16	MPE alerta sobre tentativa de golpe com familiares de presos	Link Destaque
05/04/16	Procuradores e Promotores podem colaborar com PL que reforma o Código de Processo Penal brasileiro	Link Destaque
	Relatório de Gestão do MPE já está disponível na internet	Link Destaque
08/04/16	MPE informa que não há determinação para suspensão de cirurgias no Hospital Regional de Augustinópolis	Link Atuação das Promotorias
13/04/16	Inscrições ao Prêmio CNMP vão até 19 de abril	Link Destaque
22/04/16	Prorrogado prazo para inscrição de projetos no Prêmio CNMP – 2016	Link Destaque
12/05/16	CNMP realiza Ação Nacional para fortalecer relação do MP com os Poderes e a sociedade	Link Destaque
30/05/16	CNPG edita Nota de Repúdio sobre casos de estupro contra adolescentes	Link Destaque
02/06/16	MPE convoca últimos aprovados no concurso para servidores	Link Destaque
07/06/16	Colégio de Procuradores referenda indicações para suplente de coordenador dos Caops	Link Destaque
01/09/16	Corregedoria Nacional divulga nova edição de informativo	Link Destaque
14/09/16	MPE tem projeto selecionado e passa a integrar programação da Rádio UFT	Link Destaque

15/09/16	CNPG discute situação dos portais da transparência dos Poderes Legislativos estadual e municipal	Link Destaque
20/09/16	Comissão Eleitoral divulga edital para formação de lista tríplice para escolha do próximo PGJ	Link Destaque
	CSMP julga editais de concurso de remoção/promoção de membros	Link Destaque
26/09/16	Eleições: MPE terá horário de expediente diferenciado nesta sexta-feira, 30	Link Destaque
28/09/16	MPE estreia programa de debates na rádio UFT FM	Link Destaque
	MPE lança 14ª edição da Revista Jurídica	Link Destaque
30/09/16	Ministério Público do Tocantins está entre os mais transparentes do Brasil	Link Destaque
06/10/16	CNMP lança a 4ª edição do Manual do Portal da Transparência	Link Destaque
07/10/16	Aberto prazo para envio de artigos para Revista Jurídica do MPE	Link Destaque
11/10/16	Colégio de Procuradores discute eleições para órgãos da Administração Superior	Link Destaque
	Eleição para novo membro do Conselho Superior ocorrerá em 8 de novembro	Link Destaque
14/10/16	Inscrições para formação da lista tríplice para PGJ começam na segunda-feira, 17	Link Destaque
	Ponto Facultativo	Link Destaque
17/10/16	Workshop sobre acessibilidade aborda acordo de cooperação firmado entre CNMP e Conselho de Arquitetura	Link Destaque
20/10/16	Clenan Renaut e José Demóstenes concorrerão ao cargo de PGJ	Link Destaque
24/10/16	Eleição online de lista tríplice para escolha de PGJ garante sigilo e agilidade na apuração	Link Destaque
	Passo a passo para votar na eleição de PGJ	Link Destaque
26/10/16	Comissão Eleitoral dá início ao processo de escolha do próximo PGJ	Link Destaque
	MPE elege lista para escolha do próximo Procurador-Geral de Justiça: Clenan Renaut de Melo Pereira é o mais votado	Link Destaque
27/10/16	Inscrições para vaga do Conselho Superior do MP serão iniciadas na terça-feira	Link Destaque
	PGJ protocola lista com resultado da eleição para o cargo de chefe do Ministério Público do Tocantins	Link Destaque
28/10/16	Ponto Facultativo	Link Destaque
04/11/16	Eleição Corregedor-Geral: João Rodrigues poderá ser reconduzido ao cargo	Link Destaque
	Nova diretoria da ATMP será eleita no próximo dia 07	Link Destaque

07/11/16	Clenan Renaut de Melo Pereira é nomeado para novo mandato de Procurador-Geral de Justiça	Link Destaque
	João Rodrigues Filho é reeleito Corregedor-Geral do Ministério Público do Tocantins	Link Destaque
08/11/16	Colégio de Procuradores aprova alterações em artigos da Lei Orgânica que dispõem sobre provas e títulos para ingresso de Promotores de Justiça Substitutos	Link Destaque
	Conselho Superior aprova instalação de mais uma Promotoria de Justiça em Miranorte	Link Destaque
	José Demóstenes é eleito membro do Conselho Superior	Link Destaque
	Luciano Casaroti é reconduzido ao cargo de presidente da ATMP	Link Destaque
09/11/16	Recomendação sugere que MP não designe audiências em que seja recomendável presença de advogado, de 20/12 a 20/01	Link Destaque
10/11/16	Asamp tem inscrições abertas para eleição da nova diretoria	Link Destaque
17/11/16	Integrante do MPE é homenageada pela Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde	Link Destaque
	Procurador da República integrante de Força-Tarefa da Operação "Lava Jato" ministra palestra em Porto Nacional	Link Destaque
22/11/16	Marcadas datas para as posses de PGJ e de Corregedor-Geral	Link Destaque
30/11/16	Instituições se posicionam contra deturpação das 10 Medidas contra a Corrupção	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins		
Data	Título	Origem
12/01/16	Promotores substitutos retomam curso de iniciação no MPE	Link Destaque
14/01/16	Inscrições para curso sobre atualização do CPC se encerram neste dia 15	Link Destaque
19/01/16	Revista Jurídica publica sua 13ª edição também em formato digital	Link Destaque
15/02/16	Cesaf abre inscrições para dois novos cursos	Link Destaque
25/02/16	Prorrogado prazo para envio de artigos à Revista Jurídica do MPE	Link Destaque
26/02/16	Corregedoria-Geral do Ministério Público e Cesaf promovem Curso de Capacitação em Negociação e Mediação	Link Destaque
09/03/16	Cesaf abre inscrições para Ciclo de Palestras sobre os Impactos dos Agrotóxicos	Link Destaque
25/04/16	III Congresso Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e da Adolescência será realizado esta semana em Brasília	Link Destaque
05/05/16	MPE abre Inscrições para capacitação sobre Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro	Link Destaque

10/05/16	MPDFT promove seminário para discutir cidadania e qualidade de vida	Link Destaque
23/05/16	Curso apresenta panorama sobre estratégias de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro	Link Destaque
09/06/16	CNMP promove seminário sobre grandes casos criminais no Brasil e na Itália	Link Destaque
10/06/16	Cesaf abre inscrições para oficinas de atuação eleitoral	Link Destaque
05/08/16	Abertas as inscrições para o II Ciclo de Estudos sobre o Novo Código de Processo Civil	Link Destaque
22/08/16	As interfaces do Novo Código do Processo Civil são tema de conferências no MPE	Link Destaque
	Papel do MP na persecução penal será avaliado em congresso realizado em São Paulo	Link Destaque
19/10/16	Inscrições abertas para o seminário internacional sobre o sistema penal acusatório	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Garantir clima organizacional favorável		
Data	Título	Origem
06/01/16	MPE implanta expediente de 6 horas durante o mês de janeiro	Link Destaque
08/03/16	Mulheres são homenageadas no MPE	Link Destaque
05/05/16	PGJ encaminha Projeto com a data-base à Assembleia Legislativa	Link Destaque
06/05/16	Mães se emocionam em homenagem no MPE	Link Destaque
23/09/16	MPE realiza VII Semana da Saúde	Link Destaque
26/09/16	Semana da Saúde é aberta com reflexão sobre longevidade	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Ter comunicação interna efetiva		
Data	Título	Origem
08/03/16	Maria Roseli de Almeida Pery recebe homenagem no Dia Internacional da Mulher	Link Atuação das Promotorias
18/03/16	Nota de Pesar: Mario Martins	Link Destaque
22/03/16	Semana Santa	Link Destaque
24/03/16	NOTA DE PESAR	Link Destaque
27/03/16	NOTA DE PESAR - Fernando Heinsten	Link Destaque
31/03/16	NOTA DE PESAR	Link Destaque
02/05/16	Colégio de Procuradores de Justiça regulamenta sistema eletrônico extrajudicial do MPE	Link Destaque

25/05/16	Ministério Público Estadual tem ponto facultativo no dia 27 de maio	Link Destaque
14/06/16	Seja um doador de sangue	Link Destaque
20/06/16	Adiada sessão do CSMP	Link Destaque
30/06/16	Mês de julho terá horário de expediente diferenciado no MPE	Link Destaque
29/07/16	CNMP abre inscrições para o 7º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público	Link Destaque
05/08/16	Procurador-Geral de Justiça participa de discussões sobre atuação do Ministério Público brasileiro	Link Destaque
08/08/16	PGJ apresenta Projeto de Lei que permite Promotor de Justiça compor lista tríplice para escolha de Procurador-Geral de Justiça	Link Destaque
23/08/16	A pedido do MPE, Tribunal de Justiça prorroga prazos processuais, em virtude de problemas no e-Proc	Link Destaque
30/08/16	Eleição para formação da lista tríplice ao cargo de PGJ tem regras e comissão definidas	Link Destaque
05/09/16	Procuradores de Justiça aprovam alterações na Lei Orgânica do MPE	Link Destaque
14/09/16	MP deve dar maior celeridade às investigações e denúncias de crimes contra crianças e adolescentes	Link Destaque
25/11/16	Chapa "Somos Todos ASAMP" é vencedora na eleição da Associação dos Servidores do MPE	Link Destaque
06/12/16	Promotor de Justiça é condecorado com o título de cidadão Gurupiense	Link Atuação das Promotorias
08/12/16	Promotor de Justiça concorre ao prêmio de melhor dissertação de mestrado de 2016 do UniCEUB	Link Atuação das Promotorias
12/12/16	Promotor de Justiça recebe homenagem da Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins	Link Atuação das Promotorias

Objetivo Estratégico: Garantir Infraestrutura física adequada		
Data	Título	Origem
18/03/16	MPE recebe área para construção de unidade da instituição em Gurupi	Link Destaque
08/04/16	Destinação de imóvel para abrigar Anexo do MPE é formalizada	Link Destaque
29/04/16	GECEP passa a contar com estrutura física no MPE	Link Destaque
05/05/16	Gaeco passa a contar com reforço de um veículo	Link Destaque
08/08/16	PGJ faz entrega de novos veículos para atender as demandas da capital e das Promotorias de Justiça do interior	Link Destaque
31/08/16	Sede própria das Promotorias de Justiça de Augustinópolis será inaugurada na sexta-feira	Link Destaque
03/09/16	População de Augustinópolis recebe nova sede do Ministério Público Estadual	Link Destaque

14/10/16	MPE auxiliará TJ em reparos do e-Proc para melhor funcionalidade do sistema	Link Destaque
----------	---	---------------

Objetivo Estratégico: Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas

Data	Título	Origem
18/04/16	Procurador-Geral de Justiça institui sistema eletrônico extrajudicial do MPE	Link Destaque
02/05/16	Colégio de Procuradores de Justiça regulamenta sistema eletrônico extrajudicial do MPE	Link Destaque
20/06/16	Comissão de Implantação do sistema extrajudicial define ajustes na implementação do programa	Link Destaque
03/08/16	CNMP estipula novo prazo para implementação do sistema e-Ext	Link Destaque

Objetivo Estratégico: Combater a improbidade e recuperar ativos

Data	Título	Origem
05/09/16	Focco orienta gestores sobre condutas a serem adotadas durante transição de governo após eleições municipais	Link Destaque